

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

## A neutralidade valorativa

A posição de Max Weber no debate sobre os juízos de  
valor

Daniel Fanta

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do  
Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,  
para a obtenção do título de Doutor em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. José Jeremias de Oliveira Filho

São Paulo  
2014

Resumo: O texto procura reconstruir a posição de Max Weber no debate acerca dos juízos de valor nas ciências sociais. Com base nos argumentos elencados por Weber, identificam-se duas dimensões na tese da neutralidade valorativa, uma metodológica e outra ética e tenta-se investigar a relação entre as duas dimensões. Em anexo, ainda se apresenta a tradução de três textos de Weber, inéditos em português.

Palavras-chave: Sociologia, Max Weber, Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais, Neutralidade Valorativa

Abstract: The text seeks to reconstruct Max Weber's position in the debate concerning the value-judgments in the social sciences. Based on the arguments given by Weber, it identifies two dimensions in the value-freedom thesis, a methodological and an ethical one. Finally, it tries to investigate the relation that links the two dimensions. At the end, there is a translation of three Max Weber texts, still unavailable in Portuguese.

Key-words: Sociology, Max Weber, Methodology and Epistemology of the Social Sciences, Value-Freedom

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e à Capes pela bolsa de estudos que possibilitou a minha dedicação a esta pesquisa.

Também agradeço aos meus – cada vez mais numerosos - colegas do seminário de metodologia e epistemologia das ciências sociais e aos colegas da pós-graduação em sociologia pelas conversas informais sempre edificantes. Em especial a Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva, grande amigo e colega de geração.

Aos professores Alexandre Braga Massella e Mario Antonio Eufrazio, que participaram do exame de qualificação e chamaram minha atenção para uma série de problemas que eu não teria percebido. Não sei se meu texto consegue dar conta de todas as objeções. Ao Prof. Mario Antonio Eufrazio ainda sou grato por outro motivo: suas assim chamadas “propostas indecentes”, as quais me tiraram um pouco dos problemas mais pontuais de minha pesquisa, ampliaram salutarmente o meu horizonte.

Ao professor Gabriel Cohn, espírito irrequieto, cujas observações em aula me forneceram novas pistas de investigação. E especialmente ao meu orientador José Jeremias de Oliveira Filho, pela paciência, pelo apoio e por suas valiosas orientações, que sempre se mostraram férteis. As partes deste trabalho, que possam reivindicar originalidade, devem-se, de algum modo, a essas duas figuras ímpares nas ciências sociais brasileiras. Repetindo um chavão conhecido, mas fazendo-o com sinceridade, vale assinalar que os dois professores não podem ser responsabilizados pelo modo como foram interpretados (ou, no pior dos casos: mal-interpretados) por mim.

Por fim, agradeço a quem mais sofreu durante o processo: à minha família. Meus pais, Dieter e Maria de los Angeles, assim como meus irmãos, Alfons e Oskar, me acompanharam de longe e sempre conseguiram na Europa o material bibliográfico de que necessitava. Não pretendo começar um texto sobre a neutralidade valorativa carregando nos juízos de valor. Mas um agradecimento especial vai para Thaís, minha esposa, por toda a sua compreensão nos meus momentos de desespero e, claro, pelos três lindos presentinhos que me deu: Jonas, Igor e Iris.

## Sumário:

Introdução.....	5
Capítulo 1 – Questões conceituais.....	8
- Valores.....	10
- Normas.....	18
- Proposições fatuais, valorativas e normativas.....	25
– Filosofia dos valores.....	28
- A vertente neokantiana: Rickert.....	29
- Scheler.....	36
Capítulo 2 - O debate na Associação de Política Social.....	39
- A posição “ausente” na discussão: Schmoller.....	43
- As diferentes posições na Associação de Política Social.....	54
Capítulo 3 - A posição de Weber.....	64
- Sobre o termo usado por Weber.....	65
- Os argumentos da tese da neutralidade valorativa.....	69
Capítulo 4 – As duas dimensões da neutralidade valorativa.....	81
- Os “dois princípios”.....	81
- O problema metodológico. <i>Referência a valor</i> .....	83
- O problema ético. <i>Integridade intelectual</i> .....	90
- O problema dos valores últimos.....	95
- A tipologia dos valores.....	98
Conclusão.....	103
Referências Bibliográficas.....	112
<b>ANEXOS:</b>	
Anexo 1 - O fragmento de Nervi.....	118
Anexo 2 - Carta de Weber para Ferdinand Tönnies de 19.02.1909.....	120
Anexo 3 - Intervenção de Weber na reunião da Associação de Política Social de 1909 em Viena.....	123

*Nothing of what Max Weber has done, said and written has been discussed, commented on, misunderstood and ridiculed as much as his theory of value neutrality in the social sciences.*

Paul Honigsheim

## INTRODUÇÃO

O que se pode esperar de uma análise da posição de Max Weber no debate sobre os valores na ciência, que começa com essa citação desanimadora de Honigsheim? Será mais um comentário repetindo o que já sabemos, ou, repetindo os equívocos a que se refere a citação? O próprio Honigsheim afirma mais adiante que se trata da mais pessoal das teorias de Max Weber, a qual somente pode ser compreendida em conjunto com seu caráter e sua vida (Honigsheim, p.254). Isso indica que nossa tarefa ficou ainda mais difícil. Aparentemente, uma análise atenta dos seus textos metodológicos não é suficiente. Por isso, é necessário levar em conta também suas intervenções orais em debates e suas cartas, que agora estão acessíveis ao público na edição completa das obras de Weber.

A disputa acerca dos juízos de valor ocorreu nas primeiras duas décadas do século XX. Ela começa tímida, com algumas observações em textos, mas logo deflagra debates tensos nas reuniões da Associação de Política Social e na Sociedade Alemã de Sociologia, entidade cuja criação está intimamente vinculada à disputa. O auge da disputa foi a reunião extraordinária da Associação de Política Social em janeiro de 1914, dedicada inteiramente ao problema. Se a disputa metodológica é conhecida como a disputa entre Gustav von Schmoller e o economista austríaco Carl Menger, então a disputa sobre os juízos de valor é a disputa entre Schmoller e Weber. Como Schmoller não se intrometeu diretamente na discussão naquela reunião, sua posição só pode ser reconstruída a partir de seus textos, principalmente de sua contribuição ao *Dicionário de*

*Ciências do Estado* na 3ª edição de 1911. Ali, ao contrário de seu feitiço, discute diretamente as teses de Weber.

Este trabalho começa discutindo algumas características gerais de conceitos como “valor” e “norma” e os problemas fundamentais da filosofia dos valores (capítulo 1). O intuito é explicitar esses conceitos que atualmente, em comparação com a época de atividade de Max Weber, caíram em desuso, ainda que a filosofia analítica, nas últimas duas décadas, voltou a pesquisar o tema. O capítulo expõe, assim, o instrumental utilizado para a reconstrução da tese weberiana. Em seguida (capítulo 2), será apresentada a posição do economista Gustav von Schmoller, figura chave na economia política alemã no início do século passado e cujos argumentos, como veremos, influenciam os demais envolvidos no debate ocorrido em janeiro de 1914 em Berlim. O terceiro capítulo reconstrói os argumentos de Weber com base, principalmente, em seu texto *O sentido da “neutralidade valorativa” das ciências sociológicas e econômicas*, nascido a partir do parecer que Weber mandou à Associação de Política Social, para participar do mencionado debate. Depois, no capítulo 4, trataremos das duas dimensões do argumento weberiano, a dimensão ética e a metodológica e procuraremos esclarecer a relação entre essas duas dimensões.

Em anexo, ainda traduzimos três pequenos textos de Weber que iluminam a tese da neutralidade ou questões pontuais relacionados com ela. O primeiro texto é um fragmento que Weber não chegou a publicar e que discute a filosofia dos valores Rickert. Dadas as divergências na literatura secundária sobre o escopo da influência de Rickert sobre Weber, o fragmento pode ser esclarecedor em alguns pontos. A seguir, uma carta de Weber endereçada ao sociólogo Ferdinand Tönnies que trata de problemas da ética e da religião sobre a condução da vida. Por fim, uma intervenção oral de Max

Weber na reunião da Associação de Política Social em Viena em 1909. Ali se encontra uma exposição resumida, porém bastante profunda, da posição de Weber.

Em suma, se este trabalho conseguir desfazer alguns equívocos relacionados com a neutralidade valorativa, o esforço já terá seu mérito. Pois, tratando-se da neutralidade valorativa, isso já não é pouco.

# Capítulo 1

## Questões conceituais

O discurso acerca dos valores já foi comparado a um pântano (Ritsert, 2009). Isso sugere que não existem pontos firmes para atravessá-lo, que há o permanente perigo de afundar. Hans Joas, logo no início de seu livro sobre a *Gênese dos valores*, adverte que os conceitos relacionados com os valores “não estão definidos claramente – nem na filosofia e nas ciências sociais, nem no debate público mais amplo sobre valores; de fato, eles são extremamente difíceis de determinar e com frequência contestados em sua essência.” (Joas 2000, p. 1). Por isso ele começa seu livro com uma série de perguntas que também nos interessam no presente contexto. Portanto, segundo Joas,

“deve ser perguntado: o que exatamente é um valor e compromissos com valores? Será o conceito de ‘valor’ ainda um conceito filosófico aceitável hoje em dia – ou será o debate público sobre valores antiquado sem esperança, cedendo para questões mais contemporâneas na filosofia? Será que o conceito de valor pode continuar a ser um conceito chave nas ciências sociais, uma vez que reconhecemos as dificuldades em operacionalizá-lo para a pesquisa empírica? Ou seria melhor simplesmente substituí-lo por outros conceitos que correspondam melhor aos métodos de várias áreas de pesquisa, conceitos como ‘atitude’, ‘práticas’ ou ‘cultura’? Qual é, na verdade, a relação entre ‘valores’ e ‘normas’, categorias que frequentemente são usadas como se fossem intercambiáveis?” (Joas 2000, p. 1).

Também Herbert Schnädelbach expressa certo mal-estar com o conceito. Ele critica o debate público acerca dos valores, afirmando que “o apelo a valores é essencialmente uma estratégia conservadora, uma reação a crises – ou o que se toma como tal – no modo ‘voltar para ...!’”<sup>1</sup> (Albert et al. 2003, p. 97). Essa retórica dos valores, segundo Schnädelbach, é um fenômeno muito alemão, que nasce no século XIX e se estende até a primeira metade do século XX. Ele começa comparando

---

<sup>1</sup> Isso lembra um candidato nas eleições municipais de 2012 em São Paulo, o qual, naquela disputa, expressou o desejo de “discutir valores” durante sua campanha.

exemplos de alguns valores defendidos no debate público: no âmbito *político* ele menciona o lema da revolução francesa “liberdade-igualdade-fraternidade” e a letra do hino nacional alemão “unidade e direito e liberdade”<sup>2</sup>; no âmbito *moral*, os valores aparecem em pares: “direito e ordem”, “tradição e retidão”, “disciplina e abnegação”; por fim, no âmbito *social* aparecem “a família”, “o estado de direito”, “a propriedade privada”, “a economia social de mercado”. Com relação aos valores religiosos e estéticos, Schnädelbach afirma não serem considerados passíveis de consenso (Albert et al. 2003, p. 99). Uma análise mais cuidadosa, argumenta Schnädelbach, nos revela que, na verdade, os valores políticos são *princípios* que orientam a ação política, que os valores morais são posturas ou *virtudes* que se supõe ancoradas em seres humanos, enquanto os valores sociais referem-se a *regulamentos institucionais* formais ou informais (Albert et al. 2003, p. 100). De acordo com Schnädelbach, o que ocorre é uma *reificação gramatical*, nós substantivamos modos de ação e de vida, resultando assim a impressão de se tratar de um objeto, no caso, de um valor. Mencionando Russel, Schnädelbach responsabiliza a estrutura sujeito-predicado de nossas línguas indo-europeias por essa tendência reificadora. As questões de Joas e as críticas de Schnädelbach são exemplos do verdadeiro pântano a que se referia Ritsert. Mesmo não tendo o intuito de fornecer respostas unívocas para cada questão, a discussão acerca dessas questões pode esclarecer algumas questões conceituais. Isso talvez nos forneça um pouco de terra firme antes de adentrarmos no discurso sobre os valores e possibilitar a compreensão do debate acerca do seu papel nas ciências sociais, com especial atenção para a posição defendida por Max Weber.

---

<sup>2</sup> Com ironia, Schnädelbach acrescenta entre parêntesis: “A configuração trinitária de tais complexos de valores nos deixa pensativos.” (Albert et al. 2003, p. 99). No lema inscrito na bandeira do Brasil, “ordem e progresso”, resolveu-se suprimir o terceiro princípio, o amor, sobrando uma configuração binária.

## Valores

A primeira distinção importante é aquela entre o valor e o objeto a que se refere<sup>3</sup>. Quando dizemos “a paz é boa”, “a *Arte da Fuga* é bela”, “a laranja é muito saborosa” ou “a missa é sagrada”, então a paz, a *Arte da Fuga*, a laranja e a missa são os portadores de valor, os objetos a que os valores – bom, belo, saboroso, sagrado – estão relacionados, ou, como diria Rickert, se prendem<sup>4</sup>. Esses objetos possuem determinadas características que me permitem descrevê-los com os predicados de valor. Viktor Kraft critica tanto a posição comum de Rickert e Scheler de que os valores não são definíveis, quanto a posição do neopositivista Carnap<sup>5</sup>, que exclui uma definição dos conceitos de valor, por serem carentes de sentido (de acordo com o critério empirista de significado) (Albert/Topitsch, ps. 44-45; Kraft, ps. 10-11). De acordo com Kraft, “o que fornece a peculiaridade a todas as classes de conceitos de valor, encontra-se apenas em um determinado conteúdo substantivo, em características e relações que podem ser indicadas claramente.” (Albert/Topitsch, p. 48; Kraft, p. 13). Isto significa, que existe um conteúdo descritivo nos conceitos de valor; o saudável e o doente se distinguem não somente pelo valor positivo e negativo, senão por diferentes estados fisiológicos. Alguma característica da paz - ou uma série delas - e que não existe na guerra, me leva a descrevê-la como boa. Por outro lado, porém, é evidente que ninguém é obrigado a

---

<sup>3</sup> Kraft utiliza o termo “portador do valor” (Kraft in: Albert/Topitsch, p. 44; em inglês, Kraft, p. 10), já Rickert fala de “bens” (Rickert 1999, p.). Em Scheler aparecem os bens, que são coisas com valor positivo, e os portadores, que são compreendidos de modo semelhante a Kraft. Perry afirma que a maioria das análises filosóficas sobre valores estiveram preocupadas em saber quais coisas são boas, ao invés do que significa o termo *bom*, “a maioria das teorias éticas procurou pela *denotação* do termo ‘bom’, ao invés de por sua *conotação*.” (Perry, p. 18)

<sup>4</sup> Na explicação de Kraft lemos: “O objeto ao qual um valor é atribuído é o *portador do valor*; o valor que lhe é atribuído é expresso por um *predicado de valor*. Este é um conceito de valor e na maioria das vezes tem a forma de adjetivo, mas também a de substantivo ou verbo: x é pecaminoso, x é um pecado, x peca.” (Albert/Topitsch, p. 44 ou Kraft 1981, p. 10, grifos meus).

<sup>5</sup> É interessante notar que em *Der logische Aufbau der Welt*, Carnap ainda aceita uma concepção rickertiana da objetividade dos valores. Sobre os motivos “internos” e “externos” que levaram Carnap a mudar de posição, ver o artigo de Thomas Uebel “Metafísica BLUBO”: A rejeição da teoria dos valores do neokantismo do sudoeste alemão por Carnap e Neurath” (in: Siegetsleitner (ed) 2010, págs. 103-129). O termo “BLUBO” do título refere-se ao lema fascista “sangue e terra” (Blut und Boden).

concordar comigo. Há pessoas que gostam da guerra<sup>6</sup>, que não apreciam a música bachiana, que não consomem laranjas ou que desprezam as missas. No entanto, essas pessoas não discordam de mim quanto ao significado dos predicados de valor bom, belo, saboroso e sagrado, senão apenas os relacionam a objetos diferentes. Isso significa que um predicado de valor não apenas descreve um objeto, mas também expressa uma determinada relação do sujeito que julga com o objeto. Como afirma Kraft, no juízo de valor há “*dois componentes: um componente meramente substantivo, neutro e um distintivo, o qual constitui o caráter de valor propriamente dito.*” (Albert/Topitsch, p. 49; Kraft, p. 13). A economia clássica diferenciava entre o valor de troca e o valor de uso de um objeto<sup>7</sup>, o primeiro é objetivo, ou, nas palavras de Kraft, substantivo e neutro, uma vez que se baseia na quantidade de trabalho necessário para a produção do objeto. O valor de uso, ao contrário, é subjetivo e reflete o valor que determinado indivíduo relaciona com determinado objeto<sup>8</sup>. Talvez seja em virtude desse componente subjetivo que, no âmbito dos valores em geral, assim como no da moral em particular, se utilize o conceito “psicológico” de *juízo* ao invés da variante linguística de *proposição* ou *sentença*<sup>9</sup>. Isso ocorre também em autores familiarizados com a filosofia analítica da linguagem. No discurso sobre valores, por exemplo, em Kraft e Hare, no âmbito da moral, por exemplo em Habermas, Tugendhat ou Moore.

Esses dois componentes do predicado de valor, o descritivo e o propriamente valorativo, podem variar. Termos meramente descritivos podem tornar-se valorativos e vice-versa<sup>10</sup>. O substantivo “democracia”, assim como o adjetivo “democrático”, descreve determinadas situações de distribuição de poder, no entanto, diversos jornais

---

<sup>6</sup> ver Perry, p. 36-37

<sup>7</sup> Ver Smith 1812, vol. 2, p. 42

<sup>8</sup> A economia marginalista, que abre mão da teoria do valor baseado no trabalho, é por isso chamada de teoria subjetivista do valor.

<sup>9</sup> Sobre a substituição de um pelo outro na lógica, ver Tugendhat/Wolf, cap. 2.

<sup>10</sup> Ver Hare, ps. 118-121.

saudaram o golpe de 1964 no Brasil como ressurgimento da democracia. Assim também o fez em 2013 um ministro das relações exteriores dos Estados Unidos, referindo-se à deposição do presidente eleito do Egito pelas forças armadas daquele país. Evidentemente o uso do termo nesses casos não é descritivo, senão claramente valorativo. Um sistema político é declarado “democrático” quando é considerado “bom”, “positivo”, por aquele que profere o juízo. Por outro lado, basta ler os textos de Nietzsche para notar que o termo “democracia” também pode adquirir uma carga valorativa negativa. Fica claro, então, que o proferimento de um juízo de valor nos revela algo sobre o objeto, mas também algo sobre o sujeito que profere o juízo. Parece que algumas vezes mais sobre uma coisa do que sobre outra, dependendo da informação prévia que possuímos sobre o objeto ou o sujeito.

Baseado em suas análises filológicas, Nietzsche sugere que os juízos de valor utilizados no campo da moral, e que possuem forte carga valorativa, eram originalmente predicados descritivos. Essa tese é levantada no parágrafo 115 de *Para além do bem e do mal*, no qual Nietzsche expõe a diferença entre os dois tipos de moral, a dos senhores e a dos escravos. E Nietzsche volta a esse argumento na *Genealogia da Moral* (especialmente os primeiros três parágrafos da parte 1). De acordo com sua tese, o predicado de valor “bom”, em sua origem etimológica, simplesmente descrevia o modo de ser dos senhores, a maneira como se diferenciavam do modo de ser da massa, do que é “comum” e “próprio do populacho” (Nietzsche, p. 94). Por isso, o filósofo qualifica esses modos dos senhores como *criadores de valor* (Nietzsche, p. 78). A análise de Nietzsche restringe-se aos valores morais, mas se poderia perguntar se o mesmo ocorre com todos os predicados de valor, isto é, se todos se desenvolvem a partir de significados descritivos. Hare rejeita essa interpretação e fornece um exemplo. O predicado “eligible”, na expressão “eligible bachelor”, inicialmente era um predicado de

valor significando “deve ser escolhido (como marido para a filha)”<sup>11</sup> (Hare, p. 120). Nesse exemplo ocorreu o inverso, um termo valorativo passou a ser utilizado de modo descritivo.

As questões acima se referem ao modo como o significado descritivo e o propriamente valorativo variam no uso da linguagem. Porém, também a própria diferenciação entre o conteúdo semântico descritivo e o valorativo foi criticada, por exemplo, por Iris Murdoch, John McDowell e Hilary Putnam<sup>12</sup>. De acordo com eles, não é possível fazer essa distinção de modo claro, como demonstram termos éticos espessos<sup>13</sup>, tais como “cruel”. Mesmo um uso descritivo desses termos implica uma tomada de posição do orador.

“O que é característico de descrições ‘negativas’ como ‘cruel’, assim como de descrições ‘positivas’ como ‘corajoso’, ‘moderado’, ou ‘justo’ (note-se que esses são os termos que Sócrates força seus interlocutores a discutir repetidas vezes), é que, para usá-los de modo discriminado, é necessário que alguém tenha a capacidade de identificação imaginária com um *ponto de vista valorativo*.” (Putnam, p. 39).

Ou, como diz Habermas em sua análise de Putnam, “a descrição é o posicionamento” (Habermas 2004, p. 286). De acordo com Putnam, se acreditarmos que “corajoso” significa simplesmente “sem medo de arriscar a vida ou os membros”, não compreenderemos as distinções entre “corajoso” e “precipitado” ou “imprudente”, tão importantes para Sócrates. “Isso também é a razão porque (como Iris Murdoch frisou em um livro maravilhoso, *The Sovereignty of Good*) sempre é possível *aperfeiçoar nossa compreensão* de conceitos como ‘impertinência’ ou ‘crueldade’” (Putnam 2002, p. 40). A tese de Putnam não pretende negar a *diferença* entre fatos e valores, mas combater a pretensa *dicotomia* entre ambos, uma dicotomia, segundo Putnam, análoga e

---

<sup>11</sup> Note-se que a definição que Hare oferece para um predicado de valor é claramente normativa, ele prescreve o que *deve* ser feito. Sobre a relação entre proposições valorativas e normativas, ver adiante.

<sup>12</sup> Ver Putnam 2002, cap. 2, especialmente ps. 34 em diante. Também o ensaio de Habermas sobre valores e normas em Putnam (Habermas 2004, especialmente ps. 285-286).

<sup>13</sup> Os termos éticos espessos são termos com conteúdo ético (normativo) e descritivo, ao contrário dos termos éticos magros (como “bom”, “deve”, “correto”), que possuem apenas conteúdo ético. Putnam, acrescenta entre parêntesis que se trata de termos éticos “mais magros” (Putnam, p. 35), indicando que não acredita plenamente na existência de termos éticos puros, sem conteúdo descritivo.

consequência daquela entre juízos analíticos e sintéticos. De acordo com Putnam, os fatos e os valores estão entrelaçados (Putnam 2002, especialmente cap. 2).

Se analisarmos a argumentação de Putnam, veremos que a crítica ocorre porque a ideia dos “dois conteúdos” (o valorativo e o descritivo) não descreve corretamente casos concretos de predicados de valor. Creio que a concepção dos “dois conteúdos” dos termos valorativos deve ser entendida como um recurso metodológico para compreender a natureza dos predicados de valor, e não sua descrição real. Trata-se de tomar os predicados de valor *como se* tivessem dois componentes que pudessem ser identificados e separados<sup>14</sup>, trata-se, creio, de entender essa concepção de predicados de valor como um tipo ideal. E nesse contexto, seria importante lembrar a advertência de Gabriel Cohn, para não “confundir o conceito de tipo com o de *modelo*, ou seja, tomá-lo como se fosse um sistema de variáveis que, pela manipulação dos seus valores quantitativos, permite a simulação das características do objeto real.” (Cohn 1979, p. 136).

Mas voltemos, por ora, aos termos éticos magros. No primeiro exemplo acima, utilizei o predicado valorativo “bom”, que é tido como um predicado de valor puro. Por isso é utilizado frequentemente como paradigma para a compreensão dos valores. Moore, nos *Principia Ethica*, o considerou um conceito simples e, por conseguinte, indefinível. “(...) assim como você não pode, com quaisquer meios, explicar a alguém que não o saiba já de antemão o que é amarelo, assim você não pode explicar o que é bom.” (Moore, p. 7). Esse predicado de valor costuma estar relacionado com a esfera da moral. Como afirmara Perry, “os valores morais são tão inextricáveis, que a ética

---

<sup>14</sup> Sobre essa estratégia em geral, ver o livro do kantiano Hans Vaihinger, *A filosofia do “como se”*, em que mostra a utilidade científica de ficções nas mais diversas áreas de estudo. O livro de Vaihinger, apesar das ideias do autor remontarem a 1876-77 (ver prefácio `2ª edição em Vaihinger 1922), só foi publicado em 1911. Weber já falava da utilidade de ficções na economia política desde 1894, que uma década mais tarde o fariam criar o conceito de tipo ideal. Essa estratégia de análise, creio, provém de Kant e sua noção de pureza. Não é por acaso que Weber usa com tanta frequência o adjetivo “puro”.

frequentemente assumiu a propriedade de todo o campo dos valores” (p. 5-6). Entretanto, o predicado “bom” pode ser usado em inúmeros contextos fora da esfera da moral. No conto *Cantiga de Esponsais*, Machado de Assis descreve o personagem Mestre Romão de modo sucinto: “é bom músico e bom homem”<sup>15</sup>. O primeiro “bom” não se refere a qualidades morais, mas a habilidades técnicas do personagem no campo da música. Já o segundo “bom” parece estar relacionado com o âmbito moral<sup>16</sup>, mas exerce, no conto, uma função muito mais descritiva do que valorativa. Isto significa que Machado de Assis não está preocupado em elogiar o Mestre Romão, mas em descrever suas qualidades morais<sup>17</sup>.

Por outro lado, determinados termos valorativos não são necessariamente exclusividade de um âmbito específico. É comum utilizar predicados de valor provindos de outras esferas de valor (para utilizar a terminologia weberiana) para expressar juízos morais. Quando pais repreendem seus filhos por uma ação moralmente reprovável, é comum dizerem “que coisa feia!”, ou seja, utilizam um predicado de valor estético para um juízo moral<sup>18</sup>.

Os valores, porém, ainda possuem outras características importantes. Em primeiro lugar, eles são bipolares. A um valor se contrapõe um desvalor: “bom” e “mau”, “belo” e “feio”, etc. Além disso, os valores também relacionam objetos entre si, colocando-os em determinada ordem hierárquica de preferência<sup>19</sup>. Existem então,

---

<sup>15</sup> Sobre as variedades de uso do termo “bom”, ver a parte II do livro de Hare.

<sup>16</sup> Sobre o termo “bom” no sentido moral e no sentido técnico, ver Tugendhat 1996, ps. 37 e segs. No âmbito normativo, aos dois usos de “bom” equivalem os imperativos hipotético (não-moral) e o categórico (moral).

<sup>17</sup> A literatura está repleta de exemplos de juízos de valor com função descritiva. Isso se deve à característica dos juízos de valor acima mencionada de fornecerem informações sobre o proferidor. No caso da literatura, esse proferidor não precisa ser diretamente o autor, senão o personagem ou mesmo uma representação do autor em seu diálogo com o leitor (Machado de Assis).

<sup>18</sup> Ver o interessante quadro da psicologia dos valores fornecido por Kraft na parte III de seu livro, especialmente o capítulo 3: *Desenvolvimento da característica de valor*.

<sup>19</sup> Sobre a preferência, ver Scheler 1921 e, antes dele, já Brentano 1955.

diferentes graus com que um valor se aplica a um objeto<sup>20</sup>. Para expressar esse fato, utilizam-se as formas comparativas e superlativas de adjetivos (ou de adjetivos substantivados). “Bach é melhor que Schönberg!” ou “Beethoven é o melhor!” são frases que podem ser ouvidas nos intervalos em salas de concerto. Bourdieu relacionou essas questões de gosto com a situação social do respectivo proferidor em seu livro sobre *A Distinção*. Preferir Beethoven a Bach ou Schönberg é algo tão revelador como preferir Rock ao Funk Carioca ou, em séculos passados, preferir Palestrina a Monteverdi<sup>21</sup>.

Se os valores expressam a preferências, porque não dizemos simplesmente “eu prefiro a paz, a música de Bach, as laranjas, as missas”? Porque utilizamos termos valorativos como “bom”, “belo” e outros? Se aceitarmos a teoria de Hare, então isso não ocorre porque os juízos de valor sempre possuem, implicitamente, uma recomendação<sup>22</sup> para ação. Também Kraft pensa de modo semelhante, pois afirma que os juízos de valor encerram em si “*a orientação de uma posição com relação a um objeto, e, a saber, de modo geral e anônimo, não de uma determinada pessoa para determinadas pessoas.*” (Albert/Topitsch, p. 56). Ambos, portanto, afirmam haver um conteúdo prescritivo nos juízos de valor, e por isso são chamados de normativistas por Schnädelbach (Albert et al., 2003 p. 103). O conteúdo normativo, porém, não está propriamente no nível semântico, mas no nível pragmático da linguagem. Assim sendo, a conclusão de Hare e de Kraft talvez seja consequência de tomarem os juízos morais como paradigma, já que em outros âmbitos não parece ocorrer o mesmo. Quando elogio uma pessoa dizendo que

---

<sup>20</sup> Na lógica sentencial, a verdade é bivalente. Isto significa que uma proposição só pode ser verdadeira ou falsa, *tertium non datur*. No entanto, já existem lógicas com gradações no valor de verdade e lógicas polivalentes; a respeito, ver Haack ps. 226 e segs. e ps. 269 e segs.

<sup>21</sup> É importante notar, porém, que os gostos não são estanques. Principalmente no consumo da música popular se nota uma fenomenal capacidade de mobilidade social; estilos musicais de camadas sociais subalternas “caem” no gosto das superiores. Os exemplos são inúmeros, como o Jazz e seus desdobramentos: Funk, Rock ou Rap ou, no Brasil, o Choro e o Samba (agora denominado: de raiz) entre tantos outros.

<sup>22</sup> Hare, usa o termo “commend” (ver p. ex., p. 91).

a comida que preparou estava ótima, não necessariamente estou recomendando uma ação. Caso a pessoa seja minha mulher, pode ser que eu espere que minha observação a faça cozinhar mais vezes esse mesmo prato para mim. Mas se a pessoa for um cozinheiro de um restaurante numa cidade que dificilmente voltarei a visitar, minha observação pode ser apenas um agradecimento ou cortesia. E se o cozinheiro não escutar a mesma observação (ou se defrontar com observações em contrário) de outros fregueses, provavelmente não voltará a preparar esse prato. Em todos esses casos, trata-se daquilo que Weber denomina o sentido subjetivo da ação (neste caso, de uma ação linguística<sup>23</sup>, o proferimento de um juízo de valor). Os sentidos subjetivos para uma ação concreta podem ser os mais variados.

Outra característica das proposições valorativas é possuírem a mesma forma lógica que proposições fatuais. Elas afirmam que S é P, sendo S um objeto passível de ser conhecido empiricamente e P um predicado de valor. As sentenças “Todos os cisnes são brancos” e “Todos os cisnes são bonitos” possuem a mesma forma lógica, porém apenas a primeira é uma proposição fatural verificável, ou melhor – já que o exemplo é emprestado de Popper - corroborável. Para a segunda, a experiência não possui muito valor. Posso ter visto, em minha vida, dois cisnes ou dois mil, isso não fornece maior veracidade à sentença. Alguém que não gosta de animais e Luís II da Baviera nunca chegarão a um acordo sobre a segunda proposição. Theodor Geiger denomina as proposições fatuais de teóricas e os juízos de valor de proposições ideológicas (Albert/Topitsch, ps. 33-43), chegando à conclusão de que estas últimas são teoricamente ilegítimas. A opção terminológica de Geiger está em conformidade com a época em que escreve. Na época em que Weber se confrontava com esses problemas,

---

<sup>23</sup> Vale lembrar que Weber, ao introduzir, inspirado por Simmel, a diferença entre sentido objetivo e subjetivo em *Roscher e Knies*, utiliza-se de exemplos de ações linguísticas: “de uma pergunta, de uma afirmação, de um apelo à compaixão, ao patriotismo ou coisas semelhantes” (G.A.z.W., p. 94).

eles eram tratados através do conceito de “valor”. No decorrer do século XX, o conceito de “ideologia” tomou, cada vez mais, o lugar de conceito central para essas questões<sup>24</sup>.

As características gerais dos valores foram brevemente resumidas por Miguel Reale em sua *Filosofia do Direito*. O jurista cita a bipolaridade, a implicação, a referibilidade, a preferibilidade, a incomensurabilidade e a gradação hierárquica. A *bipolaridade* estabelece que a um valor se contraponha sempre um desvalor, “ao bom se contrapõe o mau; ao belo, o feio; ao nobre, o vil; e o sentido de um exige o do outro. Valores positivos e negativos se conflitam e se implicam em um processo.” (Reale 1965, p. 169). Sobre a *implicação*, Reale - influenciado por Hartmann - expõe que os valores “se implicam reciprocamente, no sentido de que não se realizam sem influir, direta ou indiretamente, na realização dos demais valores” (Reale 1965, p. 170). A *referibilidade* estabelece que “tudo aquilo que vale, vale para algo ou vale no *sentido de algo e para alguém*” (Reale 1965, p. 171). E por fim, a *preferibilidade*, a *incomensurabilidade* e a *gradação hierárquica* (Reale 1965, p. 171), as quais Reale não detalha.

## Normas

Em geral, tem-se como norma uma sentença que contém o verbo “dever” ou algum equivalente como “ter que” ou “precisa”, ou senão sentenças utilizando verbos no imperativo<sup>25</sup>. Como já vimos, as proposições valorativas, ao contrário, possuem a

---

<sup>24</sup> As perguntas iniciais de Joas (ver acima) mostram esse desconforto com o conceito de “valor”. A reconstrução que Joas oferece dos autores preocupados com a gênese dos valores, mostra um claro hiato temporal durante a maior parte do século XX. Apenas no final daquele século, problemas relacionados com os valores voltaram à preocupação dos filósofos (ver Joas, p. 124)

<sup>25</sup> Ver a discussão, na primeira parte do livro de Hare, sobre o *modo imperativo (imperative mood)*, que engloba não apenas os imperativos na forma gramatical, senão a linguagem prescritiva em geral (Hare 1964, ps.). Numa nota de rodapé de sua obra *O conceito de lei*, H. L. A Hart lamenta que a classificação das variedades dos imperativos seja um tema de pesquisa virtualmente esquecido. Ele afirma que há “grande necessidade de uma discriminação das variedades de imperativos através da referência a

mesma forma que proposições fatuais, usando o verbo “ser” ou algum equivalente (geralmente mais fraco, como “parece”), ou mesmo ligando diretamente um adjetivo a um substantivo. As proposições normativas não se referem a um estado de coisa, mas a uma exigência, a algo que deve ser realizado, ou seja estão orientadas para algum evento futuro. Nos dez mandamentos divinos que Moisés recebe do Senhor no monte Sinai, os verbos estão no futuro. Lê-se ali: “não *terás* outros deuses além de mim”, “não *farás* para ti ídolos”, “não te *prostrarás* diante deles” e também “não *matarás*”, “não *furtarás*”, “não *cobiçarás*” e assim por diante. Esses mandamentos possuem uma orientação para o futuro, pretendem normatizar as ações futuras do povo que os recebe. As proposições valorativas, ao contrário, estão orientadas para eventos passados, os quais às vezes permanecem no presente, para algo que já existe e está aí ou que já existiu. “A paz é boa”. “A *Arte da Fuga* é bela”<sup>26</sup>.

Isso é explicitado de maneira clara pela seguinte passagem da monumental *Ética dos valores*<sup>27</sup> de Scheler. O filósofo alemão adverte que não devemos dizer

“que os assim chamados ‘juízos de valor’ expressam, no lugar de uma conexão existencial<sup>28</sup>, uma ‘conexão de dever’, um dever-ser; e que ‘bem’ e

---

situações sociais contextuais”. Ou seja, de certo modo Hart incentiva uma investigação sobre os imperativos similar à que ele empreendera sobre o conceito de lei. “Perguntar em que tipos padrão de situação o uso de sentenças no modo gramatical imperativo seria classificado normalmente como ‘ordens’, ‘pedidos’, ‘solicitações’, ‘comandos’, ‘direções’, ‘instruções’, etc. é um método de descobrir não meros fatos sobre a linguagem, mas similaridades e diferenças entre várias situações e relações sociais, reconhecidas na linguagem. A apreciação dessas é de grande importância para o estudo da lei, da moral e da sociologia.” (Hart 1961, nota ps. 234-235).

<sup>26</sup> Isso não exclui a possibilidade de referir-se a eventos passados usando formas normativas, p. ex. proferindo: “Você devia ter escutado a sua mãe.” ou a eventos futuros com proposições valorativas: “a supressão do modo capitalista de produção será muito boa para a humanidade.”. No primeiro caso, o orador se refere a um momento anterior à consumação da ação, em que ainda existia a possibilidade para o agente de escutar sua mãe. Além disso, o próprio agente pode compreender a sentença como um imperativo, significando algo como: “Na próxima vez em que você se encontrar em situação similar, *escute* a sua mãe.”. Isto, no entanto, está vinculado à dimensão pragmática da linguagem e não faz parte do significado objetivo da sentença. Na dimensão pragmática da linguagem, mesmo sentenças descritivas como “está chovendo” podem adquirir um sentido imperativo como “*use* um guarda-chuva”. No segundo caso, trata-se de uma previsão de proposição valorativa, o sujeito que profere a sentença imagina que, uma vez determinado estado de coisa venha a existir, o avaliará positivamente. Porém, se a supressão do modo capitalista de produção for ocasionada por uma volta ao modo escravocrata, o mesmo sujeito provavelmente faça um juízo de valor contrário ao previsto. De maneira análoga, não posso avaliar livros ainda não escritos ou peças musicais ainda não compostas. Em suma, trata-se de uma orientação temporal na dimensão semântica das sentenças, as normas pretendem fazer com que determinados atos ocorram no futuro, e as proposições valorativas se referem a determinado estado de coisa.

<sup>27</sup> O título completo é *O formalismo na Ética e a Ética material dos valores*. Sobre essa obra, ver adiante.

‘mal’ apenas representam diferentes tipos desse ‘dever’; ou também, que um *dever* vivenciado de alguma maneira seja a fundamentação necessária para um juízo de valor. O sentido moral de sentenças como ‘esse quadro é belo’, ‘esse homem é bom’, não é absolutamente que esse quadro ou aquele homem ‘devam’ ser algo. Ele *é* bom; ele – então – não ‘deve’ sê-lo (ou ser algo diferente). Essas sentenças reproduzem simplesmente um *estado fatural...*” (Scheler 1921, p. 185).

De acordo com Scheler, “o âmbito do juízo de valor possui uma amplitude muito maior do que o âmbito do dever.” (Scheler 1921, p. 186).

A relação entre proposições valorativas e normativas é compreendida de diferentes maneiras por diferentes autores. Há quem considere que pretendem enunciar a mesma coisa, que são duas diferentes maneiras de expressar um mesmo conteúdo e que não há necessidade de distinguir claramente entre ambas. Talvez essa concepção tenha influenciado Miguel Reale a escrever a seguinte sentença falsa: “os juízos de valor, que tem uma forma expressional diversa [dos juízos de realidade: *S é P*, D.F.], da seguinte maneira: *S deve ser P*” (Reale 1965, p. 223). Na verdade, ocorre exatamente o contrário, os juízos de valor possuem a mesma forma expressional dos juízos de realidade, e não das proposições normativas. A tese da equivalência entre proposições valorativas e normativas é bastante difundida entre autores preocupados com questões morais, tais como Hare, Tugendhat ou Putnam<sup>29</sup>. As questões morais utilizam os dois tipos de proposição. Numa nota de rodapé da *Sociedade Aberta e seus Inimigos*, Popper reflete:

“Somente quando a palavra ‘bom’ é usada num sentido ético, i. e. somente quando é usada para significar ‘aquilo que eu devo fazer’, eu poderia derivar da informação ‘x é bom’ a conclusão de que eu devo fazer x. Em outras palavras, se a palavra bom deve ter qualquer significado ético, ela precisa ser definida como ‘aquilo que eu (ou nós) devo fazer (ou promover)’. Porém, se é definida assim, então todo o seu significado é esgotado pela frase definidora, e em cada contexto pode ser substituída por essa frase, i. e. a introdução do

---

<sup>28</sup> O termo utilizado por Scheler é “Seinsverbindung”, trata-se de uma conexão entre sujeito e predicado mediada pelo verbo “ser”.

<sup>29</sup> Putnam, seguindo o exemplo do economista Amartya Sen, cujo texto está analisando, dá os seguintes exemplos de juízo de valor: “A pena de morte deveria (should) ser abolida” e de imperativo: “Abolamos a pena de morte” (ver Putnam 2002, p. 71). Evidentemente, ambas as sentenças são proposições normativas, ou estão no modo imperativo, ainda que num grau diferente. Esse exemplo confirma a observação de Hart sobre a necessidade de uma investigação acerca das variedades dos imperativos.

termo ‘bom’ não pode contribuir materialmente para o nosso problema” (Popper, p. 208).

Tugendhat, preocupado com os juízos morais, também analisa em conjunto o grupo de sentenças “é bom” e o grupo “deve/tem que” (Tugendhat 1997, p. 39 e segs.). Para todas essas abordagens da moral, haveria entre juízos de valor e normas uma simetria semelhante àquela entre explicações e predições no terreno da linguagem científica: se o evento referido pela sentença moral está situado no futuro (o que significa que ainda pode ser influenciado), então se utiliza uma proposição normativa, caso seja um evento passado ou presente já consumado, usa-se um juízo de valor.

Em suma, no campo da moral, quando profiro uma proposição valorativa, ela parece ser idêntica a uma proposição normativa. Por exemplo, “é bom ser honesto” parece afirmar o mesmo que “devo ser honesto”. Em ambos os casos se trata de proposições morais, porém em formas lógicas distintas. No entanto, em proposições valorativas estéticas ou de gosto<sup>30</sup>, a diferença com relação a proposições normativas é muito mais nítida. Como já colocou com precisão Scheler, há valores, dos quais não faz sentido afirmar que seus portadores devam ser isso ou aquilo, e neles se incluem “todos os predicados estéticos de objetos naturais” (Scheler 1921, p. 186). Posso afirmar que a *Arte da Fuga* de J. S. Bach é bela, mas posso realmente deduzir uma prescrição clara a partir desse juízo de valor? Que devo escutar a peça uma vez por dia? Que devo aprender a tocá-la? Ou que devo começar a compor utilizando a mesma técnica? A diferença fica ainda mais clara quando me refiro a belezas naturais. Qual proposição normativa segue da sentença “as praias do Nordeste brasileiro são muito bonitas”? É evidente que existem contextos em que proposições sobre a beleza de alguma obra de arte ou de algum objeto da natureza são usadas prescritivamente. Se imaginarmos um casal decidindo entre diferentes opções de concerto ou de destinos turísticos; neste

---

<sup>30</sup> Por ora não nos importaremos com as controvérsias acerca das diferenças entre esses dois tipos de proposição.

contexto, os juízos de valor podem adquirir um claro sentido normativo<sup>31</sup>. O mesmo ocorre, quando um orientador faz elogios a um determinado livro em frente ao seu orientando. Mas nesses casos trata-se novamente da dimensão pragmática da linguagem e não de seu conteúdo semântico, ou, na terminologia de Weber, da diferença entre o sentido objetivo e o subjetivo de uma ação, que neste caso, é linguística.

Se os autores citados acima preocupados com questões éticas identificam algum tipo de equivalência entre normas e valorações, há autores que postulam uma função de fundamentação de uma com relação à outra. No âmbito da teoria pura do direito, por exemplo, Hans Kelsen afirma que as normas fundamentam os juízos de valor. Ele define uma conduta real como “boa” quando está de acordo com a norma e má, quando está não corresponde à norma. Uma sentença que trata da arbitrariedade da norma mostra essa relação claramente: “Na medida em que *as normas que constituem o fundamento dos juízos de valor* são estabelecidos por atos de vontade humana, e não uma vontade supra-humana, os valores através delas constituídos são arbitrários.” (Kelsen 2006, p. 19, grifos meus). Ao colocar, dentro do quadro de referência de sua teoria do direito, as normas como fundamento dos juízos de valor, estes últimos adquirem valor de verdade. “Como juízo, pode tal proposição ser verdadeira ou falsa, pois refere-se à norma de um ordenamento vigente.” (Kelsen 2006, p. 20). Kelsen cita o exemplo da moral cristã; se afirmo que odiar seu inimigo é bom, isto é falso, já que a norma estabelece o contrário. Evidentemente, a teoria de Kelsen não pretende tratar do âmbito da moral, pelo contrário, todo o esforço do teórico consiste em criar um domínio próprio para o fenômeno do direito, independente da moral. Para essa relação de fundamentação ocorrer, é necessária uma autoridade, a qual, no caso direito, é a vontade do legislador. A dificuldade da ética moderna, em contraposição ao que Tugendhat

---

<sup>31</sup> Pelo menos com alguma intensidade, a qual seria necessário investigar, como sugere Hart.

chama de morais tradicionais, consiste precisamente na ausência de uma autoridade (Tugendhat 1996, ps.).

Por outro lado, há autores que afirmam exatamente o contrário de Kelsen. Schnädelbach os chama ironicamente de “amigos dos valores” (Albert et al. 2003, p. 102). Para esse grupo, os valores são os que fundamentam as normas. Essa concepção é defendida por Scheler, de acordo com o qual, “o fato de uma ação ‘dever’ ser, pressupõe que esteja apreendido na intenção o *valor* da ação que ‘deva’ ser.” (Scheler 1921, p. 186). Em outra passagem, ele é ainda mais enfático: “tudo aquilo que possui valor positivo deve ser, e tudo aquilo que possui valor negativo não deve ser. O contexto com isso estabelecido *não* é bilateral, senão unilateral. Todo dever está fundado em valores, conquanto valores *não* estão fundados em um dever ideal.” (Scheler 1921, p. 210). Scheler se opõe à ideia de que o valor crie automaticamente um dever no sentido de um imperativo para a ação. Por isso, o filósofo prefere utilizar o conceito de “dever ideal”, o qual apenas prescreve que “valores positivos devem ser” e “valores negativos não devem ser” (ver Scheler 1921, p. 206 e segs.). O dever (Sollen) enquanto “exigência”, “ordem”, “norma” ou “dever” (Pflicht) estaria vinculado a algum tipo de imperativo. Também para Moore as proposições normativas fundamentadas em proposições sobre valores, porém, de um modo um pouco diferente do que em Scheler. Todas as leis morais, afirma Moore, referindo-se a sentenças como “o que é correto?”, “qual é meu dever” ou “o que devo fazer?”, “são meramente asserções de que certos tipo de ação terão *bons* efeitos” (Moore, p. 146, grifos meus).

Finalmente, existe a concepção de que se trata de coisas distintas que não possuem relação de fundamentação alguma. Seguindo Moore, Schnädelbach considera “bom” o predicado básico das valorações. Já as normas, segue o argumento, são algo distinto, pois contêm uma prescrição que diferencia entre o “correto” e o “errado”.

“Para os amigos dos valores, isso frequentemente é demasiado complicado: eles tendem a apresentar as próprias normas enquanto valores.” (Albert et al. 2003, p. 102). O autor afirma que valorações e prescrições não podem ser reduzidas umas às outras, “‘bem’ não é definível por ‘correto’ e vice-versa” (Albert et al. 2003, p. 103), e ataca tanto os “amigos dos valores” quanto os normativistas, tais como Hare. Schnädelbach então conclui:

“Valorações e prescrições fazem parte de dois diferentes contextos de fala, e a diferença de sua gramática fundamenta aquela entre valores e normas. Por isso, a reificação gramatical leva a diferentes resultados em ambas as áreas. Nas valorações, os valores são criados pela objetivação daquilo que os predicados de valor significam; nas prescrições, ao contrário, é sobre tudo a confusão do significado de normatizações com o seu objeto que leva os objetos, estados de coisa, regulamentos, modos de ação normatizados a tenderem a ascender ao céu dos valores. Em ambos os casos a suspeita de ideologia é evidente, pois aqui como lá se trata de uma pseudo-objetividade gramaticalmente criada que literalmente instiga o abuso.” (Albert et al. 2003, p. 104).

Sobre a posição de Weber, Schnädelbach afirma que estaria preso “ao jargão da filosofia dos valores da época e sua falta de clareza conceitual no âmbito dos valores e das normas pesam no debate sobre a neutralidade valorativa até os nossos dias” (Albert, et al. 2003, p. 105). A própria definição dos tipos de ação em Weber parece dar razão a Schnädelbach. “Ação racional referente a *valores* é sempre (no sentido de nossa terminologia) uma ação de acordo com ‘*mandamentos*’ ou conforme ‘*exigências*’ que o agente acredita dirigidos contra si.” (G.A.z.W., pág. 566, Weber 1998, pág. 15 grifo meu). Essa definição, assim como inúmeros outros trechos de seus textos metodológicos<sup>32</sup> sugerem que Schnädelbach está certo quando diz que “sobre tudo a relação entre valores e normas, avaliações e prescrições, não é nítida em Weber” (Albert, et al. 2003, p. 105). No entanto, a posição de Weber pode derivar tanto da tese da equivalência entre normas e valores, quanto da concepção da fundamentação das normas nos valores. Creio que Weber está entre os “amigos dos valores”, na

---

<sup>32</sup> Schnädelbach cita alguns exemplos (Albert, et al. (eds.) 2003, ps. 106-108)

classificação de Schnädelbach. E tal como Kelsen, não necessariamente por convicção filosófica, senão em virtude de seu objeto de estudo, a ação humana. Seu esforço consiste em entender porque os agentes seguem determinadas normas e deixam de seguir determinadas outras.

### Proposições fatuais, valorativas e normativas

A separação entre proposições fatuais e proposições normativas, a impossibilidade de implicação lógica entre uma e outra, tem sido chamado de lei de Hume. Isso porque o filósofo escocês escreveu em seu *Tratado da Natureza Humana*:

In every system of morality, which I have hitherto met with, I have always remark'd, that the author proceeds for some time in the ordinary way of reasoning, and establishes the being of a God, or makes observations concerning human affairs; when of a sudden I am surpriz'd to find, that instead of the usual copulations of propositions, *is*, and *is not*, I meet with no proposition that is not connected with an *ought*, or an *ought not*. This change is imperceptible; but is, however, of the last consequence. For as this *ought*, or *ought not*, expresses some new relation of affirmation, 'tis necessary that it shou'd be observ'd and explain'd; and at the same time that a reason shou'd be given, for what seems altogether inconceivable, how this new relation can be a deduction from others, which are entirely different from it. But as authors do not commonly use this precaution, I shall presume to recommend it to the reader; and am perswaded, that this small attention wou'd subvert all the vulgar systems of morality, and let us see, that the distinction of vice and virtue is not founded merely on the relations of objects, nor is perceiv'd by reason." (Hume, 2000 [1739-1740], p. 302).

A tentativa de deduzir proposições normativas de proposições fatuais é comumente chamado de falácia naturalista. Na realidade, a falácia naturalista, que Moore descreve nos *Principia Ethica*, se refere a reduzir uma proposição valorativa, a saber, proposições contendo o termo “bem”, a proposições fatuais. “Mas se ele confunde ‘bem’, que não é um objeto natural no mesmo sentido, com qualquer objeto natural, então há razão em chamar isso a falácia naturalista.” (Moore, p. 13). Vejamos então, quais são as diferenças entre os três tipos de proposição e quais as suas relações.

A distinção entre proposições *sobre o que é* e proposições *sobre o que deva ser* é crucial para as ciências empíricas, pois evidentemente apenas o primeiro tipo de juízo pode ser confrontado com a experiência. Tome-se o simples exemplo: a experiência pode mostrar-nos que a dominação<sup>33</sup> do homem sobre o homem tem sido a tônica no decorrer da história humana, mas isso não nos autoriza a considerar essa dominação como algo desejável, algo que deva existir. A constatação científica de um fato não pode ser responsabilizada por tal julgamento, pois se trata de uma tomada de posição pessoal. Uma investigação pode até demonstrar que nunca existiu sociedade concreta sem a existência da dominação (argumento empírico) ou mesmo que uma organização social sem a presença de algum tipo de dominação seja algo impossível, ou seja, que a dominação seja condição necessária para a existência da sociedade (argumento analítico).

Igualmente, a existência da dominação não me permite deduzir um juízo de valor que considere a dominação algo bom, algo positivo. Esse exemplo extremo mostra que utilizando uma lógica dedutiva, não é possível chegar de um tipo de proposição a outro.

Mas tomemos outro exemplo: Uma distribuição mais igualitária da renda gera maior mercado consumidor, e conseqüentemente mais emprego e crescimento econômico (proposição fatural)<sup>34</sup>. Portanto, uma distribuição igualitária de renda é boa (juízo de valor) e nós devemos incentivar os mecanismos de distribuição de renda (proposição prescritiva). Esse exemplo parece merecer mais apoio do que o primeiro, porém também não é uma dedução lógica válida. Pois ninguém é obrigado a considerar os efeitos da distribuição de renda como bons, e muito menos a acreditar que deva

---

<sup>33</sup> Claro que, em primeiro lugar, teria que ser dada uma definição de “dominação” livre da carga valorativa que o termo carrega em determinados contextos. Para isso, a definição de Weber parece ser muito útil (ver G.A.z.W., p. 475).

<sup>34</sup> Evidentemente, o argumento aqui está muito simplificado, pois a distribuição de renda ainda pode ter outros efeitos diretos ou colaterais.

incentivar a distribuição de renda. Se eu utilizasse a primeira pessoa no argumento, teríamos um caso de vindicação<sup>35</sup>. Eu considero os efeitos da distribuição de renda positivos e eu procuro incentivar a mesma.

O argumento não é lógico, pois, por mais geral que seja meu juízo de valor, sempre existe – pelo menos – a possibilidade de discordar dele. Arthur Schopenhauer critica o conceito de “valor absoluto” em Kant como uma *contradictio in adjecto*. Em *Sobre o fundamento da moral*, o filósofo alemão escreve:

“Cada *valor* é uma grandeza comparativa, e ele até está necessariamente numa relação dupla: pois em primeiro lugar ele é *relativo*, na medida em que é *para* alguém, e em segundo lugar ele é *comparativo*, na medida em que é em comparação com alguma outra coisa, de acordo com a qual é estimado. Tirado dessas duas relações, o conceito *valor* perde qualquer sentido e significado.” (Schopenhauer 1977, p. 201-202)

Com relação ao “dever incondicional” de Kant, que impõe o que alguém deve querer, Schopenhauer é ainda mais incisivo. No *mundo como vontade e representação* ele chama esse dever-querer de “ferro de madeira” (Schopenhauer 1996, p. 377 e 701), uma *contradictio in adjecto*.

No que concerne nosso exemplo, o argumento a favor da distribuição de renda, mesmo tendo amplo apoio, não precisa ser considerado “bom” por todos, nem “melhor” que alguma outra coisa, p. ex. a concentração de renda. E muito menos se pode exigir a aceitação da proposição normativa de que ela deva ocorrer. Como sugere a crítica de Schopenhauer à concepção kantiana de moral, o elo oculto que liga proposições fatuais a proposições normativas é a vontade, o querer. E a ligação entre as proposições fatuais e as valorativas, segundo Brentano e Scheler, é empreendida pela preferência, a qual, no esquema de Schopenhauer, está situada na vontade.

---

<sup>35</sup> Sobre a vindicação, ver o artigo de Feigl em Albert e Topitsch. Ver também, cap. 4.

## Filosofia dos valores

O problema dos valores surgiu na filosofia de língua alemã no século XIX na obra de Hermann Lotze<sup>36</sup> para resolver determinados problemas metafísicos e rapidamente transformou-se em questão central para a filosofia da moral. “A filosofia dos valores não surge em Hermann Lotze no âmbito de reflexões éticas, senão como resposta ao problema da *realidade*. (Somente a crítica da moral de Nietzsche criou a conexão entre teoria dos valores e teoria moral, tal como atualmente nos parece evidente)” (Schnädelbach 1983, pág. 207). As filosofias dos valores, de acordo com Schnädelbach, se distinguem entre si com base em suas respostas para uma série de dicotomias. O filósofo cita as seguintes quatro opções: (1) ou os valores podem ser apreendidos intelectualmente ou apenas intuitivamente, (2) ou são objetivos ou subjetivos, (3) ou reais ou ideais<sup>37</sup>, e (4) ou *são* ou *valem*, isto é, possuem existência ou vigência (ver Schnädelbach 1983, ps. 205-206). A seguir serão esboçadas as filosofias dos valores de duas diferentes vertentes em voga no início do século XX, a fenomenológica presente na obra de Max Scheler e a neokantiana de Heinrich Rickert.

---

<sup>36</sup> Sobre a filosofia dos valores de Lotze, ver Schnädelbach 1983, ps 206 e segs e Wagner 1987, especialmente os capítulos 3 e 4. Tanto Schnädelbach como Wagner argumentam que a filosofia dos valores após Lotze, ou seja, o neokantismo de Baden e a fenomenologia de Max Scheler, não conseguiram se desfazer de determinados pressupostos metafísicos embutidos na concepção de Lotze, em especial, certa reinterpretação da teoria platônica das ideias.

<sup>37</sup> Schnädelbach alerta para não confundir essa diferença com aquela entre objetividade e subjetividade dos valores. “Valores são *reais*, quando existem na realidade, e são *ideais* quando apenas existem no lugar da consciência. Mas isso não deve ser confundido com a diferença entre ‘*objetivo*’ e ‘*subjetivo*’, que somente se refere à questão, se os valores, que existem real ou idealmente, existem independentemente da consciência que os apreende ou não. Também o que existe na consciência pode ser experimentado como independente da consciência; um idealismo objetivo dos valores é tão concebível quanto um realismo subjetivo dos valores...” (Schnädelbach 1983, p. 205).

## A vertente neo-kantiana: Rickert

Para Rickert, que segue nesse ponto a concepção de Lotze, os valores não são somente pessoais e subjetivos, porém, eles não possuem “existência” na realidade, senão somente “validade” ou “vigência”. Kraft critica essa posição central da filosofia de Rickert. “Primeiramente se pode constatar que ‘ser válido’ não pode ser predicado exclusivamente de juízos de valor, senão também de todo tipo de regras ou normas.” (Albert/Topitsch, p. 57). Está claro que o conceito “ser válido” sempre pressupõe um alguém, para quem algo é válido, ainda que se trate de todos. Destarte, Kraft é incisivo em sua apreciação da filosofia neokantiana dos valores:

“Com isso também se torna visível que valores não podem ter validade de maneira alguma, tal como sempre foi afirmado desde *Lotze* e pela filosofia dos valores de Baden. Considera-se a validade como a essência do valor. Porém é um equívoco múltiplo quando se refere e se atribui validade aos valores. Pois em primeiro lugar, valores são conceitos e tais não possuem validade. Apenas em *juízos de valor* se pode falar de validade. E então se confunde valores com normas, quando se lhe imputa validade. Pois “ser válido” significa “deve ser reconhecido”. E que valores devem ser reconhecidos não se encontra já na essência dos valores. Pois isto é uma exigência, e tal não está contida no valor, senão somente no juízo de valor.” (Albert/Topitsch, p. 59).

No ensaio *Sobre o Conceito da Filosofia* de 1910 (Rickert 1999, ps 3-36, especialmente 13 e segs.), o filósofo argumenta que a realidade é somente uma parte do mundo, além dela ainda há os valores. Os objetos existem na realidade e os valores se prendem neles, tornando-os bens. Por outro lado, os valores estão conectados com o sujeito através da valoração, que são atos psíquicos. Consequentemente, os bens e as valorações não são valores, mas conexões de realidades com valores situados além do sujeito e do objeto. Quando a filosofia começa a investigar esse mundo dos valores, não se trata, para Rickert, de investigar as valorações, as quais ocorrem no mundo real e podem ser estudadas pela ciência, senão se trata de analisar o mundo dos valores que não possuem existência, mas validade (vigência).

Essa investigação é esboçada num artigo de 1913 intitulado *Sobre o Sistema dos Valores* (Rickert 1999, ps. 73-105)<sup>38</sup> em que ele propõe um sistema aberto e meramente formal que distingue seis regiões de valor resultantes dos três estágios de perfeição (Voll-endung)<sup>39</sup> e dos dois tipos de bem:

	<i>Totalidade in-finita (uu-endlich) – bens futuros</i>	<i>Particularidade completamente-finita (voll-endlich) – bens presentes</i>	<i>Totalidade completamente-finita (voll-endlich) – bens eternos</i>
<i>bens contemplativos, impessoais, sociais</i>	ex: ciência	ex: arte	ex: religião (mística, panteísmo)
<i>bens ativos, pessoais, sociais</i>	ex: moral, ética social	ex: vida pessoal	ex: religião (Deus pessoal, teísmo)

No entanto, Rickert adverte que esse sistema dos valores não constitui uma hierarquia dos valores.

“Sob hierarquia sempre foi compreendido apenas uma relação *formal*. Qual dos bens deve valer como mais elevado ou central, a partir de qual região se deve avançar em direção a uma unidade da concepção de mundo, e qual sequência de estágios dos valores determinada pelo conteúdo surge, tudo isso permanece indeciso em qualquer sentido.” (Rickert 1999, p. 100).

Weber chega a comentar esse artigo numa carta a Rickert. Após agradecer pelo prazer que a leitura lhe proporcionou, Weber comenta,

“Tanto a ideia do ‘sistema aberto’ como a divisão em seis e o paralelismo são muito felizes e valiosos, - especialmente *porque* os valores em nosso trabalho *empírico* estão conectados entre si de um modo absolutamente heterogêneo, irracional.” (MWG II/8 p. 408)

A seguir, Weber elenca cinco reservas ao artigo de Rickert. Com relação às primeiras três, Weber acredita poder contar com a concordância do filósofo. Em

<sup>38</sup> O tema continua a ser desenvolvido em seu *Sistema de Filosofia I*, de 1921. Infelizmente não tive acesso a essa obra.

<sup>39</sup> O termo “Vollendung” pode ser traduzido por perfeição, entretanto, Rickert separa o prefixo “voll” (inteiro, completo) do substantivo “Endung” (finalização, conclusão) por um hífen, indicando compreender o termo literalmente, o que possibilita suas criação “un-endlich” e “voll-endlich”.

primeiro lugar, a “hierarquia” (o termo aparece entre aspas na carta) possui apenas caráter *lógico-formal*. Depois, escreve Weber “2. esse é *um* esquema possível – especialmente feliz – ao lado de outros. (isso poderia ser mostrado, em minha opinião)” (MWG II/8, p. 409). Em terceiro lugar, Weber atenta para o fato de ética não ser idêntica à “ética social” (também este termo está entre aspas), ele afirma que “também o homem na ilha mais solitária coloca exigências ‘éticas’ a si mesmo” (MWG II/8, p. 409). Esse terceiro ponto sugere uma proximidade da posição de Weber com um personalismo ético<sup>40</sup>.

As últimas duas reservas se reportam à última parte do artigo de Rickert, que peca por apresentá-lo repentinamente como defensor de um sistema fechado<sup>41</sup> e porque “confisca para a *filosofia* algo que é válido para *todas* as realizações científicas.” (MWG II/8, p. 409). Trata-se da noção de perfeição (*Voll-endung*) e de sistema fechado. Para Weber, esses conceitos não se aplicariam apenas para sistemas filosóficos, senão igualmente a Tucídides ou Ranke, apesar desses grandes historiadores já estarem “superados” por um conhecimento melhor de fatos. Se há algo de valioso na perfeição (*Voll-endung*) e no sistema fechado, então “isso não é mais um valor ‘científico’ ou ‘filosófico’, senão está em uma *esfera* de valor inteiramente diferente de seu próprio esquema, na puramente pessoal ou também na estética ou ética.” (MWG II/8, p. 410). No próximo parágrafo, Weber distingue o filósofo científico, que procede de modo puramente formal, do profeta, cuja “revelação” é a única que permite *escolhas* obrigatoriamente necessárias. A crítica de Weber à parte final do artigo rickertiano está intimamente relacionada com a disputa entre Weber e Schmoller. “*Seu* final fornece água para o moinho de *Schmoller* e dos *relativistas* (*muito contra* a sua [de Rickert] *vontade*) = ‘Ahh, o ‘*desenvolvimento*’ é a última instância!’”(MWG II/8, p. 410). Numa

---

<sup>40</sup> Sobre isso, ver a discussão de Scheler a seguir e a definição de “ética” por Habermas (no cap. 4).

<sup>41</sup> Weber faz essa crítica utilizando uma expressão em grego.

nota final da carta, Weber lamenta ainda não poder mandar para Rickert a sua tipologia empírica da contemplação e da religiosidade ativa<sup>42</sup>.

As críticas de Weber ao artigo de Rickert são importantes para avaliarmos as diferenças entre os dois eruditos com relação ao conceito de “valor”. Gabriel Cohn afirma que a compreensão *empírica, histórica e concreta* dos valores em Weber “coloca-o praticamente nos antípodas de Rickert” (Cohn, p. 99). O próprio Rickert sabia das diferenças entre eles. No prefácio à 3ª e 4ª edição de seus *Limites da formação conceitual natural-científica*, dedicada a Weber, que acabara de falecer no ano anterior, ele relata o “ceticismo” de Weber com relação ao “plano de uma teoria universal e científica das concepções de mundo com base em um abrangente sistema dos valores” (Rickert 1929, p. XXV). Segundo Rickert, para Weber a filosofia científica se resumia à lógica. Entretanto, Rickert ainda esperava poder convencer Weber de seu sistema, uma vez que este acompanhava com interesse todos os progressos na elaboração do mesmo (Rickert 1929, p. XXVI).

Como Weber relatou na segunda crítica a Rickert, trata-se de um esquema possível entre outros. Por isso, analisemos outro esquema do mesmo período, elaborado por um filósofo e sociólogo, o qual Weber certamente não estimava<sup>43</sup> tanto como a Rickert, trata-se de Max Scheler.

---

<sup>42</sup> Trata-se do texto *Os caminhos da salvação e sua influência sobre a condução da vida* que integrava 2ª parte de *Economia e Sociedade* e agora está publicada em MWG I/22-2. O texto está intimamente vinculado à tipologia dos valores que Weber apresentará na *Consideração intermediária* de sua *Sociologia da Religião*.

<sup>43</sup> Ver os comentários de Honigsheim p. 143 e segs, e a carta para Marianne Weber do dia 28 de agosto de 1915 (MWG II/9, p. 109).

A vertente fenomenológica: Scheler

Entre 1913 e 1916, Max Scheler empreende uma minuciosa crítica à filosofia moral de Kant<sup>44</sup> e propõe uma ética fenomenológica dos valores. O título da obra capital dessa empreitada é *O formalismo da Ética e a Ética material dos valores. Nova tentativa de fundamentação de um personalismo ético*<sup>45</sup>, um livro que segundo Viktor Kraft, trouxe uma revolução para o estudo dos valores (Kraft, p. 1-2).

Ao contrário de Rickert, Scheler admite a existência dos valores, um Ser autônomo. Contra Rickert ele afirma,

“também a afirmação de que valores não ‘sejam’, senão apenas ‘valham’, merece reprovação. (...) Valores são fatos<sup>46</sup> que pertencem a um determinado tipo de experiência, e por isso faz parte da essência da verdade de uma sentença assim válida, de que corresponda com esses *fatos*.” (Scheler 1921, p. 189).

Esse determinado tipo de experiência, a experiência dos valores, ocorre através de atos de sentir e preferir acessíveis pela intuição fenomenológica. Portanto, os valores são objetivos e podem ser conhecidos, ou, mais especificamente, podem ser intuídos fenomenologicamente.

A relação entre a existência e os valores é dada pelos quatro axiomas que Scheler adota de Brentano: (1) a existência de um valor positivo é, em si, um valor positivo, (2) a existência de um valor negativo é, em si, um valor negativo, (3) a não-existência de um valor positivo é, em si, um valor negativo, e (4) a não-existência de um valor negativo é, em si, um valor positivo (ver Scheler 1921, p. 79). Consequentemente, para Scheler, é possível investigar esse Ser dos valores e descobrir sua estrutura, a

---

<sup>44</sup> O descontentamento de Scheler com Kant é similar, em alguns pontos, com o de Weber, como demonstra a carta a Tönnies traduzida no anexo.

<sup>45</sup> O texto foi originalmente publicado em duas partes no *Jahrbuch für Philosophie und phänomenologische Forschung* (Anuário de filosofia e pesquisa fenomenológica) em 1913 e 1916 respectivamente. Aqui cito a partir da 2ª edição de 1921 que não sofreu alterações. Não encontrei em Weber referências diretas a esse livro, portanto não posso provar que o tenha lido. Uma carta do dia 28 de agosto de 1915 (MWG II/9, p. 109), porém, comprova que Weber conhecia o texto sobre o *ressentimento* de Scheler, publicado em 1912, intimamente relacionado à obra capital sobre valores.

<sup>46</sup> Para a fenomenologia, é fato tudo o que nos é dado (como fenômeno) em qualquer tipo de percepção.

hierarquia dos valores. “Que um valor é ‘mais elevado’ do que outro valor, isso é apreendido em um ato especial do conhecimento de valor que se chama ‘preferir’”<sup>47</sup> (Scheler 1921, pág. 85). Esse preferir, argumenta Scheler, não contém um empenho, portanto, não deve ser confundido com os atos de querer ou de eleger. Algumas características dos valores acarretam a preferência, tais como a extensão temporal (valores “eternos” são superiores a “fugazes”), a qualidade de não ser divisível, o fato de “fundarem” outros valores, sua “profundidade” e seu caráter “absoluto” (em contraposição aos valores “relativos”). Essas características compõem os critérios para o estabelecimento da hierarquia dos valores, a qual pode ser analisada a partir dos portadores desses valores ou a partir das qualidades dos valores, das “modalidades de valor”.

Com relação aos portadores, Scheler distingue entre valores de pessoas (o valor da própria pessoa e as virtudes) e valores de coisas (que podem ser materiais ou espirituais); valores próprios e valores estranhos; valores de atos, valores de funções e valores reativos (de respostas reativas); valores de convicção, valores de ação (sendo esses últimos dois valores “morais”) e valores de sucesso; valores de intenção e valores de estado; valores de fundamento, valores de forma e valores de relações; valores individuais e valores coletivos; e valores de si e valores consecutivos (ver Scheler 1921, ps. 91-103).

O subtítulo da obra de Scheler é *Nova tentativa de fundamentação de um personalismo ético*. Isso já indica que com relação aos portadores dos valores, Scheler dará preferência à pessoa. De acordo com o filósofo alemão, os valores morais são necessariamente valores de pessoas, “de modo que podemos definir a partir do ponto de

---

<sup>47</sup> O reconhecido precursor da ética de Scheler é Franz Brentano, que em seu livro sobre *A Origem do Conhecimento Moral*, nascido de uma palestra na Sociedade Jurídica de Viena em 1889, propõe o “sentir e preferir” para identificar o verdadeiro amar e odiar do mero amar e odiar.

vista dos portadores: *'bom' e 'mau' são valores de pessoas.*"<sup>48</sup> (Scheler 1921, p. 23, grifo no original). Aqui, Scheler polemiza com a posição kantiana, mais preocupada com as ações (que devem se orientar pelo imperativo categórico para serem morais) do que com as virtudes dos agentes. De fato, Kant não desconhecia o problema e na primeira proposição da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* afirma que nada pode ser tido como irrestritamente bom, a não ser uma *boa vontade*. Em sua análise desse livro de Kant, Tugendhat diz:

“Seria, portanto, um mal-entendido, se se pretendesse que em Kant a virtude não fosse um conceito fundamental. Que em Kant o discurso sobre virtudes no plural não seja importante, provém de outro motivo. Deve-se a que ele tem um único princípio moral e que por isto só há uma única disposição da vontade correspondente, portanto somente a virtude, não virtudes.” (Tugendhat 1996, p. 113)

A ética de Scheler, nascida da crítica à Kant, é contrária a essa, por ser uma ética das virtudes. Essas éticas

“se distinguem de todas as éticas baseadas em regras, sejam formais, como a de Kant, ou eudemonísticas, como o utilitarismo, por sua penetração mais funda na essência da pessoa. Sua preocupação principal não é com as ações de um agente, (...) mas com o tenor moral básico do agente (...)” (Kelly 2011, p. 151).

Essa valorização da pessoa em detrimento da ação é descrita por Scheler através de um exemplo. Alguém nos narra ações de um amigo nosso, cuja pessoa acreditamos compreender, e as coisas narradas não condizem com a imagem que temos do nosso amigo, com “a esfera de possibilidade” resultante da nossa compreensão da pessoa.

Neste caso, diz Scheler,

“nós *não* mudaremos simplesmente a imagem de sua pessoa, mas nosso conhecimento evidente de sua individualidade será uma ocasião para *criticarmos* a correção da narração ou a interpretação daquela ação, porém, caso a narrativa resista a essa crítica dupla, supomos uma mudança de caráter (p. ex. de natureza doentia) e isso sempre significa alguma forma de inibição da possibilidade de expressão e da capacidade de ação da pessoa.” (Scheler 1921, p. 504).

---

<sup>48</sup> Como já vimos, valores estéticos são sempre de coisas. Quando afirmo que minha esposa é bonita, não me refiro a ela enquanto pessoa, senão enquanto coisa (pressupondo, evidentemente, que utilizo “bonita” em seu sentido literal, como beleza estética).

A passagem citada, retrata uma diferença entre “pessoa” e “caráter” e mostra o esforço de Scheler em fornecer um conceito preciso de personalidade, distinguido-a também da noção de indivíduo e do eu. Podemos definir a pessoa como “unidade concreta de todos os atos possíveis” e que “só existe na execução de seus atos” (Scheler 1921, p. 24). Com Gurvitch podemos dizer que essa concepção scheleriana de pessoa “difere tanto da concepção habitual da pessoa como ser racional, consciente de si mesmo, e apresentando um centro volitivo, quanto da noção de ‘consciência intencional’, e também da noção do ‘puro eu’, desenvolvidas por Husserl” (Gurvitch 1949, p. 101). Por essa diferença, Scheler pode falar tanto de pessoas particulares, quanto de pessoas totais, tais como comunidades, nações, povos etc. Mesmo Deus, para Scheler, é definido como pessoa infinita<sup>49</sup>.

No que tange as modalidades de valor, Scheler diferencia entre (1) os valores que podem ser sentidos sensivelmente como a série de valor do agradável e do desagradável, (2) os valores do sentir vital baseados na contraposição do “nobre” e do “comum”, (3) o âmbito dos valores espirituais, cujos tipos principais são: (a) o belo e o feio, (b) o justo e o injusto, (c) os valores do “puro conhecimento da verdade”, e finalmente (4) a contraposição entre o sagrado e o profano (ver Scheler 1921, ps. 103-109)<sup>50</sup>.

“Também essas modalidades de valor – digo eu – encontram-se numa *hierarquia apriorística* que *precede* as séries qualitativas que lhes pertencem, e que vale para os *bens* de valores assim constituídos, *porque* vale para os *valores* dos bens. Os valores do nobre e do comum são uma série de valor *superior* que a do agradável e do desagradável; os valores espirituais uma série de valor *superior* do que os valores vitais, os valores do sagrado são uma série de valor *superior* do que os valores espirituais.” (Scheler 1921, pág. 109).

---

<sup>49</sup> Deus, para Scheler, seria a pessoa da pessoa. Ver a crítica de Hartmann sobre isso em Kelly 2011, p. 189 e segs.

<sup>50</sup> Como nos informa Eugene Kelly, Scheler acrescentará mais tarde uma quinta modalidade, localizada entre os valores sensíveis e os do sentir vital, trata-se da contraposição entre o *útil* e o *inútil* (ver Kelly 2011, ps. 33-34).

Uma vez reconhecido o valor da pessoa, o dever ideal deixa de ter a forma de norma e é chamado de *modelo ou exemplo (Vorbild)* ou de *ideal* (ver Scheler 1921, p. 596 e segs.). Esses modelos são típico-ideais e não devem ser confundidos com um determinado exemplar do modelo. Francisco de Assis é um exemplar do tipo *santo*, já Agostinho é um exemplar que conjuga os modelos de *santo* e de *herói* (Scheler 1921, nota 2 na p. 610). Os tipos puros de modelos podem ser hierarquizados aprioristicamente. Essa hierarquia está em conformidade com a tipologia dos valores (das modalidades dos valores) de Scheler. Dessa correlação resulta a seguinte tabela:

<i>modalidades de valor</i>	<i>valores básicos</i>	<i>tipos de valores de pessoas: modelos/exemplos/ideal</i>
valores sagrados	sagrado - profano	o santo
valores espirituais	belo – feio, justo – injusto, verdade - falsidade	o gênio
valores do sentir vital	nobre – comum	o herói
*valores da utilidade	útil - inútil	espírito que lidera
valores sensíveis	agradável – desagradável	o artista do gozo

Apesar da hierarquia clara dos valores, Scheler não nega o conflito existente entre as opções para as pessoas finitas. É o que ele denomina “a *tragédia essencial*<sup>51</sup> de todo ser pessoal finito e sua (essencial) *imperfeição moral*” (Scheler 1921, p. 614). Uma pessoa finita, ao contrário da infinita que é Deus, não pode ser ao mesmo tempo um

<sup>51</sup> O termo em alemão é “Wesenstragik”.

exemplar perfeito de santo, de gênio e de herói. O conflito entre os exemplares é indirimível. Já se nota aqui certa semelhança com a concepção weberiana da colisão de valores.

Com relação às dicotomias elencadas por Schnädelbach, vemos que tanto Rickert quanto Scheler consideram os valores objetivos e ideais, porém, eles diferem quanto às outras questões. Para Rickert, os valores podem ser apreendidos intelectualmente e possuem validade, vigência. Já para Scheler, a apreensão dos valores é exercida pela intuição e os valores possuem existência. Todas essas questões aqui levantadas pelas diversas vertentes da filosofia dos valores são importantes para compreender o universo conceitual da “neutralidade axiológica”, assim como para apreciar a metodologia de Max Weber. Essa exposição inicial não pretende ser uma teoria dos valores, senão simplesmente fornecer algumas distinções que nos auxiliem na análise do argumento de Weber.

## Capítulo 2

### O debate na Associação de Política Social

Berlim, 5 de janeiro de 1914, um dia após a reunião do comitê principal da Associação de Política Social (Verein für Sozialpolitik), um novo comitê se encontrou para discutir acerca dos juízos de valor na economia política e nas ciências empíricas em geral<sup>52</sup>. No começo da sessão, por iniciativa do presidente da associação Gustav von Schmoller, foi decidido que a reunião não seria estenografada. Por isso, a discussão não consta dos escritos dessa associação. Após a sessão, apenas dois participantes resolveram publicar suas contribuições à polêmica, a saber, Eduard Spranger, que publicou “A posição dos juízos de valor na economia política” no volume 38 do *Schmollers Jahrbuch*<sup>53</sup> em 1914, e Max Weber, cujo texto “O sentido da ‘neutralidade axiológica’ nas ciências sociológicas e econômicas” foi publicado no volume 7 da revista *Logos* em 1918<sup>54</sup>. Somente em 1996 foram publicadas por Heinrich Heino Nau todas as contribuições enviadas pelos associados interessados em participar daquela lendária sessão de 5 de janeiro de 1914.

---

<sup>52</sup> Sobre os acontecimentos daquele dia, ver o relato de Franz Boese reproduzido em Baumgarten, págs. 403-404.

<sup>53</sup> Essa revista foi fundada em 1871 com o nome *Anuário para Legislação, Administração e Direito (Rechtspflege) do Império Alemão*, em 1877 mudou de nome para *Anuário para Legislação, Administração e Economia Política no Império Alemão*. Em 1913, em homenagem ao editor, transformou-se em *Anuário de Schmoller para Legislação, Administração e Economia Política*, em 1968 em *Anuário de Schmoller para Ciências Econômicas e Sociais* e em 1972 em *Revista para Ciências Econômicas e Sociais*. Atualmente, a revista é bilíngue (alemão e inglês) e é editada com o nome *Schmollers Jahrbuch - Revista para Ciências Econômicas e Sociais* (ver <http://schmollersjahrbuch.diw.de>)

<sup>54</sup> O texto consta do volume metodológico das Obras Reunidas (Gesammelte Werke), mas ainda não foi publicado na série das obras completas (Max Weber Gesamtausgabe), onde deverá aparecer no volume I/12. O texto de Weber foi retrabalhado para publicação, sendo que o texto originalmente escrito para a Associação de Política Social foi publicado pela primeira vez em 1964, na obra de Eduard Baumgarten, sob o título “Parecer sobre a discussão dos juízos de valor no comitê da Associação de Política Social 1913”. Note-se que a data 1913 refere-se ao escrito de Weber, uma vez que o comitê se reuniu em janeiro de 1914. Apesar do *sentido da “neutralidade valorativa”* ter sido publicado em 1918, Weber trabalhou o texto em 1917, conforme sugere a data que acompanha o título (ver G.A.z.W., p. 589). Talvez muitos paralelos com a palestra sobre a *ciência como vocação*, igualmente proferida em 1917, decorram dessa proximidade temporal.

Os membros da associação tinham sido convidados a enviarem um pequeno texto<sup>55</sup> acerca dos pontos principais a serem discutidos na sessão. Esses textos foram publicados sob o título “*Manifestações sobre a discussão dos juízos de valor no comitê da Associação de Política Social. Impresso como manuscrito em 1913*” e as cópias foram mandadas somente para os membros do comitê que participariam da discussão (Nau, ps. 50-51). Os autores dos textos são Jacob Hermann Epstein, Franz Eulenburg, Rudolf Goldscheid, Ludo Moritz Hartmann, Albert Hesse, Otto Neurath, Karl Oldenberg, Hermann Oncken, Walter Rohrbeck, Joseph Aloys Schumpeter, Othmar Spann, Eduard Spranger, Max Weber, Leopold von Wiese e Robert Wilbrandt. A maioria dos textos guarda alguma semelhança estrutural, uma vez que os autores receberam um boletim de Schmoller impelindo-os a prepararem suas contribuições com base em quatro pontos:

- “1. a posição do juízo de valor moral na economia política científica,
2. a relação das tendências de desenvolvimento com valorações práticas,
3. a designação de metas político-econômicas e político-sociais, assim como
4. a relação dos fundamentos metodológicos gerais com as tarefas especiais do ensino acadêmico.” (Baumgarten, p. 403, Nau, p. 50).

Numa carta endereçada a Rickert, em que Weber tenta convencer o filósofo a participar da reunião da Associação de Política Social, os quatro pontos são comentados do seguinte modo:

- “1) valoração e referência a valor como delimitação do *objeto*: - 2) valoração *prática* (de tipo moral e outros) – 3) assim chamada “necessidade do desenvolvimento histórico” (nº 2) “valorações evolucionistas” na ciência e na aula.
- a) nas disciplinas *empíricas*
- b) na *filosofia* (e na ciência jurídica)” (MWG II/8, p. 84)

Dahrendorf atenta para circunstâncias “bastante estranhas” da reunião (Dahrendorf, p. 13). E Jaspers afirma que “os mais eminentes adversários de Max Weber organizaram uma reunião secreta, com o duplo objetivo de promover um debate sem restrições e de evitar o sensacionalismo.” (Jaspers 2006, p. 78). Apesar das

---

<sup>55</sup> O menor texto, contendo apenas 3 pequenos parágrafos, é de Ludo Hartmann, já o maior é o texto de Weber, com 40 páginas.

observações de Dahrendorf e Jaspers serem um pouco exageradas<sup>56</sup>, a sessão, de fato, teve um caráter quase secreto. Isso é fruto da experiência passada na reunião da associação de 1909, em Viena, quando o economista Eugen von Philippovich palestrou sobre o conceito de “produtividade” na economia política. Seguiu-se uma discussão tensa em que

“Otto von Zwiedineck-Südenhorst, Othmar Spann, Arthur Salz e Rudolf Goldscheid advogavam a necessidade do conceito, Werner Sombart, Max Weber e Friedrich Gottl contestavam a utilidade do conceito de produtividade em geral, no que Max Weber se colocou contra o uso científico do conceito, já que esse contém um inevitável juízo de valor.”<sup>57</sup> (Nau, pág. 48).

Essas discussões foram amplamente relatadas pelos jornais<sup>58</sup>, o que não agradou aos membros mais antigos da associação<sup>59</sup>. Havia o medo de que o teor da cobertura jornalística causasse a impressão de um profundo desacordo entre os associados, gerando descrença na seriedade da associação e na própria ciência econômica. Foram as repercussões de 1909 que motivaram as providências para a sessão de janeiro de 1914. Na reunião geral de 1911, em Nuremberg, Schmoller disse em sua palestra de abertura que “se quisermos tornar nossos debates incrivelmente monótonos e vazios, então poderíamos buscar a meta de reprimir aqui todos os juízos de valor.” (Nau, pág. 50). Foi nessa ocasião que Max Weber pediu para debater a questão dos *juízos de valor* numa reunião especial.

---

<sup>56</sup> P. ex., quando Dahrendorf afirma que “juraram formalmente não revelar nada dos debates a qualquer não-participante, e proibiram a publicação dos trabalhos” (Dahrendorf, 1974, p. 13). A publicação dos textos de Eduard Spranger em 1914 e de Weber em 1918 atestam o contrário. E ao contrário do que sugere Jaspers, o próprio Weber insistiu com Schmoller, para que ocorresse a reunião, como nos conta Nau, p.

<sup>57</sup> As intervenções de Weber encontram-se no volume sobre sociologia e política social das Obras Reunidas (Gesammelte Werke), ps 416-424. As Obras Reunidas podem ser consultadas online no endereço: <http://www.zeno.org>. Essa discussão também aparece no volume 132 dos escritos da Associação. Uma tradução está anexada a este trabalho.

<sup>58</sup> O jornal *Neue Freie Presse* (hoje *Die Presse*) de 30 de setembro de 1909 traz uma reportagem de capa sobre a palestra de Alfred Weber no congresso, a transcrição da palestra de abertura proferida por Schmoller (págs. 8 e 9) e um relato do transcurso do congresso com as discussões acerca do conceito de “produtividade” (págs. 11-13). A edição pode ser acessada online no seguinte endereço: [http://diepresse.com/layout/diepresse/files/image\\_frame.jsp?seite=19090930001&id=nfp&zoom=2&size=42](http://diepresse.com/layout/diepresse/files/image_frame.jsp?seite=19090930001&id=nfp&zoom=2&size=42) (acesso em 30/01/2012)

<sup>59</sup> Ver Nau, págs. 48 e 49, para as opiniões de Georg Friedrich Knapp, Eugen von Philippovich e Carl Johannes Fuchs.

Sobre a sessão de 5 de janeiro de 1914 sabemos que contou com 52 participantes, entre os quais estavam provavelmente os 15 que enviaram uma contribuição escrita, além de Schmoller, Carl Grünberg, Werner Sombart, Heinrich Herkner, Hugo Thiel e Max Sering, que são citados no relato de Franz Boese (ver Baumgarten, p. 403-404). Em virtude das informações fornecidas por Boese, sabemos que a discussão mais acalorada se deu entre Weber e Grünberg e que dos outros participantes apenas Sombart expressou sua inteira concordância com Weber. Dos membros mais antigos, apenas Thiel e Sering, mas não Schmoller, se intrometeram na discussão. Em dado momento, “Max Weber se levantou mais uma vez para uma declaração pesada que deu a entender de modo bastante explícito a seus oponentes que não entendiam o ponto que lhe importava, e então abandonou contestante a sessão” (Baumgarten, p. 404)<sup>60</sup>.

Como deixa entrever essa descrição dos acontecimentos, a defesa da neutralidade valorativa era um tema caro a Weber. Envolvendo-se na criação da Sociedade Alemã de Sociologia em 1909, Max Weber conseguiu “que a nova Sociedade acolhesse em seus estatutos a proibição de propagar ideais práticos” (MWG I/11, p. 12). Weber cita esses estatutos em sua fala na primeira conferência da Sociedade em 1910 (ver G.A.S.S., ps 431 e segs)<sup>61</sup>. Como mostra a correspondência com Michels, em fevereiro desse mesmo ano, Weber planejava uma viagem a Viena, no intuito de participar, na sociedade sociológica local, de uma discussão sobre os juízos de valor e as

---

<sup>60</sup> Thomas Lampert, em sua dissertação, ainda cita um livro de H. H. Bruun (que desconheço e que também não consta na bibliografia de sua dissertação) em que o evento é descrito do seguinte modo: “Weber’s last ‘intervention’ is said, according to contemporary observers, to have run as follows: ‘It is impossible to argue with idiots,’ followed by a crash, as the door slammed behind (sic) the departing scholar.” (Lampert, ps. 9-10, nota). Uma boa apresentação do debate, que aborda inclusive as diferenças teóricas entre alguns dos economistas políticos presentes no debate (principalmente Weber e Schmoller), apareceu no artigo de Gert Albert num volume dedicado às *Controvérsias Sociológicas* (Kneer e Moebius (eds), 2010, ps. 14-45).

<sup>61</sup> Essa fala também está disponível em inglês (Adair-Totef, ps. 74 e segs). No volume 1 dos Escritos da Sociedade Alemã de Sociologia, os estatutos estão reproduzidos nas ps, V até X e a participação de Weber está nas páginas 39 e seguintes (Schriften, 1911).

proposições do dever-ser nas ciências sociais. No fim, Weber cancelou sua ida à capital austríaca (MWG II/6 ps. 384-385 e 411). No que tange o capítulo da participação de Weber na Sociedade Alemã de Sociologia, é importante lembrar que Weber, no final de 1913, assim como Simmel e Vierkandt, se desligou do conselho dessa sociedade quando o Rudolf Goldscheid, um oponente no debate sobre a ciência isenta de valorações, assume a chefia. Em dezembro de 1913, pouco antes do debate na Associação de Política Social, Weber escreve para Sombart: “Até breve na Associação de Política Social. – Já que saí da Sociedade de Sociologia e não entendo como me podem ‘convidar’ para lá. Agora sou *somente* membro pagante” e acrescenta numa nota de rodapé: “Eu não posso me reunir com pessoas que *rejeitam expressamente* a exclusão de valorações. Se *assim*, então melhor na Associação de Política Social!” (ver MWG II/8, pág. 435)<sup>62</sup>. Como disse Honigsheim, a neutralidade valorativa “verdadeiramente foi a mais pessoal das teorias de Weber” (Honigsheim, p. 254).

#### A posição “ausente” na discussão: Schmoller

Como Boese mencionou em seu relato, o presidente da Associação de Política Social, Gustav von Schmoller, não se intrometeu na discussão no dia 5 de janeiro de 1914 (Baumgarten, p. 404). Schmoller também não mandou contribuição escrita sobre o problema dos valores para a associação. No entanto, Weber refere-se explicita e criticamente à posição de Schmoller em seu texto sobre a neutralidade valorativa.

---

<sup>62</sup> Acredito que informações mais precisas sobre o envolvimento de Weber nos debates da Associação de Política Social, assim como na criação da Sociedade Alemã de Sociologia (Deutsche Gesellschaft für Soziologie), deverão surgir com a publicação do volume I/12 da edição completa das obras de Weber (MWG I/12). O referido volume, ainda em planejamento, leva o título *Sociologia Compreensiva e Neutralidade Valorativa* (Verstehende Soziologie und Wertfreiheit).

Apesar do inegável reconhecimento de seu trabalho intelectual<sup>63</sup>, Weber combate com veemência a influência intelectual e acadêmica de Schmoller. Numa carta endereçada a Windelband, Weber faz o seguinte comentário sobre os escritos de Schmoller: “*sempre* contêm agulhadas pessoais de modo habilmente ocultadas” (MWG II/6, p. 290). Weber, ao contrário, se gaba de fazer críticas mais diretas e claras. O debate com Weber encontra-se em seu artigo para o *Dicionário de Ciências do Estado* intitulado “A economia política, a teoria econômica e o método da economia política”, cuja 1ª edição data dos anos de 1890, a 2ª de 1901 e a 3ª, em que as referências a Weber são explícitas, é de 1911. Analisaremos o conteúdo do artigo de Schmoller, para compreender sua concepção de ciência econômica para, em seguida, expor suas críticas a Weber.

Schmoller começa reconstruindo a história da economia política e a certa altura comenta: “E como ela, em sua primeira aparição, já chegou ao estabelecimento de ideais através de juízos de valor histórico-morais, assim ela sempre preservou até certo grau essa função prática. Ao lado da teoria, ela sempre estabeleceu doutrinas práticas para a vida.” (Conrad et al., p. 547). Essa afirmação é bastante próxima daquilo que Weber afirma no ensaio sobre a objetividade, quando descreve a história da economia política (G. A. z. W., pág. 148). Um pouco mais adiante, Schmoller expõe claramente uma ciência isenta de juízos de valor quando descreve a ciência mais rigorosa (*strengere Wissenschaft*):

“A ciência mais rigorosa empenha-se por essa grande meta, ela procura obter verdades inderrubáveis: ela o conseguiu nas áreas de enredamento mais simples dos fenômenos. Ela pode fazê-lo, quanto mais se limita primeiramente à investigação do singular: quanto mais faz isso, tanto mais ela deve abrir mão de estabelecer ideais, de instruir um dever-ser.” (Conrad et al., p. 554).

Essa ciência mais rigorosa remete à escola austríaca de economia política e seu principal porta-voz, Carl Menger. Entretanto, logo em seguida Schmoller especifica sua posição.

---

<sup>63</sup> Já em sua palestra de posse em Freiburg, Weber se define como discípulo (Jünger) da escola histórica (GPS, p. 16 – ver MWG).

“Se por isso a ciência mais rigorosa começa a exigir resignação também em nossa área, de que somente se deve explicar como as coisas se tornaram o que são, então ela não desiste por isso da esperança de *servir a uma posterior ordem melhor da vida humana*, de traçar os caminhos para um tipo mais elevado de realização do dever (Pflicht) e do dever-ser (Sollen); *apenas provisoriamente* ela quer se limitar ao conhecimento no sentido de uma divisão justificada do trabalho, uma vez que na área das ciências do estado e sociais sempre se observou que aqui, mais do que em outras situações, a esperança de fornecer um apoio a quaisquer concepções subjetivas do dever-ser através de determinadas investigações, recorrentemente obscureceu a objetividade do procedimento científico. Por isso se pode admitir por princípio que *o objetivo último de todo conhecimento é prático*, que o querer sempre está presente antes do intelecto, que o rege e permanece seu senhor: que todo progresso do conhecimento mesmo é um ato da vontade: também se pode admitir que para determinados fins de ensino, a aula, pelo menos na economia política prática e na ciência das finanças, conecte a explicação do existente de modo adequado com indicações sobre o provável desenvolvimento futuro e sobre as vantagens de determinado tipo de desenvolvimento. E ainda assim pode ser que, no interesse do progresso puramente científico, se ache mais correto *limitar por ora* as investigações científicas no solo dos métodos rigorosos o máximo possível para 1 observar corretamente os fenômenos, 2 defini-los e classificá-los e 3 explicá-los a partir de causas.” (Conrad et al., pág., 554, grifos meus).

Ao contrário da economia política enquanto ciência rigorosa, a economia política histórica, aquela defendida por Schmoller contra Menger na disputa metodológica dos anos 1880, possui

“seu valor ideal, sua grande efetividade, no âmbito da narração e exposição, assim como no dos juízos de valor, das deduções e das verdades universais que resultam da narração e da exposição. (...) frequentemente ela precisa se contentar em tornar apreensíveis e concebíveis os mistérios últimos da história mundial, ao invés de explicá-los causalmente com rigor científico.” (Conrad et al., p. 560).

Aqui, Schmoller – cuja inspiração em Dilthey ele expressou explicitamente no artigo em que resenha o livro de Menger e o de Dilthey e que iniciou a disputa metodológica<sup>64</sup> - não pretende desacreditar a economia política rigorosa, senão mostrar que ela se limita à explicação causal de fenômenos, enquanto a perspectiva histórica consegue avançar na compreensão dos fenômenos históricos. Tendo esse objetivo distinto, Schmoller conclui: “Na Alemanha, a escola histórica acentua o caráter ético da economia política.” (Conrad et al., p. 567). E se Dilthey reivindicava a criação de uma psicologia como fundamento para as ciências do espírito, Schmoller vai ainda mais

---

<sup>64</sup> Ver Schmoller 1998, ps.

longe. “Primeiramente se precisa empreender uma série de investigações especiais econômico-psicológicas e então tentar configurar de maneira nova a teoria dos motivos econômicos com base na psicologia e na ética.” (Conrad et al., p. 567). Essa tentativa de uma economia política ética é criticada por Weber. Em seu *ensaio sobre a objetividade*, ele comenta essa empreitada do seguinte modo:

“Com o despertar do sentido histórico, ganhou dominância na nossa ciência uma combinação de evolucionismo ético e relativismo histórico que procurou despir as normas éticas de seu caráter formal, determinar, através da inclusão da totalidade dos valores culturais no âmbito da ‘moral’, este último com *conteúdo* e elevar destarte a economia política à dignidade de uma ‘ciência ética’ sob fundamento empírico.” (G. A. z. W., p. 148).

A objeção de Weber a esse tipo de ciência não se explica apenas por suas posições referentes ao método científico, como demonstra o restante do texto, senão também porque obscurece o significado dos imperativos éticos, como atesta a frase seguinte. “Na medida em que se colocou o selo de ‘moral’ na totalidade de todos os possíveis ideais culturais, evaporou-se a dignidade específica dos imperativos éticos, sem ganhar nada para a ‘objetividade’ da validade daqueles ideais.” (G. A. z. W., p. 148). Para Schmoller, entretanto, a possibilidade de uma ética empírica está dada pela economia política histórica, pois acredita que além dos juízos subjetivos de valor, existem os objetivos. Ou seja, trata-se do velho problema da objetividade dos valores que diferencia as diferentes abordagens da filosofia dos valores.

Para a 3ª edição do Dicionário, publicado em 1911, Schmoller reescreve e amplia significativamente o seu artigo, o qual praticamente dobra de tamanho, incorpora um panorama sobre as teorias econômicas mercantilista, jusnaturalista, socialista até chegar à produção intelectual do início do século XX na Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos. Schmoller também acrescenta um extenso tópico sobre *Considerações teleológicas e juízos éticos de valor*, em cuja parte final confronta-se diretamente com

as posições defendidas por Weber na reunião de 1909 em Viena<sup>65</sup>, assim como em seus escritos metodológicos, com atenção especial para o famoso *ensaio sobre a objetividade* de 1904.

Schmoller cita a frase de Weber em Viena, que a intromissão de um dever-ser em questões científicas é uma coisa do diabo, e a observação de Sombart, de que decisões sobre concepções de mundo, sistemas morais e juízos de valor morais são tão subjetivas como a preferência por loiras ou morenas. E Sombart ainda acrescenta que ninguém acredita mais na ciência econômica, uma vez que esta instrui tanto o livre comércio, quanto as barreiras alfandegárias<sup>66</sup>. Mantendo sua posição de 1890, Schmoller reconhece um “cerne justificado” de que haja, para algumas partes da ciência econômica - provavelmente para aquela parte que designou de ciência rigorosa na antiga edição do artigo – uma “exigência de privilegiar a investigação sobre o que é, perante a pregação de ideais” (Schmoller 1998, p. 352). Se todos os juízos de valores fossem absolutamente subjetivos, afirma Schmoller, ele concordaria com Weber. Entretanto, de acordo com Schmoller, também existem, além dos subjetivos, juízos de valor objetivos “dos quais tomam parte não apenas pessoas e eruditos particulares, senão grandes comunidades, povos, épocas, até todo o mundo civilizado (Kulturwelt)” (Schmoller 1998, p. 352). E ele prossegue:

“Quem apenas pensa em juízos e ideais de classe, de partido, de interessados, dará razão a Weber. Quem acredita na crescente vitória dos juízos objetivos sobre os ideais unilaterais, morais e políticos na ciência e na vida, não pensará com tanto desprezo como ele sobre sua intromissão na ciência.” (Schmoller, 1998, ps. 352-353).

Nota-se, portanto, que a desavença entre Weber e Schmoller, de acordo com este último, decorre de uma diferença com relação à natureza dos valores<sup>67</sup>. Por isso, a análise de Schmoller prossegue com uma breve caracterização do que são e como

---

<sup>65</sup> A fala de Weber nesta reunião está traduzida em anexo.

<sup>66</sup> Como vemos, o temor com relação ao descrédito da economia perante o público, referido acima na introdução, não era de todo infundado.

<sup>67</sup> Ver Schnädelbach 1983, citado anteriormente, p. 205

surgem os juízos de valor. Segundo ele, os juízos de valor surgiram dos sentimentos de valor que “primeiramente são sentimentos de prazer e desprazer, depois de aprovação e desaprovação” (Schmoller 1998, p. 353). Nos animais e no homem da natureza, afirma Schmoller, os sentimentos de valor atuam como instinto, já no homem de cultura se transformam em juízos de valor. Tanto os sentimentos como os juízos de valor podem errar, se equivocar, mas o desenvolvimento da cultura os aperfeiçoa cada vez mais, transformando-os em “indicadores cada vez mais corretos daquilo que beneficia a vida e a sociedade; eles levaram os impulsos e sentimentos de prazer em sua interação a uma harmonia cada vez maior, a uma ordenação hierárquica sistemática cada vez melhor.” (Schmoller 1998, p. 353). Há um claro evolucionismo nessa concepção de Schmoller, que Weber talvez caracterizaria como hegelianismo.

No parágrafo seguinte, Schmoller diferencia os diferentes âmbitos de valor (Max Weber diria, esferas de valor) e sua hierarquia.

“Ha um valor religioso, um moral, um jurídico, um estético, um social, um político, um científico, um econômico; todos estão em próxima interação, todos juntos podemos designar valores culturais; todos têm, em última instância, seu ponto central no valor moral, o qual indica o que deve ser almejado para a totalidade dos fins da vida e sua harmonização, o qual se empenha em trazer os sentimentos, costumes, normas e instituições necessários para isso.” (Schmoller 1998, p. 353).

O que Schmoller oferece, não é uma hierarquia completa dos valores, tal como Scheler, mas a afirmação de que o conjunto dos valores constituem os valores culturais, e que os valores morais possuem uma centralidade nesse esquema. Schmoller reconhece a relatividade dos valores, que “cada época tenha os seus deveres, suas virtudes, seus bens e fins morais; também para os diferentes povos o bom não é algo absolutamente unitário, tão pouco para os vários indivíduos.” (Schmoller 1998, p. 354). Entretanto, ele acredita haver um processo geral, que a despeito dessas diferenças, eleva os deveres, as virtudes e os bens a uns poucos ideais aceitos por todos. Com base nesse ponto de vista, Schmoller afirma:

“Os juízos morais de valor decisivos dos atuais católicos e protestantes, dos cristãos e judeus, até muitas vezes dos realistas e idealistas, divergem mais em questões secundárias do que no principal. A diferença da individualidade não exclui juízos morais de valor em comum nas questões fundamentais.” (Schmoller 1998, p. 355).

E de acordo com Schmoller, é precisamente entre as pessoas “boas, elevadas” de um povo ou de uma época que surge tal consenso nos juízos morais de valor. Por isso, ao discutir a sentença weberiana de que as concepções de mundo nunca são produto do avanço das ciências empíricas, Schmoller sustenta que, apesar da diferença entre os ideais de partido ou de classe e a ciência objetiva, é possível aproximar esses ideais egoístas do interesse geral, quando esses partidos ou classes possuírem líderes mais elevados<sup>68</sup>. Afinal, diz ele, senhores de terras conservadores, donos de fábricas liberais e trabalhadores socialistas se aproximaram (no começo do século XX) em muitos pontos da reforma social. Esse evolucionismo otimista<sup>69</sup> ainda afirma que, apesar das diferenças entre os que defendem o existente e os que pedem grandes ou pequenas mudanças, rápidas ou lentas reformas, “no final vencem os líderes na luta pelos espíritos, cujos juízos morais de valor melhor tocam o que é correto, o bom e o benéfico; eles vencem primeiramente pela força de convencimento de seus juízos de valor; só mais tarde pela concordância das massas” (Schmoller 1998, p. 356).

Com relação à exclusão dos juízos morais de valor da teoria econômica, Schmoller sabe que Weber não pretende excluí-los totalmente da discussão científica. No entanto, Schmoller tinha receios quanto à utilização do termo “científico”, já que sustenta que a própria ética se torna cada vez mais uma ciência empírica (ver Schmoller 1998, p. 357)<sup>70</sup>. Com relação à separação das discussões teóricas e das prático-políticas,

---

<sup>68</sup> Provavelmente Schmoller esteja pensando aqui em Bismarck.

<sup>69</sup> O contrário, portanto, da posição de Weber, o qual não pode ser considerado nem evolucionista, e muito menos otimista.

<sup>70</sup> No começo do artigo retrabalhado para a 3ª edição do Dicionário, Schmoller recorda que nos anos 1862-64 planejara um livro sobre a relação da ética e da metodologia com a economia política (ver Schmoller 1998, p. 215). Como o livro não chegou a existir (segundo Schmoller, apenas algumas partes foram publicadas), não sabemos ao certo qual posição filosófica com relação à ética é defendida por

Schmoller critica um ponto caro a Weber e que este defenderá até o final de sua vida na palestra sobre a *ciência como vocação*. Schmoller diz: “Com isso se exige a dilaceramento de um contexto inseparável; exige-se que a mesma pessoa deva falar com duas línguas ou escrever com duas tintas, dependendo se está ocupado como cientista ou como político.”<sup>71</sup> (Schmoller 1998, p. 358). O argumento de Schmoller reconhece a responsabilidade do pesquisador de levar adiante a investigação de relações empíricas causais e de se desfazer o máximo possível de ideais pessoais. Nos temas políticos atuais, ele deve tratar os diferentes posicionamentos como forças de direito igual. Por outro lado, com base em seu conhecimento adquirido por pesquisa empírica, ele às vezes precisa intervir nos debates, sua omissão pode ser mais prejudicial do que sua intromissão.

Antecipando um argumento popperiano, o argumento da crítica dos pares, Schmoller adverte que:

“O perigo de que alguém ‘venda’ ideais subjetivos como ciência objetiva, tem seu corretivo na refutação dos oponentes; o perigo é menor do que aquele, quando os papas científicos querem banir da discussão científica sobre o estado aquilo que lhes parece juízo moral, dedução teleológica, ou expressão de uma concepção de mundo subjetiva nos outros.” (Schmoller 1998, p. 359).

O economista, em referência direta à Associação de Política Social, afirma que a eliminação de todos os juízos morais dos debates, aniquilaria aquilo que eles têm de mais atrativo e importante. Ele expressou essa mesma opinião na abertura do congresso de Nuremberg nesse mesmo ano de 1911. A solução advogada por Schmoller não se resume a eliminar os juízos de valor, nem aceitá-los indiscriminadamente, ele pleiteia “tato, objetividade, contenção em sua aplicação” (Schmoller 1998, p. 359).

---

Schmoller. Do artigo podemos inferir que ele discorda do formalismo da filosofia kantiana nesse âmbito (ver adiante). Entretanto, não está claro o que significa ser a ética cada vez mais empírica.

<sup>71</sup> Aqui Schmoller alude diretamente ao que Weber escrevera no *ensaio sobre a objetividade*: “deixar claro, que e quando o pesquisador pensante termina e o ser humano que quer começa a falar...” (G.A.z.W., p. 157, grifos meus).

Em seguida, é tematizado o choque de gerações, em que Schmoller defende uma tentativa de compreensão mútua. Wilhelm Hennis, um autor preocupado em mostrar a continuidade entre os questionamentos de Weber e os da escola histórica de economia política, enfatiza essa “briga de gerações” (Hennis 1996, ps. 152-172) no debate acerca dos juízos de valor. Porém, isso é apenas parcialmente verdadeiro. Os textos enviados pelos associados que participariam da sessão de debate na Associação de Política Social mostram que vários autores da geração de Weber (e até mais jovens do que o próprio) não partilhavam da tese da ciência livre de valores. Completamente equivocada, porém, seria a visão de que o debate dos juízos de valor seja *apenas* uma briga de gerações, uma contenda em que os jovens procuram desacreditar a geração mais velha em busca de mais espaço no meio acadêmico ou mesmo dentro da Associação. Weber sempre se reconheceu como filho da escola histórica, e seus dois acertos de contas com ela (sua posição na disputa metodológica e sua posição no debate acerca dos valores) me parecem muito mais uma tentativa de salvar o programa de pesquisa dessa escola. A história da economia política na Alemanha na segunda metade do século XX mostra que esse programa foi em grande parte abandonado, apesar de algumas tentativas isoladas de resgatá-lo (p. ex., Nau).

No final de seu longo artigo, Schmoller comenta a passagem acima transcrita do *ensaio da objetividade* sobre a ética empírica. Ele responde, “não sei se M. Weber me tinha especialmente em vista quando escreveu isso. Se sim, então me parece que ele não me compreendeu de modo algum.” (Schmoller 1998, p. 360). E ele continua:

“Em todo caso, para mim a ética, tal como a economia política, é uma ciência realista; eu acho a ética transcendente e a puramente formal, tal como M. Weber aqui a coloca como a única justificada, equivocada, e com isso estou em concordância com a maioria dos atuais filósofos.” (Schmoller 1998, p. 360).

Schmoller cita J. St. Mill, que denomina a economia uma ciência ética, e A. Smith<sup>72</sup>, que a compreende como parte da filosofia moral, como economistas próximos de sua posição. Já o ponto de vista de Max Weber, que se nega a discutir os ideais morais como se fossem questões econômicas técnicas, é chamado por Schmoller de “um purismo ético que eu não posso seguir” (Schmoller 1998, p. 361). Aqui, Schmoller se posiciona com os críticos do formalismo kantiano, tal como mais tarde Scheler<sup>73</sup>. A ciência econômica, segundo Schmoller, encontra-se, no mínimo, na região fronteira entre o técnico-econômico e o ético. E segundo Schmoller, Weber não teria escrito seus textos sobre a ética protestante, se não sentisse essa estreita relação entre o ético e o econômico. De acordo com a ideia dessa economia política ética, os valores objetivos serão capazes de resolver os antagonismos econômicos (e também políticos, religiosos, etc.) entre as classes sociais e criar uma ordem social harmônica. Para Weber, isso era pura ilusão.

A discórdia, porém, ainda toca outro ponto. Como dissera Schmoller na citação acima transcrita, “a ética, tal como *a economia política*, é uma *ciência realista*” (Schmoller 1998, p. 360, grifos meus). Ao caracterizar a economia política como ciência realista, aparentemente há um ponto de contato com Weber, o qual definira, “a ciência social que *nós* queremos empreender, é uma *ciência da realidade*” (G.A.z.W., p. 169). O consenso é apenas aparente, como mostra um trecho de *Roscher e Knies*, no qual Weber expõe:

“embora a história não seja ‘ciência da realidade’ no sentido de que ela ‘retrata’ todo o conteúdo de alguma realidade<sup>74</sup>, - isto é em princípio impossível -, ela o é, porém, no outro sentido de que insere elementos da realidade dada - que enquanto tais, conceitualmente só podem ser relativamente determinados - enquanto elementos ‘reais’ num contexto causal concreto.” (G.A.z.W., p. 112).

---

<sup>72</sup> Também Amartya Sen recorrerá a Adam Smith em seu resgate da dimensão moral da economia (ver Putnam 2002, ps 46 e segs.).

<sup>73</sup> Weber, ao contrário, defende o kantismo na ética, como veremos.

<sup>74</sup> Este parece ser sentido da ciência realista que Schmoller tem em mente para a economia política histórica.

Contrapondo a economia política histórica àquela que ele denominara de ciência rigorosa, nota-se que para Schmoller, os argumentos de Weber a favor de uma análise que separa o fenômeno econômica da dimensão ética, estariam vinculados à ciência rigorosa, ou seja, a uma posição mais próxima de Menger na disputa metodológica. É importante lembrar que na disputa metodológica, ambos os lados reconheciam a utilidade do trabalho científico do outro, nenhum dos lados pretendia eliminar ou desqualificar as contribuições científicas do outro. Schmoller considerava a perspectiva de Menger justificada, porém limitada, i. e. mais limitada do que a histórica<sup>75</sup>. Menger, por sua vez, reconhece o valor das investigações históricas, mas ataca as pretensões teóricas que os economistas alemães reivindicavam para suas contribuições. A obra de Weber está indiscutivelmente vinculada à escola histórica, como ele mesmo reconhece<sup>76</sup>. No entanto, as objeções metodológicas que dirige contra a escola histórica são bastante próximas das críticas de Menger, havendo, porém, diferenças importantes<sup>77</sup> entre as posições metodológicas de Weber e as de Menger.

Essa exposição um tanto extensa da posição de Schmoller pretende explicitar as posições às quais Weber se contrapunha. Schmoller, o representante vivo mais importante da tradição histórica de economia política, era a autoridade respeitada pelos economistas da Alemanha de então. Seus argumentos estão presentes em vários dos textos enviados ao comitê da Associação de Política Social.

---

<sup>75</sup> Em sua resenha do livro de Menger, Schmoller escreve (no tom irônico-polêmico que caracterizou a disputa metodológica): “Não afirmamos que seu cantinho não tenha direito, senão apenas que daqui não se enxerga suficientemente o todo (...)” (Schmoller 1985, p. 251)

<sup>76</sup> Em meio aos debates na reunião da Associação para Política Social, Weber diz: “(...) com todo respeito pela geração que travou as grandes lutas do passado e cujos epígonos somos hoje, e sem cuja poderosa infraestrutura nossos trabalhos não seriam possíveis” (ver anexo 3). Essa filiação, como mostrou Hennies (especialmente o primeiro artigo da 2ª parte de Hennies, 1987, ps 117-166), não se restringe apenas aos primeiros escritos (sobre agricultura na Antiguidade ou sobre o direito comercial na Idade Média), mas este presente na obra toda.

<sup>77</sup> P. ex., com relação à natureza dos conceitos utilizados pela teoria econômica, os quais Weber chama de tipos ideais.

## As diferentes posições na Associação para Política Social

A dificuldade de reconstruir a história do debate acerca dos valores, vale dizer, mais especificamente, os eventos daquela sessão da Associação de Política Social, foi parcialmente suprida em 1996 pela publicação das contribuições escritas enviadas pelos membros da associação interessados no debate (ver Nau 1996). Com base naqueles textos, podemos dividir os participantes da discussão na Associação para Política Social em três grupos: (1) os que rejeitavam explicitamente uma ciência isenta de valores como Epstein, Goldscheid, Hesse, Oldenberg, Oncken, Spranger e von Wiese. Por sua proximidade com os argumentos de Schmoller acima expostos, serão denominados “schmollerianos”. (2) Os que não se posicionavam em seus textos claramente diante da discussão ou tentaram apaziguar o debate. São eles Hartmann, Neurath e Schumpeter. E finalmente (3) aqueles que defendiam a tese da neutralidade valorativa, como Eulenburg, Rohrbeck, Spann e Wilbrandt, além de Weber, o qual será analisado separadamente, no próximo capítulo.

### 1 – os “schmollerianos”

Com relação ao primeiro grupo, pode-se dizer que seus argumentos basicamente repetem as exposições de Schmoller em seu artigo no dicionário. Em conformidade com a relativa justificação da ciência rigorosa por Schmoller, o empresário e economista Epstein afirma que “o empenho por conhecimento econômico ‘como se’ não existisse absolutamente um problema moral, parece o caminho recomendado, pois é o mais seguro”. (Nau, p. 65). Porém, ele também partilha do esquema evolucionista de Schmoller, mostrando-se crente no progresso crescente da cultura através da atividade econômica. Por sua posição como empresário, ele considera a luta entre a agricultura e o

industrialismo a verdadeira luta social assentada em contradições intransponíveis. A luta entre trabalhadores e empregadores baseia-se, segundo Epstein e ao contrário do que afirma Marx, em concepções equivocadas e não em verdadeiros antagonismos de interesses.

O sociólogo Goldscheid repete a tese schmolleriana de que a utilização de juízos de valor seja questão de *tato*. Com relação ao ensino acadêmico diz Goldscheid:

“a posição do professor de economia política com relação aos juízos de valor é, em última instância, uma *questão de tato*, portanto ela própria o resultado de determinada valoração; porém, a posição do pesquisador de economia política perante os juízos de valor é uma questão da amplitude do âmbito que ele se atreve abranger.” (Nau, p. 87).

Se na *Ciência como Vocação*, Weber critica o cientista que se pretende líder dos estudantes, Goldscheid advoga a posição contrário, considerando o bom erudito como simultaneamente pesquisador e líder (ver Nau, p. 88). Convém lembrar que, em dezembro de 1913, Max Weber se desligou do conselho da Sociedade Alemã de Sociologia quando Goldscheid assumiu a chefia.

No texto enviado pelo sociólogo e economista político Leopold von Wiese encontramos dois argumentos presentes no artigo de Schmoller, o argumento do *tato*, ou, mais especificamente, da cautela, e o da crítica dos pares. Apesar de aceitar a existência de juízos de valor na economia política, von Wiese recomenda certa cautela na utilização dos mesmos.

“Portanto é admitido que com os juízos de valor morais entra na pesquisa científica um elemento que é extra-científico, pois não comprovável. Isso mesmo rouba da teoria econômica sua exatidão. Por outro lado lhe dá uma considerável elevação de seu valor para a vida ativa. O perigo de que com isso se distancie dos fins mais nobres, de servir à verdade e somente à verdade, é muito menor do que reclamam os opositores dessa concepção. Pois, para que existe crítica? Ela sempre corrige de novo unilateralidades, exageros, equívocos.” (Nau, p. 192).

Ainda cinquenta anos mais tarde, von Wiese sustentará essa mesma opinião, de que o pesquisador nunca consegue, nem deve, desligar completamente seus juízos de valor, mas que deve utilizá-los com cautela. Na discussão sobre “neutralidade

axiológica e objetividade” que seguiu a uma palestra de Talcott Parsons no 15º encontro da Sociedade Alemã de Sociologia em 1964, von Wiese declara:

“Trata-se, como tantas vezes na vida, de seguir a justa medida. A ciência nunca pode impor aberta ou veladamente meras sentenças de *crenças*. Mas a exigência da limitação dos juízos de valor não pode levar a um estado em que o erudito teria que reconhecer não possuir nenhum ponto de vista próprio e fixo; que ele apenas profere o que o mundo exterior lhe mostra, que seu ideal seja a fotografia.” (Stammer, pág. 70).

O argumento do tato também é retomado pelo historiador Oncken, que afirma: “Com outras palavras, o juízo de valor moral, que de acordo com seu conteúdo só deve ser usado com cautela, de acordo com sua forma é inteiramente coisa do tato histórico.” (Nau, p. 102). Sobre o ensino acadêmico, o historiador afirma que o professor não deve desligar o elemento pessoal, os juízos de valor morais e as metas político-práticas, para não perder influência espiritual. No entanto, ele deve separar rigidamente entre os elementos fatuais e seus juízos pessoais de valor. “A separação e o entrelaçamento desses dois lados da palestra histórica é uma coisa essencialmente de tato histórico, científico e humano.” (Nau, p. 107).

Também o economista Oldenberg, tal como von Wiese, menciona o argumento da crítica ao afirmar: “Desligar os juízos de valor significa roubar da pesquisa e do estudo a sua luz e a sua força propulsora, mesmo quando esses juízos de valor frequentemente sejam preconceitos ou juízos falsos e ainda precisem ser corrigidos por juízos contrários de outros autores.” (Nau, p. 96-97). O texto de Oldenburg mostra-se relacionado ao debate na reunião de 1909 em Viena. Ele escreve, p. ex., “já em conceitos fundamentais como bem, rendimento, progresso econômico, produtividade não se pode prescindir dos juízos de valor.” (Nau, p. 96). Como vimos, a discussão em 1909 se deu em consequência da palestra de Philippovich sobre o conceito de “produtividade”. Algumas passagens do texto de Oldenberg reforçam a tese de Hennis, de que o debate representou uma briga de gerações, no entanto é preciso ressaltar que

Oldenberg nasceu no mesmo ano que Max Weber. Mas assim como os membros mais antigos da associação, Oldenberg também se mostra desconfortável com o debate em torno dos juízos de valor dizendo que “não acredito que através desse movimento a fama e o significado de nossa ciência possa ganhar algo; ele vai de encontro a uma degradação de si mesmo, e simultaneamente a juízos de valor nada lisonjeiros sobre os juízos de valor de colegas de disciplina.” (Nau, p. 98). Por fim, o economista político lamenta que essa questão de método tenha que ser debatida, pois acredita que esses problemas precisam ser enfrentados solitariamente pelo erudito em seu escritório. “O mais valioso das experiências metodológicas elaboradas por nós próprios não é passível de ser transmitido pela via teórico-didática.” (Nau, p. 98). Provavelmente a opinião de Oldenberg seja a que mais se aproxima da de Schmoller<sup>78</sup>.

O economista Hesse retoma outro argumento de Schmoller, qual seja, a opinião de que a economia política não se limita à obtenção de conhecimento causal dos fenômenos. Ele afirma categoricamente: “Na teoria de economia política não se pode prescindir dos juízos de valor; o conhecimento causal daquilo que é, não consegue apreender exhaustivamente os problemas sociais.” (Nau, p. 90). Esse argumento está intimamente relacionado com posição de Schmoller na *disputa metodológica*, em contraposição à economia marginalista austríaca. Naquela disputa, Schmoller defende seu ponto de vista baseando-se em Dilthey.

E é a esse filósofo que se refere o texto do filósofo, psicólogo e pedagogo Eduard Spranger, que, além de Weber, foi o único participante do comitê a publicar sua contribuição à discussão<sup>79</sup>. O texto de Spranger apareceu no *Schmollers Jahrbuch* já em

---

<sup>78</sup> Oldenberg trabalhou como assistente de Schmoller na edição da revista *Schmollers Jahrbuch*.

<sup>79</sup> Por isto, em seu livro *Ciência e Juízo de Valor*, ao tratar da discussão sobre os juízos de valor, Herbert Kethen contrapõe a posição de Weber somente à de Spranger, visto que o livro editado por Nau ainda não fora publicado. Quando Max Weber publica *O sentido da “neutralidade axiológica” das ciências sociológicas e econômicas* em 1918, observa o seguinte sobre o texto de Spranger: “Eu admito que considero esse trabalho daquele filósofo também estimado por mim, como estranhamente fraco, porque

1914. E sua posição fica evidente com a primeira frase: “A opinião de que a economia política enquanto ciência não tem a tarefa de formular juízos de valor e exigências de tipo político ou ético, é um sintoma interessante do crescimento do positivismo moderno nas ciências do espírito.” (Nau, p. 122). A utilização do termo “ciências do espírito”, ao invés de “ciências da cultura” como preferiam os neokantianos de Baden e também Max Weber, revela a influência de Dilthey – que fora seu professor - sobre Spranger. Outro ponto interessante é a menção ao “positivismo moderno”<sup>80</sup>.

Spranger sustenta “que é a peculiaridade das ciências do espírito de proferir ‘juízos de valor *com base* em conhecimento’ e que existe uma diferença a ser determinada com exatidão entre esse ponto de vista e o do homem de partido ou do agitador.” (Nau, p. 122). Inteiramente em consonância com as teses de Dilthey, Spranger diz que para compreender – e entre parêntesis acrescenta: interpretar – qualquer processo sócio-econômico, o ser humano necessita da característica subjetiva de poder recriar dentro de si esses valores. Isso é possibilitado por aquilo que Spranger denomina a consciência teleológica. Ele distingue quatro tipos de consciência teleológica: (1) a *recriadora-descritiva*, que permite interpretar fatos sócio-econômicos a partir da própria consciência vital ampliada pela fantasia. “Quem nunca vivenciou em si vivamente um valor econômico ou moral, não teria o direito, ou antes, não teria meios para falar sobre tais processos em torno dele e diante dele em outros.” (Nau, p. 125). (2) *A consciência teleológica viva* é a vida espiritual de cada um, aquilo que ele considera moralmente certo, politicamente correto, religiosamente sagrado ou esteticamente belo.

De acordo com Spranger, essas duas consciências formam “o fundamento da economia

---

não floresceu até a clareza, porém evito qualquer polêmica com ele já por motivos de espaço e somente exponho meu próprio ponto de vista.” (G. A. z. W., p. 489, nota de rodapé).

<sup>80</sup> Mais tarde, na assim chamada *disputa do positivismo* na sociologia alemã, a tese da neutralidade valorativa defendida por Popper e Albert (que naturalmente se entendem como racionalistas críticos e não positivistas), é considerada uma característica positivista por Adorno e Habermas. Em Spranger é interessante o adjetivo “moderno”, já que no positivismo do século XIX, não há a tese da neutralidade valorativa, e no neopositivismo do círculo de Viena, a tese aparece tardiamente (ver nota X sobre Carnap).

política puramente descritiva, puramente positivista.” (Nau, p. 126). (3) Em terceiro lugar existe a *consciência recriadora e crítica*. Ao interpretar uma forma de vida estranha, colocamos um parâmetro do que deveria ter sido, p. ex., se Bismarck agiu certo no *Kulturkampf*. Ou seja, “nós não apenas nos deslocamos para contextos estranhos de modo empático, senão também imanentemente julgando e criticando.” (Nau, p. 126). Por fim, (4) a *consciência viva teleológica-crítica* que fornece o dever-ser, as normas que nos elevam a uma estágio superior de valor. Para Spranger, essas quatro formas da consciência teleológica constituem a unidade do espírito e encontram-se numa relação de dependência mútua. Uma mudança em (1) acarreta mudanças nas outras três formas de consciência teleológica, por isso Spranger sustenta que as valorações e exigências, quando baseadas na ciência (o que significa que sejam proferidas por um cientista), são diferentes das do homem de partido ou daquele que apenas vive e valora.

O estudo – nas palavras de Spranger: positivista – dos fenômenos econômicos e de suas tendências permite uma percepção cada vez mais acurada dos mesmos, o que torna os juízos de valor do cientista diferentes dos do homem de partido. Eles se elevam da mera subjetividade por quererem apreender todas as relações e serem universais. Apesar do parâmetro da economia política ainda não abranger toda a humanidade, o que ainda seria precipitado, ele é nacional (por isso: *Nationalökonomie*, economia *política*). Spranger ainda ressalta que cada área tem seu ideal, sua norma, assim, a questão do economicamente melhor é diferente do politicamente melhor ou do moralmente melhor. Juntando todas essas áreas, surge a cultura. E “quem realmente quiser colocar metas à vida em seu enredamento concreto, não pode parar numa dessas ideias abstratas. Ele terá que estabelecer um ideal cultural-total (...)” (Nau, p. 143). Isto está bastante próximo da posição defendida por Schmoller. Sobre o próprio debate na Associação

para Política Social, Spranger insinua que a situação cultural da qual emergiu o assim chamado socialismo de cátedra provavelmente mudou, exigindo novos ideais que ainda não foram claramente formulados.

“Por isso o esquisito positivismo recatado que observamos atualmente e do qual transparece em alguns pontos, um retrocesso ainda mais esquisito ao manchesterismo. (...) Porém, o que na verdade dá tanta *força* ao espinho dessa crítica não são seus fundamentos metodológicos, senão novos *ideais*, que apenas ainda não se emanciparam até a clareza.” (Nau, p. 144).

## 2 – os apaziguadores

Se os eruditos acima se posicionam claramente contra a tese da neutralidade valorativa e retomam para tanto os argumentos de Schmoller, há um segundo grupo que não toma partido ou procura apaziguar os ânimos. O historiador e político Ludo Hartmann, p. ex., insiste que no ensino acadêmico o professor deve transmitir aos ouvintes material empírico histórico e prático sem levar em consideração suas simpatias e antipatias para, a partir disso, deduzir aplicações para as medidas práticas do presente. Sua posição no debate parece estar entre os dois pólos em confronto, assim como a do sociólogo Otto Neurath, vinculado ao empirismo lógico do círculo de Viena. Ele pressupõe que cada valoração moral pode ser remetida a um tipo de prazer ou desprazer e deduz que as valorações morais entram em contato com a economia política em dois pontos: (1) na investigação de relações concretas de prazer e desprazer, coordenando-se a valoração moral com o prazer e desprazer engendrado por diferentes bens (p. ex. vestimenta, alimentação, moradia, obras de arte, etc.) e (2) na avaliação de um sistema concreto ou geral de instituições que geram prazer ou desprazer. No primeiro caso, afirma Neurath, a valoração moral constitui um elemento da ordem, enquanto no segundo, a ordem das coisas torna-se objeto da valoração moral<sup>81</sup>. Em seguida, Neurath expõe que, quando há consenso sobre o princípio que fundamenta a valoração moral,

---

<sup>81</sup> Ou seja, no primeiro caso o valor é objeto de investigação, no segundo, nós valoramos um objeto, um sistema econômico.

então é possível decidir qual ordem (a livre concorrência ou algum outro) corresponde mais àquele princípio. Mas ele acrescenta: “aqui não se deve investigar se uma resposta é sempre possível, ou uma resposta unívoca” (Nau, p. 94). Parece, então, que Neurath foge do problema que dividia os economistas da associação, ele se esvai da questão se a ciência pode fundamentar tal valoração. Por fim, referindo-se à ideia schmolleriana da economia política ética, Neurath conclui:

“Se levamos em conta as valorações morais enquanto prazer e desprazer ou se submetemos instituições dadas produtoras de prazer ou desprazer a uma avaliação moral, o caráter da economia política de modo algum é comprometido; ela não é ‘eticizada’ através disso, tão pouco como a química é ‘higienizada’ quando nos esforçamos por constatar a valoração higiênica de determinados compostos químicos.” (Nau, ps. 94-95).

A contribuição do economista político Joseph Schumpeter reflete uma clara preocupação em apaziguar o debate e menos em tentar se posicionar claramente. Ele afirma que se distinguirmos entre os diferentes significados que um juízo de valor pode ter, então um entendimento entre os dois partidos é possível.

“Na discussão até aqui esse momento me parece ter sido relegado e ter sido defendida uma formulação demasiado absoluta dos dois pontos de vista. Senão já teria se mostrado que à maioria dos juízos de valor se pode acrescentar um sentido que não é incompatível com o princípio de que o pesquisador deve explicar e não julgar.” (Nau, p. 111).

No entanto, Schumpeter reconhece um direito relativo ao movimento atual contra o juízo de valor porque, ainda que juízos de valor científicos fossem possíveis, recomenda-se cautela ao pesquisador em virtude do estado inseguro do conhecimento positivo, e, além disso, caso tivéssemos um estoque maior de conhecimento positivo, a tarefa principal do pesquisador não poderia ser a defesa de ideais práticos. Em suma, Schumpeter, evitando a discussão sobre os princípios, mostra desconfiança quanto à possibilidade de existirem juízos “científicos” de valor<sup>82</sup>, porém acredita que “isso não precisa nos ensejar a virar as costas quando alguma vez uma personalidade interessante propaga sua vontade política a partir da cátedra e assim reúne os papéis do pesquisador

---

<sup>82</sup> “Sempre pressupondo que um juízo ‘científico’ de valor seja em geral possível” (Nau, p. 112)

com o do profeta.” (Nau, p. 112). Portanto, Schumpeter reivindica certa repressão dos juízos de valor na ciência em favor do ideal do conhecimento, mas sem recriminar veementemente ocasionais juízos de valor. “Parece-me que se trata de uma solução feliz dessa questão – e não tanto da solução da questão de princípio.” (Nau, p. 112).

### 3 – os defensores da neutralidade valorativa

Os argumentos do terceiro grupo estão resumidos claramente na seguinte passagem do economista político Eulenburg, ex-aluno de Schmoller.

“Assim, em todo caso, os juízos de valor moral não *são* fundamentáveis cientificamente e o pesquisador *deve*, na medida do possível, tomar distância deles. Questões morais devem ser distinguidas rigorosamente de questões fatuais. ‘O moral sempre se entende por si só.’ Essa abstinência absoluta do juízo de valor é um ideal, o qual frequentemente só pode ser executado com consciente limitação de si mesmo. Porém, a tentativa sempre deve ser feita no interesse da objetividade. Em todo caso, na economia política somente há tanto de verdadeira ciência, quanto ela se mantém livre de juízos de valor moral.” (Nau, p. 71, grifos meus).

Já na primeira sentença do trecho, notamos que o argumento em favor da ciência livre de valores consiste de duas teses, uma fatural e outra prescritiva. Também a posição de Weber contém essas duas teses, ou dois princípios, como será discutido mais adiante. E a abstinência de juízos de valor é chamada de “ideal”, o que remete a Kant, como ainda veremos.

Tal como Eulenburg, também o jurista Rohrbeck e o economista político Wilbrandt, outro ex-aluno de Schmoller, afirmam ser preciso separar a ciência econômica da política econômica. Wilbrandt, no entanto, ao traçar comparações com o médico, o qual profere conselhos baseados na medicina, reconhece a possibilidade de juízos de valor econômicos. E no ensino acadêmico, afirma Wilbrandt, o professor não precisa deixar artificialmente de fora o juízo de valor moral, “somente precisa estar claro que isso não é científico, senão humano.” (Nau, ps 199-200). Weber afirmara o mesmo no ensaio sobre a objetividade de 1904 - “...deixar claro, *que e quando* o

pesquisador pensante termina e o ser humano que quer começa a falar...” (G.A.z.W, p. 157)

Nesse grupo que advoga a neutralidade valorativa, ainda há a posição do economista e sociólogo Othmar Spann, que difere um pouco das outras por defender uma teoria própria. Reportando-se a Windelband e Rickert, Spann considera a economia política teórica como conhecimento nomotético - portanto, não teleológico – que não visa valorações, senão formação conceitual generalizante. Não obstante, há um momento teleológico na economia política que se refere àquilo que é almejado como máximo das condições econômicas e sociais de vida. Duas “posturas” teóricas divergem com relação a esse máximo, o individualismo e o universalismo. O texto de Spann procura provar que a decisão entre as duas posturas não precisa ser um juízo de valor:

“Se o juízo sobre a natureza individualista ou universalista da comunidade pode ser fundamentada analiticamente, então não é mais um juízo de valor, não depende mais de estimativas de valor, sentimentos de valor, estabelecimentos de metas, questões de concepção de mundo. Somente as próprias metas econômicas baseiam-se em juízos de valor (exigências, sentimentos, necessidades, axiomas).” (Nau, p. 117).

Para Spann, então, a economia política divide-se em dois grupos com abordagens diferentes do fenômeno econômico: (1) o puramente teórico que geralmente se orienta de modo individualista e (2) o sociológico que é concebido como universalista. A decisão metateórica por uma das duas abordagens não encerra, de acordo com Spann, um juízo de valor. Usando o esquema de Weber – que Spann não utiliza aqui – trata-se de uma referência a valor.

## Capítulo 3

### A posição de Max Weber

Depois de conhecer as diferentes posições a que Weber se contrapõe, analisemos os argumentos apresentados por Weber em seu parecer enviado para a Associação de Política Social, o qual, mais tarde, se tornaria o texto sobre *o sentido da “neutralidade valorativa”*. Weber afirma que o problema dos juízos de valor está vinculado a infinitos equívocos e a disputas “sobre tudo terminológicas, por isso, inteiramente estéreis” (G.A.z.W., p. 499). Para evitar essas discussões terminológicas, Weber oferece, no texto sobre a neutralidade axiológica, uma definição explícita de “valoração” e outra de “juízo de valor”. Weber define: “Sob ‘valorações’ deve-se entender no que segue, ali onde não é dito algo diferente ou seja visível por si só, *avaliações ‘práticas’ de um fenômeno influenciável por nossa ação como reprovável ou digno de aprovação*” (G. A. z. W., p. 489, grifos meus)<sup>83</sup>. E mais adiante define os “juízos de valor”: “É, como dito inicialmente, inteiramente unívoco que nessas discussões para nossa disciplina se trata de *valorações práticas de fatos sociais como praticamente desejáveis ou indesejáveis sob pontos de vista éticos ou culturais ou por outros motivos*” (G. A. z. W., p. 499, grifos meus)<sup>84</sup>.

Parece que essas definições explícitas não nos auxiliam muito, pois os “juízos de valor” são definidos como “valorações” e as “valorações” o são como “avaliações”. Porém, os três termos não são distinguidos claramente, dando a impressão de circularidade na definição. Podemos inferir, com base em Rickert, que os juízos de valor

---

<sup>83</sup> Essa definição explícita não está no texto de 1913.

<sup>84</sup> No texto original de 1913, não há o acréscimo de “ou por outros motivos” (Nau, p. 158 ou Baumgarten, p. 113).

sejam os produtos linguísticos das valorações e das avaliações, porém, o uso, comum até hoje, de “juízo” mostra certo resquício psicologista (Tugendhat/Wolf, cap. 2). Também deve ser notada a inclusão do adjetivo “prática” nas duas definições, sugerindo que não se trata de um ato teórico ou contemplativo, senão de uma ação. Na primeira definição, o objeto ao qual se refere a valoração, o portador do valor, é um “fenômeno influenciável por nossa ação”, portanto, não qualquer fenômeno, mas apenas aqueles que ainda não estão concluídos e ainda podem ser influenciados. Na definição de “juízo de valor”, Weber explica que esses se referem a fatos sociais, ampliando o conjunto dos possíveis portadores do valor em comparação com a primeira definição. Os valores que Weber relaciona com esses portadores são, no primeiro caso, o valor negativo “reprovável” e o positivo “digno de aprovação”, e no segundo caso, “desejado” como valor positivo e “indesejado” como valor negativo. Principalmente em “reprovável”, que significa “merece reprovação” ou “deve ser reprovado”, a proximidade com uma exigência normativa está presente. Será isso mais uma prova da falta de clareza conceitual de Weber, tal como o acusa Schnädelbach. Talvez. No entanto, eu acredito que isto esteja relacionado com o fato dos juízos de valor que realmente incomodavam Weber, serem aqueles que servem de ponte para o normativo.

#### Sobre o termo usado por Weber

Tendo visto as definições de Weber, é necessário precisar o que Weber entendia por “*Wertfreiheit*”. O termo costuma aparecer traduzido como “neutralidade axiológica” nas traduções para o português, p. ex. na tradução de Wernet pelas editoras Cortez e Unicamp. Alguns autores preferem utilizar “neutralidade valorativa”, seguindo a tradução para o espanhol da editora Amorrortu de Buenos Aires. Menos usada é a

expressão “neutralidade ética” sugerida pela tradução para o inglês de Shils e Finch pela editora The Free Press em 1949. Já Bruun traduz “value freedom”, cujo equivalente em português seria “liberdade de valor” ou “liberdade valorativa”, o que não parece uma solução feliz. Certamente uma boa parte das críticas ao “postulado” defendido por Weber, assim como as compreensões equivocadas do mesmo, surgem da escolha infeliz do termo, o qual, literalmente significa “livre de valores” ou “isento de valores”. Na 5ª edição de G. A. z. W., Winckelmann observa que “formulado corretamente, como resulta do texto, deveria ser: ‘livre de valorações’ ou ‘livre de *juízos* de valor’ ou abstenção de juízos de valor” (G. A. z. W. (5ª ed), apud Keuth, p. 28). Como mostrará a exposição dos argumentos de Weber, a tradução “neutralidade valorativa” é bastante oportuna, pois mostra que a ciência não pode decidir sobre a validade de juízos de valor. Já “neutralidade axiológica” sugere que a ciência seja neutra com relação a sistemas da filosofia dos valores, o que de fato condiz com a posição de Weber. Pessoalmente prefiro a opção “neutralidade valorativa”, a qual, me parece, suscitar menos equívocos do que o termo original em alemão.

É sabido que Weber utiliza esse termo entre aspas<sup>85</sup> no seu ensaio *O sentido da “neutralidade valorativa” das ciências sociológicas e econômicas*, o que indica que pretende entender esse termo num sentido bastante particular. O uso de aspas tem diferentes significados: pode simplesmente sinalizar o termo ao qual uma proposição se refere (uso lógico), como também pode sinalizar que determinado termo deve ser entendido de certo modo, em geral alterando ou limitando seu conteúdo semântico em comparação com o uso corrente. Esse conteúdo semântico pode ser desviante porque a coisa à qual o termo se refere não apresenta todas as características que o termo possui na linguagem corrente. Nesse caso, as aspas muitas vezes têm uma conotação irônica e

---

<sup>85</sup> Assim como também alguns outros termos em sua obra, como atestam o ensaio sobre a “objetividade” ou a primeira edição da “Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”.

sugerem um enfraquecimento do conteúdo semântico do termo. Por outro lado, as aspas podem sinalizar que um termo deve ser entendido em uma (ou algumas) de suas características semânticas, mas não em todas. Nesse caso, não ocorre um enfraquecimento, mas um aumento em precisão.

A expressão “livre de valores” pode significar muitas coisas, ela é um termo vago. Como expõe William Alston em seu livro sobre a filosofia da linguagem, um termo é considerado vago, quando há casos em que não é possível responder definitivamente se o termo se aplica ou não. Há dois tipos de vaguidade, a por grau e a por combinação de condições (Alston, ps. 84 e segs.). Na primeira, a vaguidade resulta da ausência de um limite preciso para determinar a aplicação do termo. Alston cita o exemplo do termo “meia-idade”; ele certamente se aplica a pessoas com 50 anos, mas quando uma pessoa começa a ser de meia-idade? Aos 35, 40 ou 45? No caso da vaguidade por combinação de condições, um termo se aplica quando determinadas condições estão presentes. O exemplo elencado por Alston é o termo “religião” que – na definição de Alston – é constituído por nove características. Está claro que algo que apresente as nove características seja denominado religião, mas e se alguma(s) característica(s) estiver ausente? Ao colocar o termo “livre de valores” (ou também “objetividade” no famoso ensaio de 1904) entre aspas, Weber sinaliza a existência de uma vaguidade por combinação de condições. O intuito do texto de Weber, portanto, é mostrar quais condições presentes na ciência permitem a utilização do termo e quais não. Por isso o título fala do “sentido” da neutralidade axiológica. Trata-se do “sentido” compreendido enquanto significado linguístico da expressão “neutralidade valorativa”. Por outro lado, ainda há outro significado de “sentido” implícito no título do texto, o “sentido” entendido como a razão pela qual as ciências sociológicas e econômicas deveriam adotar a “neutralidade valorativa”. Esse segundo significado de “sentido” nos

remete claramente à dimensão ética da posição de Weber. No que tange as aspas no título, as mesmas exercem duas funções para o leitor, sinalizam o termo ao qual o texto de refere (uso lógico) e indicam a vaguidade do mesmo que o texto pretende eliminar.

Hugh Lacey, ao investigar a tese da ciência livre de valores, distingue três diferentes significados – ou, nas palavras do filósofo, três subteses - que a tese pode assumir, a saber, o significado da imparcialidade, da neutralidade e da autonomia da ciência (Lacey 1998). A imparcialidade supõe que a aceitação de teorias (e a rejeição de outras) seja guiada exclusivamente por valores cognitivos (p. ex.: adequação empírica, poder explicativo, ou outros, independentemente da sua hierarquia). A neutralidade está relacionada às consequências da aceitação de teorias e implica que as possíveis aplicações que decorrem de uma teoria distribuem-se de modo mais ou menos equitativo entre os diversos conjuntos de valores existentes (valores sociais, valores de mercado etc.). Já a autonomia refere-se à metodologia e às condições sobre a condução da pesquisa, ou seja, almeja falta de interferência não-científica na ciência. É importante ressaltar que Lacey concebe essas subteses não como fatos, senão como valores, isto é, como ideais constitutivos de práticas e instituições científicas. Weber certamente sustentaria a imparcialidade como um ideal, mas não necessariamente a neutralidade – nesse sentido de Lacey, isto é, vinculado à aplicação das teorias. No que tange a autonomia, o modelo de Lacey não consegue apreender com precisão a posição de Weber, pois este aceita a interferência de valores não-científicos na ciência (como demonstra o conceito de referência a valor), mas certamente recrimina a influência de esferas de valor heterogêneas – para usarmos uma expressão weberiana – sobre a pesquisa e seus resultados.

## Os argumentos da tese da neutralidade valorativa

Em 1913, com intuito de participar ativamente da discussão por ele ensejada, Weber envia um texto para a Associação de Política Social em que começa apresentando as questões que não pretende debater com os colegas da associação. Trata-se de questões em que Weber não acredita discordar dos demais membros e de problemas que exigem um posicionamento valorativo subjetivo e que, portanto, não deveriam ser discutidos em uma associação científica. Ao contrário do texto sobre *o sentido da “neutralidade valorativa”*, uma re-elaboração desse parecer de 1913, o texto original é dividido em duas partes. Na primeira, Weber enumera os seis pontos que não pretende discutir na associação.

(1) Primeiramente, “se na *Associação de Política Social* questões de ‘concepção de mundo’, mais precisamente ‘valorações’ prático-políticas devem ter espaço” (Nau, p. 147 ou Baumgarten, p. 102). Weber afirma que a Associação fora criada especialmente para esse fim, mas não para simplesmente propagar uma determinada concepção de mundo, senão “para que, em fenômenos da vida econômica, *quando* considerados *valorativamente, também outros* padrões valorativos possam ser colocados, além do mero interesse comercial de rentabilidade dos respectivos empreendimentos aquisitivos” (Nau, p. 147-148 ou Baumgarten, p. 103)<sup>86</sup>. A palestra de posse proferida por Weber ao

---

<sup>86</sup> Essa primeira parte do texto foi excluída do texto “O sentido da ‘neutralidade axiológica’ das ciências sociológicas e econômicas” de 1917. Na primeira nota de rodapé Weber diz que apenas omitiu aquilo que só interessava à associação e que expandiu as considerações metodológicas gerais (ver G. A. z. W., pág. 487). Além de inúmeras especificações e algumas alterações terminológicas, as maiores inserções referem-se à ética (G. A. z. W., págs. 505-508), à discussão sobre o conceito de “progresso” no âmbito da arte (que no texto de 1913 ocupa apenas um parágrafo e em G. A. z. W. encontra-se nas páginas 519 até 525) e às considerações finais (o texto de 1913 termina com referências ao texto sobre “Algumas categorias da sociologia compreensiva” que estava prestes a aparecer na revista *Logos*, enquanto o texto de 1917 acaba com observações sobre a disputa metodológica na economia política e sobre as experiências da guerra e suas consequências para o estado). Evidentemente aqui nos limitaremos a apontar as diferenças entre os dois textos quando seja útil para nossos propósitos. Um levantamento

ocupar sua cátedra em Freiburg tem o mesmo propósito, ela analisa a questão agrária no leste do Império Alemão a partir de um ponto de vista declaradamente político, a saber, dos interesses de poder da nação alemã. Weber esclarece no prefácio que não se trata exatamente de uma exposição científica<sup>87</sup>. “Uma palestra de posse fornece a oportunidade para a exposição e justificação aberta do ponto de vista pessoal e, nessa medida, ‘subjetivo’, no *juízo* de fenômenos econômicos” (MWG I/4, p. 544). A apreciação de Wolfgang Mommsen dessa palestra é esclarecedora, ele afirma:

“Parece paradoxal, mas é muito característico de Max Weber, que especialmente nesta palestra de posse, que está completamente permeada de política e cheia de juízos de valor, foram colocados os fundamentos de sua teoria da neutralidade valorativa da ciência pura, posteriormente tão calorosa e apaixonadamente defendida. Weber mostrou aqui, que *a ciência não pode desenvolver a partir de si mesma os parâmetros valorativos últimos para o julgamento de seus objetos*. Estes não podem ser adquiridos por via empírica, mas provêm de uma esfera de valor totalmente heterogênea.” (Mommsen 1974, p. 39, grifos meus).

Isso significa que a ciência econômica não pode obrigar ninguém a julgar os fenômenos econômicos em consonância com determinados interesses, tais como, p. ex., o interesse de rentabilidade do empreendedor<sup>88</sup>.

Importante lembrar que a Associação de Política Social nasceu com esse intuito específico, analisar fenômenos econômicos para formular diretrizes para uma reforma social que equilibrasse as reivindicações dos trabalhadores (rurais e industriais) e do empresariado. Seu inimigo ideológico era outra associação de economistas, o *Congresso de Economia Política*, também chamado de *Congresso dos Economistas Alemães*, criado em 1858, portanto, 14 anos antes da associação de Schmoller. O congresso defendia abertamente uma economia política nos moldes da escola de

---

exaustivo das diferenças provavelmente será fornecido pela edição dos textos no volume I/12 da edição completa das obras de Weber (MWG I/12).

<sup>87</sup> Podemos entender essa declaração assim como o livro sobre a *Revolução Burguesa no Brasil* de Florestan Fernandes. O sociólogo brasileiro afirma tratar-se de um ensaio de interpretação sociológica, “um ensaio livre, que não poderia escrever se não fosse sociólogo” (Fernandes, p. 26). Ou seja, Florestan Fernandes, assim como Weber no discurso de posse, mobiliza seu conhecimento científico para interpretar determinados eventos de uma determinada maneira e, no caso de Weber, ainda sugerir pretensões normativas.

<sup>88</sup> Sobre isso, ver o primeiro parágrafo da fala de Weber na reunião de 1909 (no anexo).

Manchester, um *manchesterianismo*, precursor do atual *neoliberalismo* (ver Schmoller 1998, ps. 67 e segs). A Associação de Política Social, ao contrário, dava importância à questão social, isto é, às condições de vida da classe trabalhadora. Por esse motivo, os membros da associação eram chamados de *socialistas de cátedra*<sup>89</sup>.

(2) A segunda questão que Weber não queria discutir na sessão de 5 de janeiro de 1914 é, “se no *ensino acadêmico* se *deve* ou não ‘confessar’ suas valorações éticas, estéticas, de concepção de mundo ou outras valorações práticas” (Nau, p. 148 ou Baumgarten, p. 103)<sup>90</sup>. Essa questão é considerada “não discutível cientificamente”, uma vez que se trata de uma “questão inteiramente dependente de valorações e que por isso é inconciliável (*unaustragbar*)” (Nau, p. 147 ou Baumgarten, p. 102, G. A. z. W. p. 489). Nas elaborações acerca dessa questão, Weber afirma que a posição de Schmoller, favorável a essa confissão de valorações, é compreensível em vista da situação 40 anos antes, não sendo mais defensável no começo do século 20. Isto indica que o posicionamento perante essa questão é contingente, podendo mudar quando mudam as condições. Apesar de Weber não esclarecer a situação 40 anos antes, podemos supor que ele se refira à influência acadêmica das concepções do Congresso de Economia Política, num período anterior à criação da Associação de Política Social. Assim sendo, a confissão de valorações (divergentes) no ensino acadêmico serve para combater a suposição equivocada, de que um economista político precise estar necessariamente comprometido com determinados valores, p. ex., com a rentabilidade de um empreendimento. Isso fica claro pela fala de Weber na reunião de 1909 em Viena, quando se recorda da situação encontrada pela associação no período de sua criação:

---

<sup>89</sup> Como menciona Schmoller na palestra de inauguração da Associação, os socialistas de cátedra “pertencem quase todos aos partidos, próximos entre si, do centro político” (Schmoller 1998, p. 69).

<sup>90</sup> No texto de 1917, a frase está alterada: “se no *ensino acadêmico* se *deve* ou não ‘confessar’ suas valorações éticas ou práticas fundamentadas por ideais culturais ou outros de concepção de mundo” (G. A. z. W., pág. 489).

“ela se deparou com o preconceito de círculos *científicos*: que uma ciência que se ocupa com o empenho por rendimento monetário como causa movens da vida social, *por isso* tenha que considerar aquele empenho como o único padrão de medida para a avaliação de pessoas ou coisas ou processos.” (anexo 3)

Esses primeiros dois pontos apresentados por Weber também aparecem em suas intervenções públicas sobre a liberdade acadêmica, principalmente em seu texto de 1909, *A liberdade acadêmica das universidades* (Weber 1989, ps. 64 e segs.), e são fruto de seu empenho nessas questões pedagógicas de sua época<sup>91</sup>.

(3) Em terceiro lugar, Weber não pretende discutir se a separação entre trabalho empírico e valoração prática é difícil, já que ele mesmo reconhece a dificuldade e afirma também infringir as vezes esse “postulado” (Nau, p. 156 ou Baumgarten, p. 111)<sup>92</sup>. No entanto, acrescenta, isso não o invalida, já que “também a ‘lei moral’ é irrealizável, e ainda assim vale como ‘incumbência’” (Nau, p. 156 ou Baumgarten, p. 111, G. A. z. W., p. 497). No primeiro congresso da Sociedade Alemã de Sociologia ocorreu uma situação engraçada. Na discussão que se seguiu à palestra de Sombart sobre técnica e cultura, Weber coloca a seguinte questão:

“O que significa, para o desenvolvimento artístico, p. ex. a evolução de classe do proletariado moderno, sua tentativa de colocar-se como uma comunidade cultural em si – pois isso foi o grandioso desse movimento?” (o presidente quer interromper o orador) “O ‘grandioso’ de agora mesmo foi um juízo de valor, como reconheço abertamente, e o retiro.” (grande jucundidade “Isso foi, quero dizer, aquilo que para nós é *interessante* nesse movimento, que ele nutriu a esperança fantasiosa de contrapor ao mundo burguês, em *todas* as áreas, valores completamente novos a partir de si mesmo.” (G.A.S.S., p. 542)

A passagem é interessante por dois motivos. Em primeiro lugar, pela substituição do predicado de valor “grandioso” pela expressão “interessante para nós”. Isso está em conformidade com a noção da “referência a valor” defendida no fragmento de Nervi (ver anexo, especialmente o 3º parágrafo) e com a definição dada no próprio parecer: “Por isso apenas deve ser lembrado que a expressão ‘referência a valor’

---

<sup>91</sup> A carta a Tönnies (anexo 2) também foi ensejada por um artigo desses.

<sup>92</sup> Na versão de 1917, Weber usa o termo mais fraco “exigência” (G. A. z. W., pág. 497) ao invés de “postulado”.

significa simplesmente a interpretação filosófica daquele ‘*interesse*’ especificamente científico, o qual domina a seleção e formação do objeto de uma investigação empírica.” (G.A.z.W., p. 510). Em segundo lugar, o ocorrido nos mostra que uma das dificuldades da neutralidade valorativa está relacionada com o problema do conteúdo descritivo e valorativo das palavras. “Grandioso” certamente tem uma carga semântica descritiva também. Esse problema reaparecerá mais adiante no texto sobre a neutralidade valorativa, quando Weber se debruça sobre o conceito de “progresso” e procura apresentar possíveis significados descritivos para esse termo.

(4) O quarto argumento que Weber não pretendia discutir na sessão da Associação de Política Social, trata da sugestão de valorações. Weber admite que, mesmo omitindo aparentemente as valorações práticas, seja possível sugeri-las, ou seja, que é possível iludir seus interlocutores (e por vezes a si mesmo) apresentando valorações como se fossem fatos, de “deixar os fatos falarem” (Nau, p. 157 ou Baumgarten, p. 112, G.A.z.W, p. 498). Esse meio, diz Weber, é inteiramente legítimo na esfera política, no parlamento e nos discursos eleitorais<sup>93</sup>, mas não na cátedra. Na palestra sobre a *Ciência como Vocação*, Weber considera essa sugestão de valorações, a postura mais desleal por parte do professor (MWG I/17, p. 97). Essa sugestão ocorre por meio de omissões, isto é, seleciona-se determinados fatos e esconde-se outros, e também através do uso pretensamente descritivo de termos com clara carga valorativa.

(5) Em quinto lugar, Weber apresenta um argumento que não estará presente na versão retrabalhada de 1917. Apesar da primeira nota de rodapé do “*sentido da neutralidade valorativa*” dizer que apenas foi omitido aquilo que só dizia respeito à associação, creio que o motivo da omissão desse quinto argumento seja o fato dele reaparecer no início das questões que Weber pretendia discutir na associação (ver

---

<sup>93</sup> Também poderíamos acrescentar os meios de comunicação, que ao informar fatos, transmitem valorações. No entanto, a legitimidade desse procedimento nos meios de comunicação é fruto de constante questionamento.

número I mais abaixo). Trata-se do problema da relação da ciência com a ética normativa (leia-se: kantiana) propriamente dita. Weber reconhece que “aquilo que na esfera *empírica* deve ser tratado como ‘subjeto’, talvez possa ser fundamentado normativamente noutra esfera heterogênea.” (Nau, p. 157 ou Baumgarten, p. 112). O termo “subjeto” aqui faz referência clara à acusação de Schmoller (ver p. 47 acima). A sentença seguinte é interessante para compreender a relação entre proposições valorativas e proposições normativas no pensamento de Weber. Ele continua: “Mas está certo de que hoje, na esfera das valorações, pelo menos *também* tratamos com valorações tais, as quais não se pretendem, para si mesmas, ‘normativamente’ fundamentáveis” (Nau, p. 157 ou Baumgarten, p. 112). Isso parece indicar que, para Weber, as sentenças normativas são fundamentadas por sentenças valorativas, e não o contrário (como resulta das posições de Hare ou Kraft, por exemplo). Além disso, sugere que nem todas as sentenças valorativas acarretam normativas. Ou seja, nota-se certa proximidade com a posição de Scheler. No entanto, quanto a essas diferenças entre esses tipos de valorações, Weber conclui, “a delimitação de ambas seria um assunto que, em todo caso, nossa disciplina não poderia resolver secundariamente” (Nau, p. 157 ou Baumgarten, p. 112). Essa importante relação entre normas, valores e a esfera empírica é explicitada numa carta de Weber endereçada ao sociólogo Tönnies (ver anexo 2), como será mostrado a seguir, quando o argumento é retomado por Weber na segunda parte do parecer.

(6) Por último, Weber afirma que a “objetividade” científica não é alcançada através de um compromisso entre diferentes valorações ou através da opção pelo “caminho do meio” (Nau, p. 158 ou Baumgarten, p. 112, G. A. z. W., pág. 499). Esse argumento já está presente no *ensaio sobre a objetividade*, em que Weber escreve: “O ‘caminho do meio’ não é nem um fio de cabelo mais verdade científica do que os ideais

partidários mais extremos da direita ou da esquerda.” (G.A.z.W., p. 154). Nota-se, nessa citação, a proximidade desse ponto com o primeiro discutido. Também nas discussões acerca do ensino acadêmico, Weber sempre frisara que pessoas com posições políticas extremas podem ser excelentes cientistas. A declaração contra o “caminho do meio” é aparentemente trivial, mas reflete um pressuposto importantíssimo para o pensamento weberiano, a centralidade do conceito de “luta”<sup>94</sup>. Esse pressuposto distingue o pensamento weberiano das mais variadas correntes de pensamento do século XX, como o racionalismo crítico de Popper e, no ramo das ciências sociais, Hans Albert, e também da teoria comunicativa de Apel e Habermas. Todas essas correntes estão preocupadas com o consenso. Para Weber, o consenso é possível no âmbito da ciência, mas não necessariamente em todas as demais dimensões da vida. A importância da discussão sobre valores, não está na obtenção de um consenso, senão, ao contrário, de determinar claramente as diferentes posições e destarte possibilitar abertamente a luta entre elas.

Essas primeiras seis questões, para as quais Weber expõe claramente suas opiniões, não deveriam ser discutidas na reunião da Associação para Política Social. Para as questões relevantes que Weber pretende discutir com seus colegas, ele remete a três de seus artigos publicados no *Arquivo para Ciência Social*. Trata-se do texto sobre a “objetividade”, dos “Estudos críticos no âmbito da lógica das ciências da cultura” e do debate com *Rudolf Stammler*<sup>95</sup>.

(I)<sup>96</sup> O primeiro ponto abordado por Weber, e que segundo ele não está em discussão (G.A.z.W., p. 501), é o falso equívoco de que a defesa da neutralidade

---

<sup>94</sup> Ver, p. ex. o parágrafo 8 em *Economia e Sociedade*.

<sup>95</sup> Os três textos integram o volume G. A. z. W. (ps 146-359) e - segundo me consta - ainda não foram lançados na edição das obras completas (MWG).

<sup>96</sup> Essa enumeração em algarismos romanos, não aparece na segunda parte do parecer, e não está em conformidade com os seis pontos que Weber destaca ali, pois a numeração de Weber está baseada em outro critério.

valorativa estaria comprometida com um subjetivismo ético<sup>97</sup>. Aqui, fazendo uma referência à intervenção de Sombart em 1909, Weber afirma não pretender discutir as diferenças entre juízos subjetivos de valor, como a preferência por loiras ou morenas, e valorações éticas com pretensão normativa. Weber critica a ideia de Schmoller da economia política ética e, em geral, todas as tentativas de criar uma ética voltada ao dever, com base em análises empíricas, afirmando estarem em níveis heterogêneos de análise. Assim, Weber discorda da identificação schmolleriana entre valores culturais e imperativos éticos<sup>98</sup>, pois nada impede a existência de valores culturais, percebidos como imperativos pelos indivíduos em questão, que estejam em conflito com imperativos éticos. Ao mesmo tempo em que empreende uma defesa da ética kantiana, Weber pretende demonstrar seus limites<sup>99</sup>. Weber rechaça a crítica à Kant, de que o formalismo de sua ética não permitiria deduzir instruções claras para a ação do indivíduo. Ele afirma:

“A possibilidade de uma ética normativa, em todo caso, não é questionada pelo fato de existirem problemas de tipo *prático*, para os quais ela, a partir de si mesma, não pode dar instruções claras (...) e que, além disso, a ética não é a única coisa no mundo a ser ‘válida’, senão que ao lado dela existem outras esferas de valor, cujos valores somente são realizados, em determinadas circunstâncias, por aquele que aceita ‘culpa’ ética.” (G.A.z.W., p. 504, Nau, p. 163, Baumgarten, p. 118).

Além disso, no interior da própria ética existe o conflito entre a ética da convicção e a da responsabilidade. Conhecendo determinadas consequências previsíveis da minha ação, posso configurar minha ação de tal modo que, utilizando meios não-éticos, o resultado seja o mais ético possível. Weber cita o caso específico da política e afirma que esse conflito não pode ser resolvido nem mesmo no próprio âmbito da ética, “problemas fundamentais específicos da ética, os quais a ética não pode conciliar a

---

<sup>97</sup> Sobre a diferença entre o subjetivismo ético e o não-cognitivismo, ver o artigo de von Kutschera em Zecha 2004, e o acalorado debate entre o autor e Hans Albert.

<sup>98</sup> Ver acima, a posição schmolleriana e seu evolucionismo, que via no desenvolvimento das civilizações um crescente aperfeiçoamento ético.

<sup>99</sup> Ver o parágrafo 2 da carta para Tönnies (anexo 2).

partir dos próprios pressupostos” (G.A.z.W., p. 505)<sup>100</sup>. Nesse ponto, Weber expõe rapidamente a “sua” filosofia dos valores, isto é, sua tipologia das diferentes esferas de valor, que analisaremos mais adiante. O que importa assinalar aqui, é que, de acordo com Weber, essas “elaborações de teoria dos valores são completamente independentes” (G.A.z.W, p. 508-509)<sup>101</sup> do reconhecimento do argumento seguinte, sobre a diferença lógica entre o que é e o que deve ser<sup>102</sup>.

(II) A seguir, Weber trata da distinção *lógica* entre o que é e o que deve ser. Para Weber, a ciência empírica é fundamentalmente causal<sup>103</sup>, sua tarefa consiste em constatar fatos e relações causais entre fatos. Assim, a *ciência empírica* apenas pode instruir a ação em três pontos, 1) sobre os meios inevitáveis, 2) sobre os efeitos colaterais inevitáveis e 3) a concorrência condicionada por isso de várias valorações possíveis (G.A.z.W., p. 508, Nau p. 164, Baumgarten, ps. 119-120). No texto de 1917, Weber ainda acrescenta que, além disso, as *disciplinas filosóficas* ainda podem tratar do “sentido” das valorações, “portanto sua estrutura de sentido última e suas consequências *de sentido*” (G.A.z.W., p. 508).

(III) Não obstante, discussões acerca de valores possuem utilidade científica. Weber afirma que o sentido de tais discussões pode ser: (a) descobrir os axiomas valorativos últimos e internamente consequentes, (b) a dedução das “consequências” de cada valoração, ou seja, como determinado estado de coisa deve ser valorado, caso o sujeito esteja vinculado a determinados valores, (c) a constatação das consequências fatuais de um posicionamento valorativo frente a um problema; isso é feito através da vinculação a meios inevitáveis (determinada pelo posicionamento valorativo) e da inevitabilidade de determinados efeitos colaterais não diretamente desejados, e (d) a

---

<sup>100</sup> Essa observação não está presente no parecer de 1913).

<sup>101</sup> Também essa passagem é um acréscimo de 1917.

<sup>102</sup> Sobre isso, ver Schelting 1934, p. 34.

<sup>103</sup> Como mostra a primeira sentença de *Economia e Sociedade*, Weber, ao contrário dos historicistas, não concebe a causalidade e a compreensão como excludentes. Na análise da ação humana elas andam juntas.

defesa de novos axiomas de valor, que pode resultar da análise de sentido dos axiomas últimos (caso a) ou da análise das consequência práticas (caso c) (G.A.z.W., ps. 510-511, Nau, ps. 165-167, Baumgarten, ps. 120-121). A utilidade desse tipo de discussão, porém, não se restringe a esses “‘resultados’ diretos” (G.A.z.W., p. 511, Nau, p. 167, Baumgarten, p. 121), senão que fornece, à pesquisa científica, os questionamentos. Ela mostra que a partir de determinados pontos de vista, determinados fenômenos se tornam interessantes, isto é, trata-se da referência a valor.

(IV) Logo em seguida, Weber discute alguns conceitos concretos, a saber, “tendências de desenvolvimento”<sup>104</sup>, “adaptação” e “progresso”. Com relação às tendências de desenvolvimento, um imperativo de ação só pode referir-se à questão dos “meios” mais apropriados para alcançar fins dados. Weber menciona o problema do fim da política e parece referir-se a si mesmo quando coloca:

“Quem considerasse os interesses de poder do estado como um fim último, dependendo da situação dada, teria que considerar tanto uma constituição absolutista, quanto uma radicalmente democrática como o meio (relativamente) mais apropriado, e seria altamente ridículo considerar uma mudança na valoração desses aparatos estaduais de fins enquanto meios, como uma mudança no posicionamento ‘último’” (G.A.z.W., p. 512, Nau, p. 169, Baumgarten, ps. 122-123).

Ao comentar os conceitos de “adaptação” e de “progresso”, Weber tenta definir os conceitos de tal modo, a eliminar seu conteúdo valorativo. No que tange o primeiro desses dois conceitos, Weber chega à conclusão de que, ao contrário do que ocorre na biologia, não é muito útil nas ciências da cultura. Pois, “no âmbito da ‘cultura’, ‘adaptado’ é ou tudo ou nada, dependendo como se toma o conceito” (G.A.z.W., p. 517, Nau, p. 173, Baumgarten, p. 127). No que concerne o “progresso”, Weber aceita a ideia de um progresso técnico, progresso dos meios em direção a um determinado fim. Após uma detalhada exposição sobre o progresso e a noção de racionalidade referente ao que

---

<sup>104</sup> Como pedia o item 2 do boletim enviado aos associados.

é correto na economia política, uma exposição que na versão de 1917 inclui uma discussão do progresso técnico na arte, Weber afirma:

“Considero, após tudo o que foi dito, a utilização da expressão ‘progresso’, mesmo no âmbito limitado de sua aplicabilidade empírica sem receios como muito *inoportuna*<sup>105</sup>. Porém, ninguém pode ser proibido de usar expressões, e enfim, é possível evitar os possíveis equívocos.” (G.A.z.W, p. 530, Nau, p. 180, Baumgarten, ps. 133-134).

(V) Por fim, Weber ainda discute a existência de proposições normativas enquanto hipóteses heurísticas nas ciências empíricas. Trata-se da construção de um tipo ideal especial, o tipo correto. No fim de sua vida, nos *conceitos sociológicos fundamentais*, Weber substituirá esse conceito *do que é correto* pelo conceito de *adequação de sentido*, o qual é contraposto à adequação casual e provém do conceito de *causação adequada* de von Kries.

Contrariamente aos primeiros seis argumentos, nos argumentos aqui enumerados por I a V, Weber já não está preocupado com a ação do cientista, senão em definir os limites da ciência, quais proposições podem pretender validade científica e quais não. De modo semelhante ao empirismo lógico do círculo de Viena, para Weber, a ciência se limita a tratar de fatos e de relações lógicas<sup>106</sup>. Resumindo, Weber começa combatendo o equívoco, de que a tese da neutralidade esteja ancorada em determinada posição ética, a saber, o subjetivismo (I). A seguir, traça os limites da ciência ao determinar os tipos de proposições que podem pretender validade científica (II). Depois ele demonstra a utilidade da discussão acerca dos valores (III). E por fim, ele discute como é possível utilizar conceitos valorativos para a explicação científica, isto é, como usar conceitos

---

<sup>105</sup> No parecer de 1913, essa sentença é um pouco mais extensa. “Eu considero a utilização da expressão ‘progresso’, também no âmbito limitado de sua valorização empiricamente sem receios: diferenciação progressiva na esfera irracional e racionalização progressiva na esfera técnico-racional, por causa dos equívocos muito próximos, como muito *inoportuna*” (Nau, p. 180, Baumgarten, ps. 133-134)

<sup>106</sup> Evidentemente, sua compreensão do que vale como fato é um pouco menos rígida do que a definição do empirismo lógico, assim como também não desqualifica como sem sentido, tudo que estiver além da ciência. Na carta a Tönnies de 1909, Weber é claro neste ponto: “O pensamento não está atado aos limites da ciência” (ver anexo 2).

valorativos de modo descritivo para torná-los causalmente férteis (IV), e como proposições normativas podem ter aplicação em ciências empíricas (V).

## Capítulo 4

### As duas dimensões da neutralidade valorativa

#### Os “dois princípios”

Com base na precedente análise dos argumentos elencados no texto sobre o sentido da “neutralidade valorativa”, podemos ver que a tese da neutralidade valorativa é composta por duas partes. O economista Franz Eulenburg definira em sua contribuição: “os juízos de valor moral não *são* fundamentáveis cientificamente e o pesquisador *deve*, na medida do possível, tomar distância deles.” (Nau, p. 71, grifos meus). Essa definição é interessante, porque ilumina os dois aspectos da tese. Portanto, há dois princípios da ciência livre de valor, os quais se convencionou denominar de princípio forte e princípio fraco. Gerhard Zecha os define do seguinte modo: “A ciência, entendida como sistema de sentenças, não deve conter proposições valorativas e normas como explananda (i. e., sentenças a serem explicadas ou fundamentadas).” (princípio forte) e “Cada cientista deve esforçar-se para distinguir claramente entre proposições puramente descritivas, proposições valorativas, normas, normas de valor e sentenças mistas.” (princípio fraco) (ver ZECHA (ed)., 2006, p. 112).

É importante notar que se trata de duas proposições de natureza distinta, conseqüentemente a denominação de forte e fraco talvez não seja a mais adequada. O primeiro princípio, pode ser exemplificado por uma passagem do ensaio sobre *Roscher e Knies*, em que Weber discute Wundt: “Infelizmente não há ponte que, com os meios da explicação causal, leve da análise realmente *apenas* “empírica” da realidade dada para a comprovação ou contestação da “validade” de *qualquer* juízo de valor ...” (G. A. z. W., p. 61). Esse princípio, no entanto, não se restringe às proposições valorativas,

senão também inclui as normas, como mostra a definição de Zecha. É o que mostra uma intervenção de Weber na reunião da Associação de Política Social de 1905, em Mannheim. Na ocasião, discutindo sobre a ciência jurídica, Weber afirma que “*não existe ciência*, e muito menos a jurisprudência seria uma dessas, que possa demonstrar a validade de qualquer *juízo de valor* e o *dever-ser* de qualquer sentença jurídica.” (GSS, p. 401, grifos meus).

Já o segundo princípio afirma que o cientista deve “deixar claro, *que e quando* o pesquisador pensante termina e o ser humano que quer começa a falar...” (G.A.z.W., p. 157). A primeira sentença é descritiva<sup>107</sup>, ela descreve os limites da ciência (empírica), já a segunda é prescritiva, pois enuncia um determinado dever para o cientista.

Por conseguinte, se acreditarmos que o primeiro princípio (o forte) implica de alguma maneira o segundo, estaríamos cometendo a *falácia naturalista*, visto que uma sentença sobre o que é não pode acarretar uma sentença sobre o que deve ser (normativa). Há uma passagem no texto sobre a *neutralidade valorativa*, e que não integrava o parecer de 1913, em que Weber mostra ter clara consciência do problema.

Diz ele:

“a metodologia não tem nem o poder, nem a intenção, de prescrever a alguém o que pretende oferecer em sua obra literária. Ela somente se toma o direito de constatar: que certos problemas, entre si, tem um sentido heterogêneo, que sua *confusão* entre si tem a consequência de levar uma discussão a falas desencontradas, e que com relação a uns, uma discussão com os meios, seja da ciência empírica, seja da lógica, é dotada de sentido, enquanto sobre a outra é impossível.” (G.A.z.W., ps. 523-524).

---

<sup>107</sup> Nota-se que Zecha também formula o princípio forte como sentença prescritiva (“a ciência não *deve*), mas é importante notar que se trata de coisas distintas. No princípio fraco, a tentativa é de prescrever ações a indivíduos. Já no princípio forte de Zecha, formulado como prescrição negativa, não se influencia diretamente a ação dos cientistas, senão procura-se definir um conceito (no caso: “ciência”). Se resolvermos não seguir o princípio fraco, sofreremos alguma sanção, provavelmente seremos considerados cientistas ruins. Se não seguirmos o princípio forte, estaremos operando com outro conceito de ciência. Esse novo conceito (provavelmente mais amplo) poderá ter vantagens e desvantagens, o que teria que ser analisado caso a caso. Do ponto de vista de Weber, está claro que uma definição mais ampla de ciência (que incluiria juízos de valor) acarretaria uma perda em universalidade, pois haveria proposições em que os cientistas não conseguiriam chegar a um entendimento sobre sua veracidade ou falsidade. Haveria discussões “inconciliáveis” entre os cientistas. Sobre isso, mais adiante. Quanto à opção de vestir o princípio forte numa sentença prescritiva, vale lembrar que Weber também utiliza essa forma em suas conhecidas definições de *Economia e Sociedade*.

Talvez por isso, na revisão do relatório para publicação em 1917, Weber prefere o termo “exigência” ao invés de “postulado”, que parece ser mais forte no sentido de exigir uma vinculação.

Em suma, o problema dos valores possui, para Weber, duas dimensões, uma metodológica (ou lógica, como ele costuma denominá-la), e outra ética. No debate na Associação para Política Social, Weber queria discutir somente questões relacionadas com a dimensão metodológica. As questões apresentadas na parte inicial do texto referem-se à dimensão ética. Por essa peculiaridade bidimensional, o problema dos valores pode constituir uma ponte entre os escritos metodológicos e o pensamento político de Weber<sup>108</sup>.

#### O problema metodológico. *Referência a valor*

O conceito central para o argumento metodológico é a *referência a valor* que Weber empresta de Rickert<sup>109</sup>. De acordo com Rickert, a referência teórica a valores separa o material levado em consideração pelo historiador do restante que permanece indiferente, ela separa o essencial do não essencial (Rickert 1929, p. 330, 331).

Em março de 1906, Weber escreve para Friedrich Gottl, “o senhor tem *toda a razão* com a observação de que Rickert *não* formulou suficientemente a natureza *lógica* do “referir a valor” (apesar *de ele ter descoberto* esse conceito)” (MWG II/5, p. 59, grifos no original). Essa carta demonstra aquilo que Weber repete à exaustão em seus textos metodológicos, mas também reflete certa desavença com o conceito em Rickert. Isso já está presente na famosa carta para Marianne Weber, escrita por Weber após a

---

<sup>108</sup> O último capítulo do livro de H. H. Bruun procura insistir nessa relação.

<sup>109</sup> Por isso, Weber tentou convencer, sem sucesso, Rickert a participar da sessão da Associação de Política Social que discutiu a neutralidade valorativa. Ver as cartas dos dias 7 de fevereiro e de 23 de março de 1913 (MWG II/8, ps. 84-85 e 140).

leitura da segunda parte de *Os Limites da Formação Conceitual Científico-Natural*. Na ocasião escrevera Weber: “Terminei Rickert. Ele é  *muito* bom, lá encontro em grande parte aquilo que eu próprio pensei, mesmo que de forma não elaborada logicamente. Quanto à terminologia, tenho receios.” (Weber 1984, p. 273). Um fragmento de texto publicado pela primeira vez, segundo me consta, em 2001 (ver Bruun 2001), pode nos ajudar a descobrir quais eram os receios de Weber com relação à terminologia ou o motivo pelo qual acreditava que Rickert não formulara suficientemente a natureza lógica da referência a valor.

Para Weber e Rickert, os valores, através da referência a valor, têm um papel constitutivo na construção do objeto das ciências sociais. O pesquisador forma seu objeto de estudo pela referência a valor, é através dela que isolamos um “indivíduo histórico” da multiplicidade intensiva e extensiva da realidade<sup>110</sup>. Quando um historiador resolve estudar o suicídio de Getúlio Vargas para revelar possíveis causas ou efeitos do evento, então ele isola esse evento do fluxo histórico, isola-o de outros suicídios e também de outras ações de Getúlio Vargas. Esse ato de isolamento ocorre por meio da referência a valor. O historiador considera o “indivíduo histórico”, neste caso, o suicídio de Getúlio, importante e merecedor de uma análise histórica, ou, como diria Weber, é interessante para nós e vale ser conhecido. A referência a valor só é possível, porque o historiador defende determinados pontos de vista valorativos. No entanto, a escolha do indivíduo histórico não pretende impor esses mesmos valores do historiador. O pesquisador analisando o suicídio de Vargas pode ser getulista ou anti-getulista, o próprio evento não é objeto direto de um juízo de valor<sup>111</sup>. Tanto Rickert,

---

<sup>110</sup> Também os conceitos de “indivíduo histórico” e “multiplicidade intensiva e extensiva” são de proveniência rickertiana.

<sup>111</sup> Rickert usa um exemplo parecido, contrapondo um democrata e liberal radical e um aristocrata e defensor radical de barreiras alfandegárias (Rickert 1929, p. 329). O exemplo é interessante, já que, como foi afirmado acima, a discussão acerca dos valores foi travada, na segunda metade do século XX, através do conceito de “ideologia”.

quanto Weber, não mediram esforços para mostrar a diferença entre a referência a valor, que fornece significado a determinado fenômeno, e a valoração, isto é, o juízo de valor que considera um fenômeno positivo ou negativo. No encontro da Sociedade Alemã de Sociologia, ocorrido em Berlim em 1912, Weber discorre sobre a “benevolência das mulheres”, afirmando que o Professor Michels a estima menos do que ele “enquanto momento causal de fenômenos sociológicos (...). Mas com isso, de modo algum é dito que ele [Michels] estima a benevolência das mulheres menos do que eu [Weber] em seu *valor*” (GASS, p. 488). No âmbito da discussão científica, somente o primeiro problema pode ser discutido, mas não o segundo.

A referência a valor recebeu diferentes tipos de críticas. Guy Oakes, por exemplo, sustenta que a referência a valor está assentada sobre uma valoração, pois em caso de referências a valor mutuamente excludentes não há princípio neutro para escolher entre as alternativas (Oakes 1988, Oakes 1990, assim como em seu artigo publicado em Wagner e Zipprian 1994, ps. 146–166). O argumento de Oakes parece equivocado, pois a referência a valor somente participa da formação conceitual, da construção do objeto, ou seja, ela indica que porção da realidade (do empiricamente dado) será investigada. A explicação propriamente dita consiste em mostrar as relações causais entre os fenômenos selecionados. Assim, não há referências a valor mutuamente excludentes, uma determinada formação conceitual não invalida outras possíveis.

Uma tentativa de refutar o argumento de Oakes foi empreendida por Drysdale; segundo esse autor, a validade não se refere a conceitos (formados através de referência a valores), mas somente a juízos. “Um conceito pode ser julgado mais ou menos útil, apto, ou apropriado para apreender o significado relevante do fenômeno estudado. Apenas um juízo, por outro lado, pode ser avaliado em termos da exatidão de sua pretensão de verdade” (Drysdale 1996, p. 80). Drysdale tem razão, pois apenas

proposições possuem valor de verdade, isto é, podem ser verdadeiras ou falsas. Porém a questão complica-se um pouco se levarmos em conta como Weber define “conceito” e que ele distingue “conceitos de coisa” e “conceitos de relação” ou “conceitos relacionais”. Parece que Weber utiliza um conceito mais amplo de “conceito” do que aquele apresentado por Drysdale em seu artigo. Ao caracterizar as ciências nomológicas, por exemplo, Weber afirma serem “ciências empenhadas em ordenar a infinita multiplicidade extensiva e intensiva através de um sistema de conceitos e leis válidos - na medida do possível – incondicionalmente e universalmente” e que “o seu *produto* lógico específico são conceitos *relacionais* de *validade geral* (leis)” (G. A. z. W., pág. 5). Aqui se nota que para Weber há conceitos (ou sistemas de conceitos) que exigem validade e nos quais, portanto, proposições estão embutidas – visto que uma lei, por exemplo, é uma proposição<sup>112</sup>.

Uma segunda crítica à referência a valor partiu de Gerhard Wagner. Ele demonstra que a filosofia dos valores de Rickert está baseada num esquema metafísico – um platonismo – equivalente ao de Anselmo de Canterbury e acredita que esse fato acarreta consequências metodológicas nefastas para Weber (Wagner 1987). O argumento de Wagner nos faz perguntar se é possível utilizar o conceito rickertiano, sem aceitar as consequências metafísicas do filósofo neo-kantiano. O primeiro problema, ignorado por Wagner, é a confusão entre nome e conceito, um mesmo nome pode abrigar mais de um conceito. No que se refere à “valor”, já frisava Gabriel Cohn,

“sabemos, no entanto, que Rickert e Weber falavam de coisas diversas quando se referem a valores: no primeiro, um sistema atemporal de valores dos quais só interessa a *vigência* e a partir do qual o mundo empírico ganha sentido; o segundo, de valores historicamente concretos e particulares.” (Cohn, p. 98)

Para Gabriel Cohn, portanto, é importante ter em mente os limites da influência de Rickert sobre Weber, uma influência que seria mais terminológica do que

---

<sup>112</sup> Os tipos ideais utilizados nas teorias gerais das ciências da cultura não tocam esse problema da validade, já que não se trata de explicações causais nem de leis que precisam ser testadas.

substantiva. Gerhard Wagner, no entanto, sustenta a opinião contrária, para ele, todo o esquema metafísico que permeia a filosofia dos valores de Lotze e dos neokantianos<sup>113</sup> Windelband e Rickert, é importado para os textos metodológicos de Weber por sua utilização daquele conceito. “Como vimos, o instrumento da referência a valor pressupõe um sistema objetivamente válido de valores e todas as implicações metafísicas vinculadas a isso.” (Wagner 1987, p. 158).

Um fragmento descoberto no início deste século, apelidado de fragmento de Nervi (ver anexo 1), nos mostra que Weber estava consciente dos problemas da filosofia dos valores de Rickert e suas implicações metafísicas.

“A tentativa, porém, - de formular normas leva, em minha opinião, não somente à metafísica. (...) Porém, assim que se pretenda procurar, por trás dos limites *fatualmente* encontráveis do interesse histórico em sua gradação *fatualmente* encontrável, ainda alguma outra coisa, algo *objetivo*, adentra-se a área das *normas*, i. e. procura-se então por um princípio, a partir do qual pode ser deduzido não somente *pelo que* em geral nos deveríamos interessar uma vez por todas, senão também em que relação de *gradação* nosso interesse nas diversas partes da realidade deve-se graduar. Somente esse é o sentido, traduzido para o trivial, daquela ‘metafísica dos valores’, na qual R. deságua.” (ver anexo, ps.).

Ou seja, quando interpretamos a referência a valor de modo normativo, no sentido de que existam critérios (valorativos) que devem guiar o historiador na seleção de seu “indivíduo histórico”, então desaguamos na metafísica dos valores ao estilo de Rickert. Weber então pretende utilizar o conceito de referência a valor, rejeitando essas implicações metafísicas. Assim, Weber procura refutar a tese de Wagner e mostrar que a referência a valor *não* pressupõe um sistema objetivamente válido de valores. Para isso, Weber redefine o conceito de Rickert. No fragmento, ele escreve:

“Por mais que se chacoalhe o conceito de R. de ‘valor’ no significado dado na p., nada mais surge senão o significado ‘vale ser *conhecido*’ e, portanto, a ‘necessidade’ de referência a um valor não significa nada além da sentença bastante trivial: que a história deve expor da *realidade* empírica aquilo que *vale ser conhecido*. Já disso resulta que a linha de demarcação entre indivíduos ‘históricos’ (referidos a valor) e outros, a qual, pelo menos na *formulação* de R, é nítida, de fato *precisa* ser pensada de modo *fluido*, não só histórica e individualmente, senão que, sobre tudo a gradação infinita da

---

<sup>113</sup> Para o autor, a denominação “neokantiano” é equivocada, pois esses autores estariam mais próximos da filosofia escolástica do que do criticismo de Kant.

*medida* em que os diversos elementos da realidade valem ser conhecidos, não pode ser ignorada.” (ver anexo 1).

A tese de Wagner certamente está baseada na ideia de significado cultural (ver G.A.z.W. p. 170) dos fenômenos que são investigados. Também no primeiro congresso da Sociedade Alemã de Sociologia expressa isso de modo claro: “Pois a questão, se um determinado fato deve tornar-se objeto de nossas discussões, portanto, se tornou-se cientificamente ‘interessante’, é finalmente idêntica com a questão: se possui significado para *valores culturais*” (GSS, p. 482). A diferença, a meu ver, está no fato de que, para Weber, os valores culturais não são objetivamente válidos. No fragmento de Nervi, Weber afirma que há uma gradação fluída, “partindo do interesse do colecionador de selos ou de pantufas, até as coisas mais elevadas que movem nossos corações.” (ver anexo 1). Mesmo assim, para Weber não há valores absoluta ou objetivamente válidos<sup>114</sup>, para ele trata-se apenas de um conceito-limite (ver anexo 1).

Thomas Burger, adotando a posição contrária a Cohn, afirma haver uma convergência entre Rickert e Weber e que apenas os “tipos ideais” e alguns argumentos da neutralidade valorativa são criações metodológicas originais de Weber (Burger 1976, p. 9). Com relação ao problema dos valores absolutamente válidos de Rickert, Weber, de acordo com Burger, pode ter tomado qualquer posição que quisesse, mas que isso não deve ser considerado um desacordo substantivo com relação a Rickert. Burger cita uma nota de rodapé de *Roscher e Knies*, em que Weber afirma: “a teoria do conhecimento da história constata e analisa o significado da referência a valores para o conhecimento histórico, porém ela não *fundamenta* a validade dos valores.” (G.A.z.W., p. 46). A conclusão de Burger é “que Weber não *quis* tomar uma posição que, em todo caso, *não teria consequências significativas no que concerne os procedimentos metodológicos das ciências empíricas*” (Burger 1976, p. 91, grifos meus). Deixando de

---

<sup>114</sup> Como já afirmara Schopenhauer, trata-se de uma *contradictio in adjecto* (Schopenhauer 1977, p. 201)

lado a questão das intenções de Weber, é importante dar atenção à segunda parte da conclusão de Burger, a qual sugere – contrariamente à opinião de Wagner - que a aceitação de valores absolutamente válidos não é necessária para o instrumento da referência a valor e sua utilização em pesquisas empíricas.

Apesar das discussões geradas pelo conceito de referência a valor e sua diferença com relação às valorações, o problema é prévio à análise propriamente científica. Na já mencionada reunião da Sociedade Alemã de Sociologia, ao comentar a palestra de Kantorowicz sobre ciência jurídica e sociologia, Weber esclarece:

“Quando nós, homens da ciência empírica, nos ocupamos com um fato ‘interessante’, então a questão: *porque é interessante* já está atrás de nós, pois agora se trata simplesmente de constatar fatos e nada mais. (...) Isso são questões que podem ser decididas pelo esquema: a X segue Y. Todas as outras questões, que *não* podem ser decididas por esse esquema, não são da nossa área.” (GSS., p. 482)

Em suma, a referência a valor nos mostra que os valores participam da formação conceitual do objeto investigado pela ciência. Entretanto, uma vez escolhido o objeto, a investigação científica se propõe a revelar as relações causais entre o objeto e outros fenômenos. Conforme a discussão no capítulo 1, sabemos que os termos utilizados para a descrição de objetos podem ter uma carga valorativa. Weber estava ciente desse problema, como comprovam suas discussões acerca de conceitos como “progresso”, “adaptação”, “produtividade” etc. A importância em utilizar conceitos o mais descritíveis possível reside em sua capacidade de mostrar relações causais. Conceitos com muita carga valorativa não funcionam para a demonstração de relações causais. O conceito de “adaptação” é um exemplo, pois, como disse Weber: “‘adaptado’ é ou tudo ou nada, dependendo como se toma o conceito” (G.A.z.W., p. 517, Nau, p. 173, Baumgarten, p.). A ciência que se ocupa de questões pelo esquema a X segue Y, é neutra em face dos valores que determinada pessoa relaciona com X ou com Y.

## O problema ético. *Integridade intelectual*

O outro lado da moeda, a dimensão ética da neutralidade valorativa, tem como conceito central a “integridade intelectual”. O cientista deve evitar utilizar juízos de valor ou, quando os utiliza, mostrar claramente (para os outros e – como Weber sempre frisa – também para si mesmo) “*o que* de suas respectivas exposições é deduzido de modo puramente lógico ou uma constatação puramente empírica de fatos e *o que* é valoração prática. Fazer isso, em todo caso, me parece diretamente um mandamento da integridade intelectual...”<sup>115</sup> (Nau, p. 149 ou Baumgarten, p. 105, G. A. z. W., p. 491). O termo também está presente na argumentação da palestra *Ciência como Vocação*<sup>116</sup>, em que Weber caracteriza a integridade intelectual como a única virtude dentro da sala de aula (ver G. A. z. W., p. 613). Como já sugerem as palavras “integridade” e “virtude”, encontramos-nos no âmbito da ética propriamente dito, porém, não necessariamente no da moral em geral.

Sobre a distinção entre ética e moral, as *Lições sobre Ética* de Tugendhat nos informam sobre sua origem (Tugendhat 1996, p.35-36). A palavra “ética” provém de Aristóteles, que chamou seus escritos teórico-morais de “éticas”, investigações sobre o ethos, sobre as propriedades do caráter. No latim, o termo grego “éthicos” foi traduzido por “moralis”, “mores”, o que significa “usos e costumes”. Em verdade, diz Tugendhat, o erro de tradução ocorreu, porque em Aristóteles aparece tanto o “éthos” (com *e* longo), que significa “propriedade do caráter”, quanto o “ethos” (com *e* curto) que

---

<sup>115</sup> O verbo “fazer” na segunda frase foi acrescentado para a versão de 1917, no texto de 1913 lê-se: “Isso, em todo caso, me parece diretamente um mandamento da honestidade intelectual...”.

<sup>116</sup> A palestra sobre a *Ciência como Vocação* foi proferida em 1917, portanto no mesmo ano em que Weber retrabalhou seu parecer sobre a neutralidade valorativa.

significa “costume”<sup>117</sup>. Na filosofia latina, afirma Tugendhat, o termo “moralis” se tornará então um termo técnico, não mais no sentido de costume, mas no nosso sentido de moral. Mais tarde, Kant utilizará o estranho termo “Sitten” (costumes) como tradução para “mores”. A sua *Metafísica dos Costumes* é, na verdade, uma metafísica da moral. De acordo com Tugendhat, somente Hegel usa o termo “Sitten” de modo literal, para fundamentar uma moralidade (oposta à moral kantiana) nos usos e nas tradições. Apesar desses esclarecimentos, a distinção entre ética e moral não é importante no esquema de Tugendhat (Tugendhat 1996, p. 37).

Já Habermas, num dos escritos que fazem a ponte entre sua ética do discurso e sua teoria do direito, diferencia três usos da razão prática. O título do texto, *Sobre o uso pragmático, ético e moral da razão prática*, já revela quais são. Ele parte da clássica pergunta kantiana dos prolegomenas: “O que devo fazer?” e afirma que ela pode ter um significado pragmático, ético ou moral. Se faço a pergunta quando minha bicicleta está quebrada, a resposta será pragmática, trata-se de técnicas apropriadas para o conserto da bicicleta. Pressupõe-se que eu *quero* consertar minha bicicleta, que tenho um *fim* claramente determinado, e busco uma solução baseada em informações empíricas e sob o ponto de vista da eficiência - por exemplo na forma de uma escolha racional (Habermas, 1991, p. 102). Usando a terminologia de Weber, trata-se de casos claros de racionalidade referente a fins. Há outras situações em que alguém precisa decidir qual carreira deseja seguir. Quando a pessoa já sabe qual carreira *quer* abraçar, a questão pode tornar-se uma escolha técnica entre diferentes instituições (cursar uma universidade ou fazer um curso técnico). Porém, é comum que a pessoa não sabe exatamente qual carreira realmente *quer* seguir. “Quem, em decisões de importância vital, não sabe o que quer, no fim perguntará *quem ele é e quem ele quer ser*”

---

<sup>117</sup> Para Schopenhauer, os dois significados do termo “ethos” (e éthos) estão relacionados já entre os gregos. “Eles o escolheram para expressar a constância do caráter metaforicamente pela constância do costuma” (Schopenhauer 1996, vol 1, p. 404).

(Habermas 1991, p. 103). Agora já não se trata simplesmente de uma questão técnica, senão de uma questão que envolve a condução de vida<sup>118</sup>. São questões, segundo Habermas, que “desde Aristóteles são tratadas como questões clínicas da boa vida. (...) A razão prática que nesse sentido não visa apenas o possível ou o que é conforme aos fins, senão ao bom, se move, se seguirmos o uso clássico da linguagem, no âmbito da ética.” (Habermas 1991, p. 103). Enfim, a pergunta kantiana ainda pode ser colocada no âmbito moral quando “minhas ações tocam os interesses de outros e levam a conflitos que devem ser regulados de modo imparcial, portanto, sob pontos de vista morais” (Habermas 1991, p. 105). Ao contrário dos primeiros dois casos, agora o sujeito não pode permanecer numa perspectiva egocêntrica, mas precisa lançar mão da comunicação, do discurso. No terreno da moral, para Habermas, a perspectiva é necessariamente intersubjetiva. Habermas nos lembra que no conceito kantiano de máxima, a ética e a moral se cruzam, pois uma máxima pode ser julgada de modo moral (se pode resolver conflitos intersubjetivos) ou de modo ético (se contribuem para aquilo que eu quero ser, para minha personalidade). Habermas identifica os usos pragmático, ético e moral da razão prática com três tradições filosóficas: para o empirismo, a razão prática se reduz a seu uso pragmático; na tradição aristotélica, a razão prática está no âmbito da ética; já em Kant e na tradição kantiana, a razão prática está vinculada à moralidade<sup>119</sup> (ver Habermas 1991, p. 110). Também a ética do discurso defendida por Apel e por Habermas está inserida nessa tradição kantiana. Assim, a “ética do discurso”, na verdade é uma “moral do discurso”. Habermas reconhece isso no prefácio às

---

<sup>118</sup> Esse conceito importante no esquema weberiano é utilizado por Habermas nesse âmbito ético.

<sup>119</sup> Em sua ética dos valores, Max Scheler propõe uma distinção entre moral, moralidade, ética e ethos (ver Scheler 1921, ps. 309 e segs.). De acordo com Scheler, o “ethos” designa as variações do sentir dos valores, o que significa, para Scheler, do seu conhecimento. Já a “ética” são as variações que ocorrem na esfera do juízo dos valores. Por “moral”, Scheler entende as variações dos tipos de instituições, bens e ações, como, p. ex., “matrimônio”, “monogamia”, “assassinato”, “roubo”, “mentira” etc. Enfim a “moralidade” refere-se a variações tocantes ao valor do comportamento fatural dos homens com base em normas. Para nossa análise, a abordagem de Habermas parece mais fértil.

*Explicitações sobre a ética do discurso*, porém prefere manter o uso já popularizado (Habermas 1991, p.7).

Analisada a partir dessas distinções habermasianas, a integridade intelectual encontra-se claramente no âmbito da ética, como de resto praticamente todo o pensamento de Weber, incluindo seu interesse científico pela condução da vida. Isso não quer dizer que ele desprezava o plano propriamente moral, mas simplesmente não o considerava aprioristicamente superior a outras esferas da vida. “A ética não é a única coisa no mundo a ser ‘válida’, senão que ao lado dela existem outras esferas de valor.” (G.A.z.W., p. 504, Nau, p. 163, Baumgarten, p.)<sup>120</sup>.

Caso a integridade intelectual seja considerada um *dever* do cientista, como Weber pretende, então caberia questionar se essa separação entre constatações puramente empíricas e valorações práticas *pode* ser realizada pelo cientista, já que qualquer exigência normativa precisa (necessariamente) ser empiricamente possível; caso contrário, não se sustentaria enquanto *dever*<sup>121</sup>. Weber não considera essa exigência *impossível*, ainda que difícil de ser seguida (constantemente). Como vimos, ele mesmo admite não segui-la sempre. No entanto, isso não significa que não nos seja “incumbida”. Weber a compara com a exigência da “lei moral”, a qual é difícil de ser seguida, apesar de constituir uma incumbência para nós. Qualquer simples investigação sociológica ou antropológica demonstra que as pessoas não se comportam (pelo menos não constantemente) em conformidade com o imperativo categórico formulado por

---

<sup>120</sup> Nesta citação, o termo “ética” refere-se à moral. Utilizando a diferenciação de Habermas para reconstruir o argumento de Weber, não significa que Weber siga a terminologia proposta por Habermas. Porém, a predominância do termo “ética”, se comparado com “moral” (tanto “moralisch” quanto “sittlich”) nos textos de Weber, mostram que esses problemas sempre são abordados a partir da perspectiva individual ou – como diz Habermas – da filosofia da consciência e não da perspectiva comunicativa. A observação, na carta para Rickert, de que ética não é idêntica com a ética social, reflete essa postura weberiana.

<sup>121</sup> Sobre a proposição “dever implica poder”, ver p. ex. a página 115 do artigo de Eve-Marie Engels (“George Edward Moores Argument der ‘naturalistic fallacy’” in: Eckensberger e Gähde (eds.) 1993), que utiliza uma formulação desse princípio fornecida por Franz von Kutschera e aponta sua existência também em Kant.

Kant. E mesmo um indivíduo que decida segui-lo conscientemente, poderá defrontar-se com situações em que não o consiga. Isto, contudo, não tira a validade da lei enquanto incumbência, enquanto um ideal que orienta as ações (daquele que pretende agir moralmente).

Para compreender a diferença e a relação entre o argumento metodológico e o ético em Weber, entre questões conciliáveis e inconciliáveis, lembremos da importante distinção entre validação e vindicação proposta por Herbert Feigl. O filósofo escreve:

“Quando falamos de ‘justificação’ podemos, com isso, referir-nos à legitimação de uma pretensão cognitiva. Mas também podemos pensar com isso na justificação de uma ação. O primeiro caso deve ser chamado *‘justificatio cognitionis’* (validação), o segundo *‘justificatio actionis’* (vindicação). As regras da inferência dedutiva e indutiva servem como princípios justificadores na validação. Como fundamento da vindicação (justificação pragmática) servem fins em conjunto com conhecimento empírico (indutivamente confirmado ou pelo menos passível de confirmação) relacionado com a relação meio-fim ou, no caso extremo ‘degenerado’, com verdades puramente lógicas.” (Albert e Topitsch, p. 429).

Nota-se, então, uma semelhança entre a vindicação e a compreensão racional de uma ação. Em ambos os casos se trata de explicitar fins e relacioná-los com condições empíricas dadas. A diferença reside no sujeito que profere uma vindicação ou busca a compreensão: no primeiro caso, o sujeito é o agente, o qual justifica a sua ação (passada ou futura), no segundo caso, o observador procura compreender a ação do agente. A integridade intelectual weberiana não pode ser validada, mas pode ser vindicada por ele, e compreendida por nós.

Na discussão na Associação para Política Social, Weber não queria discutir os problemas relacionados à maneira como o cientista deve comportar-se (enquanto professor na sala de aula e enquanto pesquisador em seus textos), uma vez que contêm valorações subjetivas. “Entretanto, tudo isso são questões práticas de valorações e por isso inconciliáveis”<sup>122</sup> (Nau, pág. 154 ou Baumgarten, p. 109, G. A. z. W., p. 495). Sendo inconciliáveis, do ponto de vista de Weber seria fútil discutir esses problemas na

---

<sup>122</sup> No texto de 1913, “questões práticas de valorações” está entre aspas.

associação. Aqui se encontra a diferença entre Weber e os adeptos da ética do discurso. Para os últimos, a situação ideal do discurso livre de dominação pode adentrar todas as esferas da convivência humana. Apel chega a sugerir que “a forma democrática de estado pode, em minha opinião, ser considerada a tentativa de realizar, também no meio da política, as regras fundamentais do jogo da comunidade comunicativa crítica e ilimitada, que foi institucionalizada com algum sucesso no âmbito da ciência” (Apel 1976, p. 154). Nada mais anti-weberiano do que essa opinião. Para Weber, no âmbito da política, não há consenso possível, o discurso sempre está inserido num contexto de dominação ou disputa de poder, portanto, de luta. Não se trata de almejar um consenso em torno do melhor argumento, senão de imposição (por convencimento ou quaisquer outros meios) da própria vontade. Assim sendo, a política e a ciência pertencem a esferas distintas e exigem virtudes diferentes, como Weber expõe em suas duas palestras sobre a política e a ciência *como vocação*. Quando Weber exige a possibilidade de conciliação nos discursos científicos, ele pretende traçar um limite claro entre a ciência e as outras esferas (principalmente a política). Em suma, se Habermas e Apel desejam uma política mais parecida com o discurso da ciência, Weber deseja uma ciência mais diferenciada da política, mas, ao contrário do que possa parecer, não para preservar a ciência das influências não-científicas, senão para resguardar à política a qualidade de livre expressão da vontade e dos interesses.

### O problema dos valores últimos

Como vimos, para Weber, a discussão acerca dos valores é uma atividade cientificamente fértil, mas tem as limitações expostas no parecer para o debate na

Associação para Política Social<sup>123</sup> (Nau, p. 165 e segs. ou Baumgarten, p. 119 e segs, G. A. z. W., p. 510 e segs.). Cientificamente, se pode determinar os meios mais adequados para alcançar determinado fim ou também, dada certa ação ou tomada de posição de um indivíduo, determinar os valores que orientam sua conduta. No entanto, a ciência não pode estipular os valores que *devem* orientar o indivíduo, nem pode *prescrever* o que ele deve fazer. Existe um limite de racionalidade para Weber, os valores últimos (fins que não são meios para um fim maior) são dados ao indivíduo e uma discussão sobre valores pode revelar quais são esses valores, não podendo, entretanto, mudá-los. “Pois uma convicção ‘ética’ que se deixa tirar da sela pela ‘compreensão’ psicológica de valorações desviantes *valeu* tanto quanto opiniões religiosas que são destruídas por conhecimento empírico. “(G.A.z.W., p. 504).

O racionalista crítico Hans Albert, que defende o argumento da neutralidade valorativa de Weber, não aceita esse limite da racionalidade e sustenta que mesmo os valores últimos são racionalizáveis através da crítica (Albert/Topitsch, ps. 229-236). Influenciado pelo argumento popperiano da aproximação à verdade através da crítica, Albert afirma que não há posições últimas de valor que sejam imutáveis, quaisquer valores últimos podem tornar-se objeto de crítica e, portanto, serem revistos com base em argumentos racionais. A ideia de Weber de pressupostos últimos lhe parece uma estratégia de imunizar determinadas tomadas de posição contra a crítica (Albert/Topitsch, p. 232).

O argumento de Albert é bastante convincente, mas parece querer borrar novamente a distinção entre validação e vindicação e equiparar proposições teóricas sobre estados de coisas com proposições sobre preferências pessoais que orientam a

---

<sup>123</sup> O tema também é citado no ensaio sobre a objetividade (G. A. z. W., pág. 149), na discussão sobre o conceito de produtividade durante a reunião da Associação para Política Social em Viena em 1909 (G. A. S. S., pág. 419) e na reunião da Sociedade Alemã de Sociologia em Frankfurt em 1910 (G. A. S. S., pág. 482).

conduta dos indivíduos, já que ele não especifica como a crítica opera em cada um dos casos. Como bom popperiano, Albert procura aproximar a teoria do conhecimento da filosofia política<sup>124</sup>. Para Popper, o problema da objetividade não está vinculado ao cientista, senão à crítica mútua entre os cientistas. Ou seja, o cientista pode tranquilamente misturar e confundir proposições de valor com proposições sobre estados de coisa, a crítica dos outros cientistas funcionará como filtro para eliminar as proposições de valor. Evidentemente, esse argumento inutiliza a vindicação weberiana pela integridade intelectual<sup>125</sup>, pois basta ter instituições sociais em que a crítica científica esteja funcionando para garantir a objetividade da ciência. Esse argumento tem um claro paralelo com a tese liberal de que, numa situação de concorrência, o egoísmo de cada ator econômico gera bem-estar para todos. O paralelo se encontra no fato de que ambos os argumentos prescindem das qualidades pessoais e confiam no funcionamento das instituições sociais<sup>126</sup>. No entanto, Albert reconhece acertadamente que sua divergência com Weber está relacionada com diferentes concepções sobre os limites da racionalidade.

No ensaio sobre a objetividade há uma passagem em que Weber descreve sucintamente os limites da ciência. Diz ele: “Uma ciência empírica não tem como ensinar a ninguém sobre o que *deve*, somente sobre o que *pode* e – eventualmente – sobre o que *quer*.” (G.A.z.W., p. 151). A posição de Weber é claramente schopenhaueriana, ao considerar a vontade irracional e imutável, porém cognoscível. A ciência – através da discussão acerca dos valores – pode mostrar a determinado

---

<sup>124</sup> Equiparando-se nisso com seu grande oponente na assim chamada “disputa do positivismo”, a escola de Frankfurt. Ver, p. ex., “Ciência como emancipação?” de Karl-Otto Apel em seu *Transformação da Filosofia II*. Sobre a diferença entre Weber e as teses clássicas do liberalismo, ver o último artigo de Hennis em seu livro *O questionamento de Max Weber* (Hennis 1987, ps. 195-236).

<sup>125</sup> Gebhard Kirchgässner reconheceu esse ponto (ver Zecha, p. 159 e segs.).

<sup>126</sup> Os textos de Hennis – tanto o supracitado, quanto o livro de 1995 (Hennis 1995) sobre *A ciência do homem de Max Weber* – demonstram a distância de Weber com relação a essa postura liberal e sua proximidade com a filosofia política clássica. O pensamento político de Weber se preocupa menos com o sistema político em si e mais com a questão de que tipo de pessoa exercerá a liderança em cada sistema.

indivíduo o que ele realmente quer (ao tomar determinadas posições), qual a sua verdadeira vontade. Parece evidente que Weber acredita na existência da auto-enganação, na possibilidade de uma pessoa não saber qual fim realmente persegue. Schopenhauer afirma que motivos externos podem influir sobre a vontade, mas não podem mudá-la.

“Tudo o que podem é, então, que mudem a direção de um empenho, i. e., fazer com que procure aquilo que ele procura de modo inalterável, por outro caminho. Por isso a instrução, o conhecimento melhorado, portanto influência externa, podem ensinar que ele se equivoca nos meios, e, de acordo com isso, pode fazer com que persiga por um caminho inteiramente diferente, ou até em um objeto inteiramente diferente, a meta, a qual ele almeja por sua essência interna: porém, ela nunca pode fazer com que ele queira algo realmente diferente do que ele quis até então; senão que isso permanece inalterável ...” (Schopenhauer, 1996, p. 405-406)

A discussão revela as diferentes vontades, mas não as transforma. Schopenhauer retoma o mesmo argumento no *Fundamento da Moral* quando diz: “pode-se transformar a *ação*, mas não o *querer* propriamente dito (...) Instrução pode mudar a escolha dos meios, mas não os fins últimos gerais” (Schopenhauer 1997, p. 296). Por isso, Schopenhauer cita o *Fausto* de Goethe: “No final você é – *o que você é*” (Schopenhauer 1977, p. 297). O conhecimento científico, através da explicação causal e da discussão sobre valores, fornece *clareza* (G.A.z.W., p. 607) sobre as consequências de determinadas posições de valor, mas não chega aos valores últimos.

#### A tipologia dos valores

Às duas dimensões da tese da neutralidade valorativa, a metodológica e a ética, ainda se soma uma terceira, a metafísica, que já foi mencionada acima. Trata-se do modo como Weber compreende a estrutura do mundo dos valores, da sua posição com relação aos problemas da filosofia dos valores. A tipologia dos valores esboçada por Weber esclarece o quadro de referência da tese da neutralidade, porém, segundo Weber,

a aceitação da neutralidade não pressupõe a aceitação de sua teoria dos valores. Por outro lado, porém, podemos especular que uma teoria dos valores distinta poderia levar-nos a rejeitar a neutralidade.

Há três modos aceitos de classificação dos valores, afirma Ralph Barton Perry no pós-escrito de sua *Teoria Geral dos Valores* (ver Perry 1950, p. 693). A *classificação axiológica*, que pode ser triádica, apresentando a verdade, o belo e o bem como os três valores fundamentais, ou tetradica, acrescentando Deus ou o Absoluto. De acordo com Perry, essa classificação está baseada numa psicologia triádica que divide a mente em pensamento, sentimento e vontade; representando Deus a harmonia entre essas três partes. Em segundo lugar, existe a *classificação psicológica*, a qual considera os valores como funções de interesses e distingue as diferentes modalidades de interesses. Assim, classifica os valores como “positivos e negativos, progressivos e recorrentes, potenciais e atuais, independentes e dependentes, imaginários (playful) e reais, submissivos e agressivos, subjetivos e objetivos, imediatos e mediatos, pessoais e sociais” (Perry 1950, p. 693). O livro de Perry segue essa segunda classificação. Enfim, existe a *classificação histórica*, comum nas ciências sociais, que “aceita como unidades aqueles valores ou grupos de valores que adquiriram forma institucional, tais como valores cognitivos, morais, econômicos, políticos, estéticos e religiosos” (Perry 1950, p. 694). Dentre as três classificações, Perry considera a última a mais fértil.

Na primeira parte deste trabalho, descrevemos brevemente a classificação proposta por Rickert, aquela proposta por Scheler e também a de Schmoller. Agora reconstruiremos a classificação dos valores em Weber, de acordo com a *Consideração*

*intermediária*<sup>127</sup> de sua *Sociologia da Religião*. O texto em questão leva o subtítulo: *Teoria das Etapas e direções da Rejeição religiosa do mundo*<sup>128</sup>.

Logo no início, Weber alerta: “o esquema construído naturalmente só tem a finalidade de ser um *meio* típico-ideal *de orientação*, mas não de ensinar uma filosofia própria” (MWG I/19, p. 480). A primeira distinção, é aquela entre ascese e mística, à qual se soma outra, aquela entre o caráter intramundano e o de fuga do mundo. As distinções que nos interessam aqui, porém, são aquelas relacionadas com as tensões entre a religião e as outras dimensões do mundo. O interesse de Weber está voltado para as religiões de salvação. Essas entraram em conflito primeiramente com a comunidade de *clãs*, criando tensões entre a religiosidade e “ordens e valores do mundo” (MWG I/19, p. 487) Em primeiro lugar, com a esfera *econômica* (MWG I/19, ps.487-490). Em seguida, Weber analisa as tensões com as ordens *políticas* do mundo (MWG I/19, ps. 490-495) e com a esfera da *ética social* (MWG I/19, ps. 495-499). Depois, Weber discorre sobre as tensões da ética religiosa da fraternidade (ao contrário da religiosidade mágica) com a esfera *estética* (MWG I/19, ps.499-502). A seguir, há a tensão entre essa religiosidade da fraternidade e a esfera *erótica* (MWG I/19, ps. 502-512). E por fim a religiosidade em tensão com o conhecimento intelectual, com a *ciência* (MWG I/19, ps. 512-515).

De acordo com as distinções de Perry, podemos considerar a classificação de Weber como *histórica*, assim como a classificação de Scheler e de Schmoller, ao contrário da de Rickert, que é axiológica. Com relação a Weber, é importante lembrar, porém, que se trata de tipos ideais e não de uma descrição histórica. O próprio Weber,

---

<sup>127</sup> A tipologia dos valores também está presente em vários outros textos de Weber, metodológicos e teóricos, mas menos desenvolvida que na *consideração intermediária*.

<sup>128</sup> Como nos informa o editor, o título do manuscrito original de 1915, não continha o termo “teoria” (MWG I/19, p. 479, nota a). Esse acréscimo é importante, para não confundir o texto com uma descrição histórica das etapas pelas quais uma determinada sociedade passou. Evidentemente, a tipologia talvez se aproxime mais da experiência histórica do ocidente, uma vez que o interesse de Weber está em compreender a gênese deste, porém, trata-se de um esquema típico-ideal.

citando John Stuart Mill<sup>129</sup>, reconhece que sua tipologia, sua metafísica, provém de uma análise empírica (G.A.z.W, p. 507 e 602). Como já deixa entrever a análise de Weber concentrada nas tensões, ele não acredita numa hierarquia preestabelecida entre os valores como Scheler, e nem num valor central como Schmoller. Cada indivíduo seria incumbido pessoalmente de encontrar alguma hierarquia pessoal para escapar desses conflitos entre as esferas de valor. No entanto, a tipologia de Weber guarda as maiores semelhanças com a de Scheler<sup>130</sup>, como mostra o quadro abaixo:

<i>modalidades de valor em Scheler</i>	<i>valores básicos em Scheler</i>	<i>esferas de valor, segundo o esquema de Weber</i>
valores sagrados	sagrado - profano	esfera religiosa
valores espirituais	(a) belo – feio (b) justo – injusto (c) verdade - falsidade	(a) esfera estética (b) ética social (c) ciência
valores do sentir vital	nobre – comum	esfera política
*valores da utilidade	útil - inútil	esfera econômica
valores sensíveis	agradável – desagradável	esfera erótica

Sobre a classificação dos valores, se voltarmos a crítica weberiana ao esquema de Rickert contra o próprio autor, podemos dizer que “esse é *um* esquema possível –

<sup>129</sup> A referência a Mill está tanto em *O sentido da “neutralidade valorativa”*, quanto na *Ciência como Vocação*, ambos de 1917, mas a primeira ocorrência se encontra no pequeno texto *Entre duas leis* de 1916, em que Weber discute a tensão entre a ética religiosa da fraternidade, do sermão da montanha, e o patriotismo. O pano de fundo é a I Guerra Mundial. Ver GSP, p. 144.

<sup>130</sup> Como já mencionei, não há indícios de que Weber tenha lido o livro sobre a *Ética dos valores* de Scheler, porém, como conhecia muitos dos outros trabalhos do sociólogo-filósofo, é provável que conhecia também esse trabalho de Max Scheler.

especialmente feliz – ao lado de outros.” (MWG II/8, p. 409). Entretanto, afirma Weber, a existência do conflito entre as esferas de valor não pode ser negada por qualquer classificação que seja histórica (no sentido de Perry). Isto é, tanto uma hierarquia como a scheleriana, quanto a postulação de um valor como central, tal como o pretende Schmoller, não se sustentam empiricamente. No *sentido da “neutralidade valorativa”* Weber escreve:

“que o reconhecimento *desse* estado de coisa [a saber, do conflito entre os valores e da centralidade da escolha pessoal perante ele], *para nossas disciplinas*, é completamente independente do posicionamento perante as elaborações de teoria dos valores acima indicadas com a maior brevidade. Pois não existe nenhum ponto de vista logicamente sustentável a partir do qual se pudesse rejeitá-lo [aquele estado de coisa], exceto por aquele de uma hierarquia dos valores claramente prescrita por dogmas *eclesiásticos*.” (G. A. z. W., págs. 508-509)<sup>131</sup>.

O fator mais importante, para Weber, é o conflito entre as esferas de valor. Quanto aos demais problemas da filosofia dos valores, como a objetividade, Schelting argumenta que são indiferentes para a teoria da colisão dos valores e que por isso não eram do interesse de Weber.

“Visto a partir *daqui* é completamente irrelevante se os valores singulares valem ‘absolutamente’ ou ‘objetivamente’ ou não; se esse tipo de validade é atribuído apenas aos valores ‘formais’ ou também a determinados axiomas de valor últimos, *com relação ao conteúdo*, dos diversos âmbitos de valor; se para diversos âmbitos de valor podem ser obtidos ou não exigências últimas com caráter supraempírico e suprahistórico de normas eternas da razão, ou pelo menos ‘indícios’ necessários ao pensamento de que precisa existir tal normalidade absoluta enraizada no metafísico; se essas normas mais altas dos diferentes âmbitos de valor podem ser pensadas teoricamente concomitantes sem contradição interna ou se são apresentadas já ao pensamento teórico, portanto, prescindindo de sua concretização, enquanto esferas inimigas ou não. Por isso o interesse principal de Max Weber não se referia a esses problemas.” (Schelting 1934, p. 34).

---

<sup>131</sup> O trecho transcrito não consta da versão de 1913. Possivelmente a “hierarquia dos valores claramente prescrita por dogmas *eclesiásticos*” se refere ao livro de Max Scheler publicado em 1916. Sobre o debate entre Weber e Scheler, ver também Schnädelbach 1983, ps. 229-231. Talvez o termo debate não seja apropriado aqui, já que a discussão não foi travada abertamente, mas encontra-se nas entrelinhas.

## Conclusão

Numa intervenção no parlamento austríaco em 12 de agosto de 2003, o deputado austríaco Alexander van der Bellen, do partido verde, mostrou-se perplexo diante da situação econômica do país, ignorada pela bancada governista:

“o que devemos sentir agora: mais raiva ou mais desespero? Mais amargura ou mais decepção? Ou simplesmente devemos estar deprimidos com a situação de que aparentemente não podemos chegar a um acordo nem mesmo sobre os fatos? – Eu quero dizer, quem ouviu hoje o ministro da economia, realmente se pergunta: Para que estamos sentados aqui agora? Para que?”<sup>132</sup>

Mais adiante, após apresentar alguns dados do instituto de pesquisa econômica, o deputado continua:

“Está claro que podemos brigar politicamente sobre a escolha dos instrumentos, sobre a amplitude de medidas e assim por diante; porém, que não se pode estar de acordo nem mesmo sobre a situação de partida, que simplesmente é questionado que nos encontramos no meio do terceiro ano de crise econômica e que no próximo ano estaremos no quarto ano da crise econômica, apesar disso ser praticamente consenso entre os pesquisadores empíricos da economia, isso realmente me deprime.”<sup>133</sup>

O pronunciamento do político austríaco mostra a face inversa da insistência de Weber pela neutralidade valorativa, a importância do conhecimento dos fatos para, a partir daí, iniciar a luta política sobre as medidas a serem tomadas. A ciência, segundo a tese da neutralidade valorativa, seria incumbida de fornecer esses fatos. Evidentemente existe discórdia sobre fatos entre os cientistas. E sobre o fato “se devemos considerar alguém um canalha, frequentemente pode predominar um consenso geral muito maior (especialmente entre especialistas) do que sobre a questão da interpretação de uma inscrição mutilada” (G.A.z.W., p. 501) Porém, essa discórdia é passível de ser mitigada, a discussão científica é “conciliável”. O perigo da ciência impregnada por juízos de

---

<sup>132</sup> [http://www.parlament.gv.at/PAKT/VHG/XXII/NRSITZ/NRSITZ\\_00030/fname\\_009197.pdf](http://www.parlament.gv.at/PAKT/VHG/XXII/NRSITZ/NRSITZ_00030/fname_009197.pdf) (acesso em 5 de dezembro de 2013)

<sup>133</sup> O discurso do deputado do partido verde não atenta para uma interpretação mais simples da situação. Talvez o ministro da economia não considere a crise um problema a ser enfrentado, talvez a considere positiva, e por isso tente reservá-la da discussão.

valor consiste em que vende por ciência, proposições que, de acordo com os limites da ciência, não o são. A consequência pode ser semelhante à perplexidade do deputado austríaco, isto é, a obstrução do debate político, já que não há mais sobre o que discutir propriamente.

Na reunião de 1910 da Sociedade Alemã de Sociologia, Weber disse:

“E também os partidos que lutam sobre o seu [da ciência] valor ou desvalor, tem um interesse em que haja alguém que diga: Eu não lhe digo que você tenha razão ou não, não posso dizer-lhe isso com os meios da ciência empírica, senão apenas posso lhe dizer: estes *são* os fatos” (GSS., p. 482).

Vimos que a tese da neutralidade valorativa possui duas dimensões, uma metodológica e outra ética. Na dimensão metodológica, a preocupação está em delimitar as proposições com pretensão científica, cuja validade é passível de ser reconhecida universalmente, das proposições que pressupõe determinados posicionamentos subjetivos. Na dimensão ética, o objetivo é tornar a atividade científica o mais leal possível, o que não serve somente à ciência, senão também às demais esferas da atividade humana (como à política, como demonstra a fala do deputado austríaco). As delimitações, segundo o raciocínio de Weber, sempre servem para garantir a dignidade própria de cada lado. A confusão entre juízos de valor e proposições científicas é prejudicial para a ciência, assim como para a política ou as demais esferas valorativas.

O argumento metodológico está claramente assentado em uma estratégia kantiana, estipulando uma definição de ciência nos moldes transcendentais, não baseados nas pesquisas científicas concretas, senão num ideal. Trata-se de estabelecer as condições da possibilidade de gerar proposições de validade universal. O objeto de análise não é a ciência real, senão a ciência *pura* destituída das impurezas da atividade concreta. Em suma, não se trata de uma *descrição* da atividade científica, senão de uma *reconstrução*.

Norberto Bobbio, num artigo em que analisa a teoria *pura* do direito de Hans Kelsen e sua pretensão a ser valorativamente neutra, mostra que o modelo kelseniano, ao descrever o direito positivo em geral (e não um direito positivo particular), adquire um elemento normativo no nível da metajurisprudência ao fornecer diretrizes para o jurista, isto é, o que deve ser feito para que determinadas normas se tornem direito positivo (Bobbio, 2008, p. 61-62). Evidentemente, Bobbio aqui apresenta a teoria pura do direito como uma reconstrução metodológica do direito positivo e as reconstruções metodológicas realmente possuem esse “peso normativo” (ver Oliveira Filho, 1976, p. 270 e 271) apesar de não serem essencialmente normativas. “A noção de reconstrução metodológica apresenta as funções: a) – descritiva e b) – crítica, de *intervenção* e *reorientação* das estratégias de investigação (Oliveira Filho, 1976, p. 270, grifos meus). Na *Crítica da Razão Pura*, Kant já afirmara que as ideias puras possuem força regulativa (Kant A 569, B 597). Porém, se levarmos em conta a crítica de Schopenhauer, esses princípios regulativos, esse “peso normativo”, dependem sempre da vontade, ou, como diria Weber, dos valores últimos<sup>134</sup>. Como vimos, para que a ponte entre proposições descritivas (no caso, mais especificamente, reconstitutivas) e prescritivas seja plausível, o argumento precisa de um pressuposto volitivo (que frequentemente está subentendido). Para ficarmos no exemplo de Bobbio, esse pressuposto seria o de que o jurista *quer* transformar determinadas normas em direito positivo.

O argumento weberiano a favor da exclusão das valorações da atividade científica funciona de modo semelhante: Como não *há* possibilidade lógica para

---

<sup>134</sup> Há um claro paralelo entre o conceito de “valores últimos” de Weber e a “vontade” em Schopenhauer. Porém, há uma diferença crucial. A “vontade” em Schopenhauer não é apenas individual, a vontade pessoal de um ser vivo, senão que é o princípio que move o mundo e assim, também, as diversas vontades individuais entre si.

fundamentar juízos de valor em juízos fatuais, o cientista que *quiser* realizar adequadamente sua pesquisa *deve* separar juízos científicos de juízos de valor.

O problema desse *querer*, porém, está relacionado com a tipologia das esferas de valor em conflito. Pois, se aceito outra teoria dos valores do que Weber, p. ex. a de Schmoller, posso querer “sacrificar o intelecto” (G.A.z.W., p. 610) para salvar os valores morais, que são os mais importantes naquele esquema. Caso eu seja scheleriano, posso decidir pela religião, quando esta entra em conflito com a ciência. Assim sendo, a aceitação de algum tipo de teoria hierarquizada dos valores, facilmente gera um normativismo que prescreve o que “devo querer” (ou “devo valorizar”), ou seja, as hierarquias dos valores produziram o famoso “ferro de madeira” de Schopenhauer.

Com relação à sua tipologia das esferas de valor, a estratégia de Weber é apostar na legalidade própria de cada uma, evitar que uma domine as outras. Se em outras épocas, a religião era a esfera principal, atualmente ocorre um processo de intelectualização, isto é, a esfera do conhecimento intelectual parece querer tomar a posição de destaque. Para enfrentar este problema, Weber não pretende uma estratégia reacionária, romântica, de retorno – real ou apenas fantasiado - à religião, ele não quer cair em “imposturas românticas” (anexo 2). Pelo contrário, sua estratégia consiste em traçar – kantianamente - limites claros para a ciência.

A posição de Weber frequentemente foi considerada próxima do positivismo<sup>135</sup>, mas isso é claramente um dos equívocos a que se referia Honigsheim. Em primeiro lugar, porque historicamente, diferentes vertentes do positivismo, ou algumas influenciadas pelo positivismo, estiveram preocupadas, ao contrário de Weber, em superar a lei de Hume e chegar a proposições normativas a partir de proposições

---

<sup>135</sup> Como vimos, o primeiro a propor tal relação foi Eduard Spranger, falando do positivismo moderno.

fatuais<sup>136</sup>. Em segundo lugar, nos diz Weber, a neutralidade valorativa não faz sentido apenas para quem possui grande estima pela ciência e pela intelectualização de todas as esferas da vida<sup>137</sup>, senão muito mais para quem tem uma posição oposta, tal como Weber: “porque *não* se deseja ver jogadas na mesma panela com a ciência especializada, as decisões últimas mais pessoais da vida, que um ser humano precisa tomar a partir de si mesmo” (G.A.Z.W., p. 491).

O argumento ético está baseado numa concepção de ética, tal como definida por Habermas. Trata-se de virtudes e da personalidade, do problema “quem sou e quem *quero ser*” (Habermas 1991, p. 103, grifos meus). Com relação a esse tipo de ética, Kelly, que analisa as éticas dos valores de Scheler e de Hartmann, avalia:

“A ética personalista celebra o valor único da pessoa individual sem tematizar comandos normativos fundados em uma razão universal, outros senão aqueles requeridos para estimular o florescimento daquele valor. Ela descobre a origem da normatividade na receptividade emocional humana dos valores. Ela revela o conteúdo, mas também os conflitos entre as obrigações a que estamos sujeitados, entre as virtudes que são normativas para o comportamento humano, e a diversidade no que constitui uma alma sã e realizada. Apenas o indivíduo pode decidir como essas obrigações se aplicam a sua situação, que tipo de virtude é seu destino realizar, e no que consiste seu próprio ideal de personalidade. Ela dá muita liberdade para os indivíduos perseguirem seu próprio destino, no entanto, ela não teme o caos moral. Ela aponta a normatividade inerente nos fenômenos da justiça e da virtude, mas ela não comanda, ela própria, justiça ou virtude, ou a perfeição socrática de nossas almas.” (Kelly 2011, p. 237).

A ética que fundamenta a posição de Weber está na mesma chave. O problema consiste em definir um conceito de “personalidade” quando a “perfeição socrática da alma”, ou uma versão dela, como o conceito de “bela alma” de Goethe e Schiller, não parece mais possível. O homem moderno, segundo Weber, é um homem “mutilado” (ver anexo 2), incapaz de alcançar um equilíbrio harmônico entre as esferas de valor. A certa altura da palestra sobre a *ciência como vocação*, Weber diz: “Estimados ouvintes!

---

<sup>136</sup> Sobre essa tentativa em Durkheim, ver Watts-Miller 1996, principalmente o último capítulo. Uma passagem em Massella parece sugerir que ele não concordaria inteiramente com a interpretação de Watts-Miller (Massella, p. 252-253).

<sup>137</sup> No final do manifesto do círculo de Viena lemos: “a concepção científica do mundo serve à vida e a vida a adota” (Neurath et al. p. 315)

Só possui ‘personalidade’ no âmbito científico aquele que serve *puramente à coisa*. E não apenas no âmbito científico é assim.” (G.A.z.W., p. 591). O termo “personalidade” está entre aspas para sinalizar que se trata de um conceito que evoca vínculos problemáticos. No parágrafo que antecede a citação, Weber critica o conceito de “personalidade” vinculado à “vivência”, popular entre a juventude da época por influência das filosofias da vida. Essa solução, para Weber, é uma impostura romântica. Werner Wittich escreveu um texto sobre o *Conteúdo social do romance “Wilhelm Meister” de Goethe* (Palyi, p. 278) em que sugere que Goethe, assim como seu personagem, Wilhelm Meister, ambos de origem burguesa, precisaram adotar um estilo de vida aristocrático para lograr a formação da personalidade, o ideal da bela alma. A problemática da *Ciência como Vocação* (e também da *Política como Vocação*) consiste em mostrar - de modo trágico, pois com perda de sentido - como se dá a formação da personalidade dentro do mundo burguês. Assim, os conceitos centrais usados por Weber provêm todos do ideário burguês<sup>138</sup>: “vocação” ou “profissão”<sup>139</sup>, “*servir à coisa*”, “exigências do dia”, etc.

A passagem do argumento metodológico para o ético não é uma dedução lógica, não há relação de implicação, já que isso caracterizaria um tipo de falácia naturalista. Só pode ser vindicado. Como nos ensina Feigl, a vindicação depende de condições empíricas (o conflito entre as esferas de valor) e fins (os valores últimos). Dadas as condições empíricas, o politeísmo dos valores, nós podemos compreender que Weber possuía boas razões<sup>140</sup> para empenhar-se nessa luta. As razões de Weber estão relacionados à sua *vontade* de preservar espaços próprios para as diferentes ações

---

<sup>138</sup> Em contraposição ao ideário aristocrático.

<sup>139</sup> O termo alemão “Beruf” possui estes dois significados.

<sup>140</sup> Quando falamos em “boas razões”, seria necessário definir o termo valorativo “boa”, se é entendido no sentido instrumental (“bom para...”) ou no sentido moral, absoluto, como diz Tugendhat.

humanas, não permitir que uma esfera de valor legisle sobre outra. Parece ser este o motivo pelo qual Honigsheim denominara a neutralidade valorativa “a teoria mais pessoal” de Weber. A tese da neutralidade, com suas duas dimensões, também não está numa relação de implicação com a tipologia weberiana dos valores e sua teoria do conflito entre eles. Usando um termo que Weber empresta de Goethe<sup>141</sup>, podemos caracterizar a relação entre a tese da neutralidade e a teoria do conflito entre as esferas de valor como *afinidade eletiva*, a aceitação de uma favorece a aceitação da outra e vice-versa<sup>142</sup>.

Mas também politicamente, a tese é muito pessoal para Weber. Sua importância estaria em neutralizar as tentativas do liberalismo à moda de Manchester, assim como as do materialismo histórico, de usar a ciência para justificar suas opções políticas. Os oponentes de Weber são, portanto, os mesmos que Schmoller combatia (G.A.z.W., p. 495)<sup>143</sup>. Quanto ao reformismo defendido por Schmoller, Weber não o considerava um fim, como Schmoller, senão apenas um meio para um fim maior: a nação alemã enquanto potência. A preocupação de Weber era não repetir os erros dos adversários (ver anexo 3), como a Associação de Política Social estava fazendo. Para Weber, ser liberal ou marxista não depende do conhecimento científico que determinado indivíduo possui, senão é fruto de interesses materiais, de influências éticas provindas de concepções de mundo religiosas, ou mesmo de simpatias pessoais irracionais, ou seja, é fruto dos valores últimos. Uma esfera tão impessoal como a ciência não pode ser responsabilizada por escolhas tão pessoais.

---

<sup>141</sup> “As afinidades eletivas” é o título de um romance de Goethe, mas o termo provém da química. Goethe, em seu romance, menciona o processo químico, que descreve a atração mútua entre elementos químicos, quando colocados em contato com determinados outros elementos químicos. No enredo de Goethe, esse fenômeno químico é transportado para as relações afetivas humanas.

<sup>142</sup> Não é por acaso, que os maiores inimigos da tese da neutralidade valorativa partem, em geral, de uma tipologia hierarquizada dos valores.

<sup>143</sup> Weber, no entanto, não queria afastá-los das cátedras.

Por fim, a neutralidade valorativa ainda é pessoal porque está vinculada ao projeto científico mais amplo de Weber. Quando olhamos para o debate sobre os juízos de valor juntamente à crítica que Weber faz à escola histórica (principalmente) em *Roscher e Knies*, parece que Weber, cujas investigações substantivas estão inteiramente no quadro de referência da escola histórica, como já demonstrou Hennis (Hennis 1987, os. 117-160), está empenhado em salvar o programa de pesquisa da economia política alemã. Ao invés de refugiar-se num historicismo ateuico, o que representaria a impostura romântica, Weber se preocupa em criar instrumentos metodológicos que permitam uma *interação* (entendida no sentido de Simmel de *Wechselwirkung*, de lograr efeitos mútuos) entre a economia política histórica e teórica. Esta servindo àquela e vice-versa. O projeto do *Esboço da Economia Social*, comandado por Weber e para o qual foram pensados os textos que mais tarde seriam reunidos em *Economia e Sociedade*, também se situa neste projeto mais amplo. As cartas trocadas entre Weber e Siebeck, seu editor, mostram Weber preocupado com a parte relativa à teoria econômica. Com relação ao manual anterior, editado por Schönberg, e o qual Siebeck e Weber pretendiam substituir, o *Esboço* deveria incluir a teoria econômica (teoria marginalista) como parte central da obra.

Desde o *ensaio da objetividade* de 1904 Weber está empenhado por esse programa da escola histórica. Por isso insistira ali na importância, além dos fenômenos econômicos, dos “economicamente relevantes” e dos “economicamente condicionados” (G.A.z.W., p. 161), ou seja, fenômenos que possuem efeitos ou causas econômicas. A diferença da abordagem histórica com relação à teoria econômica estaria nesse interesse ampliado pelos fenômenos econômicos, mas não em juízos de valor pretensamente deduzidos do desenvolvimento histórico. Para os partidários do argumento da crítica,

essa separação das proposições científicas e das valorativas ocorre automaticamente através da crítica. Por isso, autores como Albert, não estão tão preocupados quanto Weber com a dimensão ética da tese. Em Weber ocorre o contrário. A insistência na dimensão ética da tese da neutralidade, confirma sua preocupação pedagógica de tornar o programa da escola histórica cientificamente fértil. E isto significa: insistir na importância da demonstração de relações causais, a qual, por sua vez, depende de conceitos descritivos precisos e despídos – o máximo possível – de sua carga valorativa. O nacionalismo de Weber mostra-se também nesse projeto científico: reelaborar o programa da escola histórica alemã ante o avanço da teoria marginalista neoclássica.

## Referências Bibliográficas:

### Obras de Max Weber:

- G. A. z. W. - *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 7a. edição, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck), 1988
- G. A. S. S – *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck)
- G. S. P – *Gesammelte Politische Schriften*, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck)
- MWG I/1 – *Max Weber Gesamtausgabe I/1 - Zur Psychophysik der industriellen Arbeit*, editado por Wolfgang Schluchter em colaboração com Sabine Frommer, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck), 1995
- MWG I/17 - *Max Weber Gesamtausgabe I/17 - Wissenschaft als Beruf 1917/1919 – Politik als Beruf 1919* editado por Wolfgang J. Mommsen e Wolfgang Schluchter em colaboração com Birgitt Morgenbrod, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck), 1992.
- MWG I/19 - *Max Weber Gesamtausgabe I/19 - Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus*. Schriften 1915-1920 editado por Helwig Schmidt-Glintzer em colaboração com Petra Kolonko, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck), 1989
- MWG II/5 - *Max Weber Gesamtausgabe II/5 - Briefe 1906-1908*, editado por M. Rainer Lepsius e Wolfgang J. Mommsen em colaboração com Birgit Rudhard e Manfred Schön, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck), 1990
- MWG II/6 - *Max Weber Gesamtausgabe II/6 - Briefe 1909–1910*, editado por M. Rainer Lepsius e Wolfgang J. Mommsen em colaboração com Birgit Rudhard e Manfred Schön, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck), 1994
- MWG II/8 - *Max Weber Gesamtausgabe II/8 - Briefe 1913-1914*, editado por M. Rainer Lepsius e Wolfgang J. Mommsen em colaboração com Birgit Rudhard e Manfred Schön, Tübingen: J.C.B.Mohr (Paul Siebeck), 2003

### **Traduções:**

- *The Methodology of the Social Sciences*, Glencoe, Illinois: The Free Press, 1949
- *Ensayos sobre metodología sociológica*, Buenos Aires: Amorrortu editores, 1973
- *Sobre a universidade*, São Paulo: Cortez, 1989
- *Metodologia das Ciências Sociais*, Cortez Editora e Editora da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2 vols., 2ª. edição, 1993

### **Bibliografia:**

- ADAIR-TOTTEFF Christopher: *Sociological Beginnings. The first conference of the German Society for Sociology*, Liverpool: Liverpool University Press, 2005
- ALBERT, Gert, BIENFAIT, Agathe, SIGMUND, Steffen e WENDT, Claus (eds.): *Das Weber-Paradigma*, Tübingen: J.C.B. MOHR (Paul Siebeck), 2003
- ALBERT, Hans e TOPITSCH, Ernst (eds.): *Werturteilsstreit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1979.
- ALSTON, William P.: *Philosophy of Language*, Prentice Hall, 1964
- APEL, Karl-Otto: *Transformation der Philosophie. Band 2: Das Apriori der Kommunikationsgemeinschaft*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1976
- BAUMGARTEN, Eduard: *Max Weber: Werk und Person*, Tübingen: J.C.B. MOHR (Paul Siebeck), 1964
- BOBBIO, Norberto: *Direito e Poder*, São Paulo, Editora Unesp, 2008
- BURGER, Thomas: *Max Weber's Theory of Concept Formation – History, Laws, and Ideal Types*, Durham: Duke University Press, 1976
- BRENTANO, Franz: *Vom Ursprung sittlicher Erkenntnis*, Hamburg: Verlag Felix Meiner, 1955
- BRUUN, H. H.: *Science, Values and Politics in Max Weber's Methodology*, Copenhagen: Munksgaard, 1972
- BRUUN, H. H.: "Weber On Rickert. From Value Relation to Ideal Type", in: *Max Weber Studies*, MWS 1. 2, 2001, ps. 138-160
- COHN, Gabriel: *Crítica e Resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1979
- CONRAD, J., ELSTER, L., LEWIS, W. e LOENING, Edg. (eds.): *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, vol. 6, Jena: Verlag Gustav Fischer, 1901, 2ª edição

- DAHRENDORF, Ralf: *Ensaio de Teoria da Sociedade*, Rio de Janeiro e São Paulo: Zahar e Edusp, 1974
- DRYSDALE, John: “How are Scientific Concepts Formed? A Reconstruction of Max Weber’s Theory of Concept Formation”, in: *Sociological Theory*, vol 14, nr 1, março 1996, p. 71-88
- ECKENSBERGER, Lutz H. e GÄHDE, Ulrich: *Ethische Norm und empirische Hypothese*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1993
- FERNANDES, Florestan: *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*, São Paulo: Globo, 2006
- GURVITCH, Georges: *Les Tendances actuelles de la Philosophie allemande*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1949
- HAACK, Susan: *Filosofia das lógicas*, São Paulo: Editora UNESP, 2002
- HABERMAS, Jürgen: *Erläuterungen zur Diskursethik*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991
- \_\_\_\_\_: *Wahrheit und Rechtfertigung*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2004
- HARE, R. M.: *The Language of Morals*, New York: Oxford University Press, 1964
- HART, H. L. A.: *The Concept of Law*, Oxford: Oxford University Press, 1961
- HENNIS, Wilhelm: *Max Webers Fragestellung. Studien zur Biographie des Werks*, Tübingen: Mohr, 1987
- \_\_\_\_\_: *Max Webers Wissenschaft vom Menschen: Neue Studien zur Biographie des Werks*, Tübingen: Mohr, 1996
- HONIGSHEIM, Paul: *The Unknown Max Weber*, New Brunswick e Londres: Transaction Publishers, 2006
- HUME, David: *A Treatise of Human Nature*, (editado por David Fate Norton e Mary J. Norton) Oxford University Press, 2000
- JASPERS, Karl: *Introdução ao pensamento filosófico*, São Paulo: Cultrix 2006
- JOAS, Hans: *The Genesis of Values*, Chicago: Chicago University Press, 2000
- KANT, Immanuel: *Kritik der reinen Vernunft*, Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1956
- KELLY, Eugene: *Material Ethics of Value: Max Scheler and Nicolai Hartmann*, Dordrecht, Heidelberg, London, New York: Springer, 2011
- KELSEN, Hans: *Teoria pura do direito*, São Paulo: Martins Fontes, 2006

- KEUTH, Herbert: *Wissenschaft und Werturteil. Zu Werturteilsdiskussion und Positivismusstreit*, Tübingen: Mohr, 1989
- KRAFT, Victor: *Foundations for a Scientific Analysis of Value*, Dordrecht: Reidel, 1981
- KNEER, Georg e MOEBIUS, Stephan (eds.), *Soziologische Kontroversen. Beiträge zu einer anderen Geschichte der Wissenschaft vom Sozialen*, Berlim: Suhrkamp, 2010
- LACEY, Hugh: *Valores e Atividade Científica*, São Paulo: Discurso Editorial, 1998
- LAMPERT, Thomas N.: *'Objectivity' as a gesture: Max Weber's political silence*, Dissertação, Cornell University, 1998
- MASSELLA, Alexandre Braga: *O naturalismo metodológico de Émile Durkheim*, São Paulo: Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2006
- MOMMSEN, Wolfgang J.: *Max Weber und die deutsche Politik 1890-1920*, Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974, 2.<sup>a</sup> edição, [1.<sup>a</sup> edição: 1959]
- MOORE, G. E.: *Principia Ethica*, Cambridge: Cambridge University Press, 1903
- NAU, Heino Heinrich (ed.): *Der Werturteilsstreit. Die Äusserungen zur Werturteilsdiskussion im Ausschuss des Vereins für Sozialpolitik (1913)*, Marburg: Metropolis-Verlag, 1996
- NEURATH, Otto, HAHN, Hans, CARNAP, Rudolf: "Wissenschaftliche Weltauffassung. Der Wiener Kreis" in: *Veröffentlichungen des Vereins Ernst Mach*, Viena: A. Wolf, 1929
- NIETZSCHE, Friedrich: *Sämtliche Werke*, 1930
- OAKES, Guy: "Rickert's Value Theory and the Foundations of Weber's Methodology", in: *Sociological Theory*, vol 6, nr 1, primavera 1988, p. 38-51
- \_\_\_\_\_: *Weber and Rickert: Concept Formation in the Cultural Sciences*, Cambridge: MIT Press, 1988
- \_\_\_\_\_: *Die Grenzen kulturwissenschaftlicher Begriffsbildung: Heidelberger Max Weber-Vorlesungen 1982*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1990
- OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de: "Reconstruções metodológicas de processos de investigação social" in: *Revista de História*, número 107, São Paulo, 1976, págs. 263 – 276

- PALYI, Melchior: Hauptprobleme der Soziologie. Erinnerungsgabe für Max Weber, München e Leipzig: Verlag von Duncker und Humblot, 1923 (vol. 2)
- PERRY, Ralph Barton: *General Theory of Value. Its meaning and basic principles construed in terms of interest*, Cambridge: Harvard University Press, 1950
- POPPER, Karl Raimund: *The Open Society and its Enemies*, London: Routledge and Sons, 1947 (vol 1)
- PUTNAM, Hilary: *The Collapse of the Fact/Value Dichotomy*, Cambridge: Harvard University Press, 2002
- REALE, Miguel: *Filosofia do Direito*, São Paulo: Edição Saraiva, 1965
- RICKERT, Heinrich: *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*, Tübingen: Mohr, 1896-1902 (1.<sup>a</sup> edição), 1929 (5.<sup>a</sup> edição, ampliada)
- \_\_\_\_\_: *Philosophische Aufsätze*, Tübingen: J.C.B. MOHR (Paul Siebeck), 1999
- RITSERT, Jürgen: *In der Sumpflandschaft des Wertdiskurses. Warum uns etwas lieb und teuer ist*, Frankfurt am Main, 2009 (disponibilizado no site do autor)
- SCHELER, Max: *Der Formalismus in der Ethik und die materiale Wertethik*, Halle: Verlag von Max Niemeyer, 1921
- SCHELTING, Alexander von: *Max Webers Wissenschaftslehre. Das logische Problem der historischen Kulturerkenntnis. Die Grenzen der Soziologie des Wissens*, Tübingen, 1934
- SCHMOLLER, Gustav: *Historisch-ethische Nationalökonomie als Kulturwissenschaft. Ausgewählte methodologische Schriften*, editado por Heino Heinrich Nau, Marburg: Metropolis Verlag, 1998
- SCHNÄDELBACH, Herbert: *Philosophie in Deutschland 1831-1933*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983 (6a. edição, 1999)
- SCHOPENHAUER, Arthur: *Über die Freiheit des menschlichen Willens / Über die Grundlage der Moral. Kleinere Schriften II*, Zürich: Diogenes Verlag, 1977
- \_\_\_\_\_: *Die Welt als Wille und Vorstellung*, Frankfurt am Main / Leipzig: Insel Verlag, 1996
- SCHRIFTEN DER DEUTSCHEN GESELLSCHAFT FÜR SOZIOLOGIE: *Verhandlungen des ersten deutschen Soziologentages*, Tübingen: J.C.B. MOHR (Paul Siebeck), 1911

- SIEGETSLEITNER, Anne (ed.): *Logischer Empirismus, Werte und Moral. Eine Neubewertung*, Viena: Springer, 2010
- SMITH, Adam: *The Works of Adam Smith*, vol II. London, 1812
- STAMMER, Otto (ed.): *Max Weber und die Soziologie heute*, Tübingen: J.C.B. MOHR (Paul Siebeck), 1965
- TUGENDHAT, Ernst; WOLF, Ursula : *Logisch-semantische Propädeutik*, Phillip Reclam jun., Stuttgart, 1983
- TUGENDHAT, Ernst: *Lições sobre Ética*, Petrópolis, Vozes, 1996
- WAGNER, Gerhard: *Geltung und normativer Zwang*, München: Alber, 1987
- WATTS-MILLER, W.: *Durkheim, morals and modernity*, Londres: Routledge, 1996
- WEBER, Marianne (1984): *Max Weber: Ein Lebensbild*, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), Tübingen, 3.<sup>a</sup> edição (1.<sup>a</sup> edição 1926)
- VAHINGER, Hans: *Die Philosophie des Als Ob*, Leipzig: Felix Meiner, 1922 [7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> edição]
- ZECHA, Gerhard (ed.): *Werte in den Wissenschaften. 100 Jahre nach Max Weber*. Tübingen: Mohr, 2006

**Sites na internet:**

- Discussões no parlamento austríaco de 12/08/2003:  
[http://www.parlament.gv.at/PAKT/VHG/XXII/NRSITZ/NRSITZ\\_00030/fname\\_009197.pdf](http://www.parlament.gv.at/PAKT/VHG/XXII/NRSITZ/NRSITZ_00030/fname_009197.pdf) (acesso em 5 de dezembro de 2013)
- O jornal *Neue Freie Presse* de 30/09/1909:  
[http://diepresse.com/layout/diepresse/files/image\\_frame.jsp?seite=19090930001&id=nfp&zoom=2&size=42](http://diepresse.com/layout/diepresse/files/image_frame.jsp?seite=19090930001&id=nfp&zoom=2&size=42) (acesso em 30/01/2012)

## Anexo 1

*Escrito em janeiro de 1903 em Nervi/Itália. O texto provavelmente foi pensado para publicação. Bruun supõe que integraria Roscher e Knies*

### *O fragmento de Nervi*

Quando R. diz: \_\_\_\_\_, então se deve dizer que, no lugar de uma série de termos evidentemente triviais, porém, inteiramente *compreensíveis*, se colocou uma expressão muito receosamente brilhante, plurívoca e que convida a equívocos. Para fazer a prova, pode-se uma vez colocar em *todos* os lugares em que R. fala de ‘valores’, as expressões ‘\_\_\_\_\_’. Uma grande parte de suas exposições adquirirá um matiz externo essencialmente mais trivial, porém, se a filosofia é a ‘auto-compreensão do mundo’<sup>144</sup> (Windelband), então ela não deve temer a constatação expressa daquilo que é auto-compreensível enquanto tal, nem mesmo em sua forma.

Por mais que se chacoalhe o conceito de R. de ‘valor’ no significado dado na p., nada mais surge senão o significado ‘vale ser *conhecido*’ e, portanto, a ‘necessidade’ de referência a um valor não significa nada além da sentença bastante trivial: que a história deve expor da *realidade* empírica aquilo que *vale ser conhecido*. Já disso resulta que a linha de demarcação entre indivíduos ‘históricos’ (referidos a valor) e outros, a qual, pelo menos na *formulação* de R, é nítida, de fato *precisa* ser pensada de modo *fluido*, não só histórica e individualmente, senão que, sobre tudo a gradação infinita da *medida* em que os diversos elementos da realidade valem ser conhecidos, não pode ser ignorada.

Sobre essas *diferenças* do interesse, em sua gradação sempre fluída, que os *particulares*, o respectivo *público* do historiador, devotam aos diversos elementos da realidade empírica, e *não* apenas sobre o grau de *universalidade* ou até de conformidade com *normas* desse interesse, se baseia na *realidade* aquela seleção, a qual procede, em face dos limites da nossa capacidade receptiva, de acordo com o ‘princípio de economia’- i. e. primeiro pela satisfação do interesse *mais intenso*. O *motivo* do

---

<sup>144</sup> No texto em alemão, lê-se “W-Selbstverst”, o que dá margem a dúvida quanto ao termo abreviado por “W”. Por isso, Bruun traduz: “[text indecipherable] ‘obvious’” (MWS, 1.2 (2001), ps. 157 e 144 respectivamente).

interesse pode ser variado, se não *infinitamente*, pelo menos de modo praticamente *inesgotável*, - também na área dos fenômenos culturais, partindo do interesse do colecionador de selos ou de pantufas, até às coisas mais elevadas que movem nossos corações. O fato de que, em face dos limites de nossa capacidade receptiva e da infinidade da multiplicidade do mundo por satisfação das questões mais urgentes, o interesse nas demais questões possíveis se aproxima bastante rapidamente do ponto zero e praticamente se iguala a esse para o trabalho científico *fatualmente possível*; isso apenas muda algo nisso no sentido em que se aceita a sentença da ‘virada’ das quantidades em qualidades. A existência *fatual* de interesse *universal* em algumas partes da realidade e a *falta*, também a falta *fatual geral* de tal interesse na outra parte preponderante da mesma é, enquanto fato, bastante fácil de ser explicada *psicologicamente*, igualmente, pelo menos em seus traços gerais, o é a *gradação* [sic]<sup>145</sup>. A tentativa, porém, - de formular normas leva, em minha opinião, não somente à metafísica. - isto é [texto interrompido]. Porém, assim que se pretenda procurar, por trás dos limites *fatualmente* encontráveis do interesse histórico em sua *gradação fatualmente* encontrável, ainda alguma outra coisa, algo *objetivo*, adentra-se a área das *normas*, i. e. procura-se então por um princípio, a partir do qual pode ser deduzido não somente *pelo que* em geral nos deveríamos interessar uma vez por todas, senão também em que relação de *gradação* nosso interesse nas diversas partes da realidade deve-se graduar. Somente esse é o sentido, traduzido para o trivial, daquela ‘metafísica dos valores’ (é [sic])<sup>146</sup>, na qual R. deságua. Aqui deve ser suficiente exprimir a dúvida com relação à possibilidade de uma apreensão *do conteúdo* de normas desse tipo e só acrescentar, que uma dúvida destarte também seria perfeitamente compatível com uma concepção, a qual enxergue na ‘validade absoluta’ de determinados ‘valores’ (nós diríamos: ‘interesses’) mais do que um mero conceito *limite*. A possibilidade *lógica* de uma ética ‘formal’ mostra, em todo caso, que no *conceito* de *normas* para [palavra ilegível]<sup>147</sup> multiplicidade infinita do objeto normatizado *não* se encontra já a certeza da possibilidade de formulação do *conteúdo*.

---

<sup>145</sup> No texto original, não existe esse ponto, tornando a frase inteira sem sentido. Também Bruun, em sua tradução para o inglês, interpreta essa passagem de modo semelhante e insere aqui um ponto-e-vírgula (MWS 1.2 (2001), p. 144)

<sup>146</sup> Esse segundo verbo “ser” sugere que Weber queria escrever: “Somente esse *pode ser* o sentido...”, já que pela gramática alemã, ao usar um verbo modal, o segundo verbo é deslocado para o final da oração. Porém, tendo optado pelo verbo ser no início da oração - “Somente esse *é* o sentido...” - o segundo verbo “ser” perde qualquer sentido.

<sup>147</sup> Bruun supõe que a palavra seja “covering”, ou seja, que a passagem seria: “...que no conceito de normas que cobrem a multiplicidade infinita...” (MWS 1.2 (2001), p. 144)

## Anexo 2

*Carta para Ferdinand Tönnies datada de 19 de fevereiro de 1909 (MWG II/6, ps. 63-65) Um trecho dessa carta já havia sido publicado em Baumgarten, ps. 398-399.*

Querido F. Tönnies!

... Então seus receios com relação a meu ensaio<sup>148</sup> (ele naturalmente é popular e apenas raspa algumas complicações difíceis do problema), porém 1) no perigo do senhor acabar se decepcionando comigo: - *não*, estimado amigo, o senhor não pode comprovar “cientificamente” que a monarquia – com relação à qual minha posição enquanto *político* é similar à sua - seja “danosa”. O senhor não pode comprovar isso nem mesmo para as monarquias russas, chinesas ou de Gengis Khan. Pois a afirmação de que algo seja “danoso” sempre se baseia numa ponderação de valores um contra o outro, além disso na ponderação de fim e meio, fim e efeito colateral, e aí um resultado *cientificamente* constatável é a priori impossível.

2) Certamente: também eu sou da opinião (talvez até de modo mais decidido que o senhor, em todo caso tão decidido quanto), de que, quando alguém reconhece em geral, para a sua ação pessoal, a necessidade da orientação em “valores”, juízos de valor ou como o senhor quer que se chame, quando ele não é “amusical” nisso, então *obrigatoriamente* todas as consequências do imperativo kantiano (independente de qual forma mais ou menos modernizada – a coisa permanece a mesma!) podem ser-lhe demonstradas. Constatar isso dialeticamente (ou de modo mais correto: confrontar-se com isso enquanto problema) *é* coisa da ética enquanto ciência – uma ciência que procede tão dialeticamente, pela via da crítica “interna”, do desvelamento daquilo que *logicamente* está encerrado numa tese, está “colocado com ela”, quanto o é a lógica. Porém (em minha opinião) isso nunca resulta em mais do que na demonstração de características *formais* da *convicção* moral. Mas nunca um sistema estrutural social, suprapessoal, seja qual for, pode ser constatado como *dever-ser ético* através dessa crítica formal da convicção. Para isso, sempre se precisa de dogmáticas metafísicas – tanto faz se religiosas ou outras, clericais ou anti-clericais – e estas o indivíduo pode

---

<sup>148</sup> Trata-se do artigo sobre a liberdade acadêmica nas universidades alemãs (ver Weber, 1989, p. 64 e segs.)

afirmar, porém nunca acreditar que possa tomá-las por ciência. O pensamento não está atado aos limites da ciência, - mas ele não deve ser tomado como ciência, onde não for 1) análise fatural (incluindo a abstração e todas as sínteses e hipóteses empiricamente verificáveis) ou 2) crítica conceitual.

3) Compreende-se por si só que, na medida em que religiões afirmem fatos empíricos ou influência causal de fatos empíricos por qualquer coisa “sobrenatural” – elas precisam entrar em conflito com qualquer verdade científica. Por outro lado, um estudo da moderna literatura católica, empreendido há vários anos em Roma, me ensinou como é inteiramente desesperançoso pensar que quaisquer conhecimentos de qualquer ciência sejam “indigestas” para essa igreja. Com a maior facilidade ela se apropria do pensamento do desenvolvimento, tira dele as maiores vantagens para si, - e com meios científicos honestos não é possível impedi-la disso e “refutar” isso. Talvez a influência calma e lenta das consequências *práticas* da nossa concepção de natureza e história fará esses poderes eclesiásticos murcharem (se basbaques como Haeckel não estragassem tudo de novo), mas nenhum anti-clericalismo orientado por um naturalismo “metafísico” pode realizar isso. E – com isso eu talvez coloque sua crença em minha imparcialidade em uma prova ainda mais dura e não sei como passarei – eu não poderia participar com honestidade subjetiva de tal anti-clericalismo orientado de modo naturalista-metafísico. Pois apesar de ser absolutamente “amusical” em religião e não ter a necessidade, nem a capacidade de erguer em mim quaisquer “construções” da alma de caráter religioso – isso simplesmente não funciona, ou respectivamente, eu o rejeito. Mas eu sou, após exame preciso, nem antireligioso, *nem irreligioso*. Também a esse respeito eu me sinto como um aleijado, como um homem mutilado, cujo destino interno é ter que se confessar isso honestamente, aceitar isso – para não cair em imposturas românticas -, mas (nisso eu acho uma expressão no profundo livro da senhora Simmel muito boa) também não como um toco de árvore, que aqui ou acolá ainda pode brotar, me apresentar como uma árvore completa. Dessa atitude segue *muita coisa*: por exemplo, para o senhor, de modo consequente, um teólogo “liberal” (católico ou protestante), enquanto representante típico de uma mediocridade, deve ser o mais odioso de tudo – para mim ele é, (naturalmente dependendo!) sob circunstâncias posso tomá-lo como inconsequente, confuso etc., *humanamente* infinitamente mais valioso e interessante que o farisaísmo intelectual (na verdade: barato) do naturalismo, que é tão indizivelmente típico e no qual (naturalmente dependendo!) há menos *vida* do que naquele. Perdoe essas observações que só foram indiretamente provocadas pelo senhor,

que são apenas para o senhor, para talvez tornar mais compreensível alguma diferença possível que, se pode pensar, venha a ocorrer futuramente entre nós. Que existem tais cabeças de gado em Kiel que o estimam mais, já que o senhor conseguiu ir tão longe no serviço público, - isso não me espanta: isso existe em todo lugar. Mas certamente não muitos. E me surpreende que o senhor sinta essa coisa como “dependência”! Todo mundo sabe que o senhor não venderia a sua alma.

## Anexo 3

### *Debate acerca das negociações sobre a produtividade da economia no congresso da Associação de Política Social*

No conceito de “bem-estar do povo“, evidentemente está embutida toda ética do mundo que existe. Opera-se agora, para desligar isso, com a ideia de que “bem-estar do povo“ seja idêntico com um rendimento mais alto possível de todos os participantes individuais de um grupo econômico. Diante disso, quero indicar aos senhores, seguindo o belo livro de Sombart, a *campagna romana*. Ela está em posse de um punhado de proprietários de terra imensamente ricos. Diante desses havia um punhado de arrendatários imensamente ricos. Diante desses – com algum exagero – havia alguns punhados de pastores que facilmente *poderiam* ser pagos por esses poderes monetários de tal modo, que não precisassem roubar ou passar fome, que também eles estariam “satisfeitos“. Esse magro grupo de homens que povoa esse “deserto“ *poderia* ter, nesse estado de coisas, um grau de bem-estar privado que correspondesse a todos os anseios colocados por eles mesmos. Caso, meus senhores, queriam colocar-se num ponto de vista valorativo, seja de que tipo for, e que *não* seja idêntico ao interesse egoísta dessas algumas pessoas, a seus interesse de rentabilidade puramente *privados*, então lhes pergunto: os senhores estão satisfeitos com esse estado de coisa, corresponde ele ao seu ideal de “produtividade“ em face da circunstância de que – mesmo omitindo outros pontos de vista – nessas enormes terras, uma massa de camponeses teria lugar com rendimento monetário, cujas somas *poderiam* ser extraordinariamente mais grandes do que a soma do rendimento que agora provém desse deserto? Porém, quando se critica o estado atual a partir de quaisquer pontos de vista desse tipo, então imediatamente é pressuposto um conceito *diferente* do que aquele de “bem-estar“ aqui desenvolvido. Portanto, eu acredito, que também naquele conceito de bem-estar do povo que o senhor colega Liefmann acabou de desenvolver aqui, encontra-se o mesmo que rejeitamos, só com palavras um pouco diferentes, como *poderia* ter demonstrado exatamente naquele exemplo, na eliminação das passas e do arroz. Os empreendedores, diz Liefmann, perceberam que teriam que limitar correspondentemente seu capital e sua força de

trabalho, para que seu rendimento privado permanecesse em limites apropriados. Muito bem, mas a eliminação do arroz foi um dano para determinados interesses, sem dúvida existentes, a saber, daquelas camadas do povo que ficariam muito contentes, se tivessem recebido, masi barato possível, passas ou arroz para comer e cujo “bem-estar“ privado foi danificado pela eliminação. São exclusivamente interesses empreendedorísticos que fundamentam isso aqui.

Estou de acordo com o professor Sombart, de que a intromissão de um dever-ser em questões científicas é uma coisa do diabo, a qual preocupou de modo detalhado, em todo caso, a Associação de Política Social.

Com isso chego ao problema propriamente dito. Certamente, é verdade, uma ciência empírica não existe senão no solo do ser, e ela não diz *nada* sobre o dever-ser. Naturalmente – Sombart seguramente admitirá isso ele mesmo – não quero dizer com isso, que não possa haver nenhuma discussão científica que toque o âmbito do dever-ser. A questão apenas é, em que sentido. Primeiramente: A alguém que me aparece com um determinado juízo de valor, posso dizer: meu caro, você está equivocado sobre aquilo que você mesmo *quer* na verdade. Veja: eu pego seu juízo de valor e o analizo dialeticamente para você, com os meios da *lógica*, para reduzi-lo a seus axiomas últimos, para mostrar-lhe que estão embutidos nele estes e aqueles juízos de valor “últimos“ *possíveis*, que você não enxergou, que não se compactuam entre si ou somente com compromissos e entre os quais você precisa *escolher*. Isso não é trabalho intelectual empírico, mas *lógico*. Agora, porém, ainda posso dizer: caso você queira agir em conformidade com esse determinado juízo de valor, realmente unívoco, no interesse de um determinado dever-ser, *então* você precisa, de acordo com a experiência científica, aplicar esses e aqueles *meios* para alcançar seu fim correspondente àquele axioma de valor. Se esses meios não lhe agradam, então você precisa *escolher* entre meios e fim. E finalmente posso lhe dizer: você precisa pensar que você, de acordo com a experiência científica, além dos meios necessários para a realização de seu juízo de valor, ainda alcança outros *efeitos colaterais* não intencionados. Esses efeitos colaterais são desejados por você; sim ou não? A *ciência* pode levar o homem até o limite desse “sim“ ou “não“ – pois tudo o que está do lado de cá, são perguntas sobre as quais uma disciplina empírica, ou então: a *lógica*, podem dar informações – portanto, perguntas puramente científicas. Esse *próprio* “sim“ ou “não“, porém, *não* é mais questão da ciência, senão uma da consciência ou do gosto subjetivo – em todo caso, uma questão,

cuja resposta encontra-se em outro plano do espírito. Por isso, em todo caso, já não é em si uma coisa sem sentido, quando mesmo em uma associação *científica* se discute sobre questões práticas – na medida em que esteja claro de que, em última instância, somente se pode perguntar: quais meios e quais efeitos colaterais precisam ser aceitos, caso se aja de acordo com este ou aquele princípio – isto são questões da ciência empírica – e além disso: quais posições *últimas* estão embutidas nos juízos de valor que se combatem – isto é uma discussão lógica, portanto científica, que também pode ser exigida de qualquer homem que pensa teoricamente. A queda do homem apenas começa na confusão dessas séries de pensamento puramente científicas ou puramente lógicas, com juízos de valor práticos e subjetivos. Sobre isso, penso, Sombart concordará comigo.

Mas hoje nos foi apresentado um conceito que, nesse propósito, conta entre os piores que existem, e, ao invés de jogar esse conceito no orco, onde pertence, tentou-se salvá-lo. Certamente, tentou-se analisar muito bem de que variedade de “problemas” inteiramente diferentes se trata com o conceito de produtividade econômica, com o qual se adorna hoje todo demagogo. Mas a conclusão foi, que novamente se chegou a “juízos médios” que deveriam valer como padrão de medida. Desta forma, esse conceito foi finalmente aceito mesmo por uma cabeça com disposição sistemática tão incomum como nosso honrado colega von Philippovich e mesmo por um teórico puro como o senhor von Wieser, ainda que só numa tênue sugestão. Aqui, porém, eu preciso dizer que não posso participar disso. Espero que ninguém possa participar disso a longo prazo e, na verdade, eu lamento que aqui se discuta uma questão *teórica* dessa maneira. Que contradições! Na excelente comunicação escrita, transparente e clara, do senhor von Philippovich está escrito de modo extraordinariamente correto: “*Nós não temos um juízo de valor homogêneo*”. Mas assim que isso foi dito, aparece novamente a “produtividade” e então se diz: em todo lugar se formam “juízos médios” sobre aquilo que deve acontecer. Sim – justamente criticar esses juízos médios e mostrar os problemas que se escondem por trás disso, *isto* seria a tarefa da ciência e nada mais. O motivo, pelo qual me volto em cada oportunidade de modo tão extraordinariamente afiado, com certo pedantismo se quiserem, contra a mistura do dever-ser com o ser, não é porque subestimo as questões do dever-ser, senão exatamente o contrário: porque não posso suportar que problemas de significado que movem o mundo, do maior alcance ideal, em certo sentido os problemas supremos que podem mover o peito humano, aqui são transformados numa questão técnico-econômica de “produtividade” e tornados em

objetos de discussão de uma disciplina *especializada*, como a economia política. Perguntemo-nos porque sempre se volta a pecar contra aqueles princípios tão simples, especialmente também pelos membros da nossa associação: Na situação histórica em que a Associação de Política Social nasceu como associação *prática*, e não científica, era-lhe óbvio que teria que começar sobre tudo com a destruição de todo tipo de discurso de interessados que se fazia passar por ciência, já que ela era um pequeno partido em luta contra oponentes poderosos. Nisso, ela se deparou com o preconceito de círculos *científicos*: que uma ciência que se ocupa com o empenho por rendimento monetário como causa movens da vida social, *por isso* tenha que considerar aquele empenho como o único padrão de medida para a avaliação de pessoas ou coisas ou processos. Na luta contra esse emaranhamento de ciência e juízo de valor, porém, aconteceu a nossos mestres cometer o mesmíssimo pecado, só que com sinal invertido. Para enfraquecer a validade exclusiva daquele *parâmetro de valor*, eles procuraram constatar – naturalmente com todo direito! – outras causas como economicamente relevantes na ação dos homens, além do empenho individual por rendimento monetário, *porém*: com o resultado de que agora a investigação científica e o juízo de valor permaneciam *mais ainda* confundidos em estreito entrelaçamento e de que também agora se tentou apoiar juízos sobre o *dever-ser* em constatações de fatos e suas relações. Era um pecado extraordinariamente explicado, “permissivo”, quase inevitável, cometido repetidas vezes por todos nós e sobre tudo por todos os nossos oponentes. Porém, se agora esse frequente pecado de ocasião tornou-se um hábito intelectual e até uma virtude, então precisamos protestar contra isso, uma vez que vimos repetirem-se algumas conseqüências desagradáveis. Sempre de novo se acreditou que uma pessoa esteja *cientificamente* acabada, porque não compartilha nossos juízos *éticos*. Isto é impossível, com todo respeito pela geração que travou as grandes lutas do passado e cujos epígonos somos hoje, e sem cuja poderosa infraestrutura nossos trabalhos nem seriam possíveis, mas nós não podemos participar disso. Este é o ponto em que precisamos fazer a tentativa de colocar-nos em outro solo, e eu concordo inteiramente com o professor Sombart, de que fazemos um serviço tanto para a ciência, quanto também precisamente à vontade prática, se separamos ambos de modo puro. E se constatamos com certo lamento que hoje se instaurou em nosso meio uma diferenciação mais forte dos juízos de valor, então a honestidade nos manda constatar isso abertamente. Nós não conhecemos ideais cientificamente comprováveis. Certamente: agora é mais duro o trabalho de pegá-los do próprio peito, em um tempo, que já é de

cultura subjetivista. Só que não temos como prometer nenhum país da cocanha e nenhuma via asfaltada para lá, nem no aquém, nem no além, nem no pensamento, nem na ação; e é o estigma de nossa dignidade pessoal que a paz da alma não pode ser tão grande como a paz daquele que sonha com tal país da cocanha.

Pedi novamente a palavra para fazer algumas observações sobre aquilo que o senhor Dr. Goldscheid disse. – Ele tentou mostrar dois casos em que problemas de valor estejam inseridos na ciência empírica. Com relação a um dos casos, admito que isso ocorre – eu até reivindico para mim, que há anos eu disse o mesmo. A questão, *quais* problemas nós nos devemos colocar, pelo que nos devemos interessar, o que *vale* ser conhecido, é uma questão de valor e só pode ser decidida a partir de valorações subjetivas. Obviamente isso nada tem a ver com a questão, se devemos tratar os problemas pelos quais nos interessamos, de tal modo que mantenhamos distantes da discussão *científica* toda e qualquer *avaliação* – como situada em outro plano do espírito. É só disso que se trata. – Algo diferente está o segundo ponto que ele discutiu. Ele recomendou à economia política, o reconhecimento do que é reconhecido em todo lugar, e pegar como guia de orientação a ciência mais reconhecida de todas, a ciência natural, e precisamente também para o *dever-ser*. Agora, eu confesso que o que existe de tais guias de orientação supostamente fundamentados na “ciência natural” não vale, em minha opinião, nenhuma carga de pólvora. Eu me permito tocar também uma observação do senhor colega Zwiedineck, que me lembrou da mais nova forma do amadorismo, que em todas as épocas foi tão difundido, de deduzir juízos sobre o *dever-ser* a partir de descobertas científicas, hoje em dia, das leis da transformação da energia, da teoria da entropia, do constante empenho da energia livre de transformar-se em estática. Até se tentou julgar, a partir desse ponto de vista, com o que a pintura deveria se ocupar e coisas similares. Sou da opinião de que um verdadeiro pesquisador da natureza terá que ser tomado por um arrepio, se lhe imputassem de trazer juízos de valor práticos desse tipo para seu trabalho ou pretender como seu resultado. Precisamente das ciências naturais esperávamos encontrar apoio com o pensamento: voltar-se para trás e para dentro, ao invés de que ela considere sua tarefa superar nossos piores pecados.

Mas como já me referi a esses “ideais” tecnologicamente orientados, então eu quero dizer ainda algo mais positivo sobre nosso problema de hoje, a utilidade do conceito de produtividade para a nossa disciplina. – Onde esse conceito tem hoje seu

lugar na vida econômica prática? Na contabilidade privada de nossas empresas capitalistas. Ali se distingue entre gastos “produtivos” e “improdutivos”, e a estes últimos, num tipo muito frequente de cálculo, p. ex., contabiliza-se tudo o que não pode ser contabilizado como custos de salário de um trabalhador por unidade, que está junto a uma máquina e realiza determinado trabalho. Todos os outros assim chamados gastos “*improdutivos*”, dos quais fazem parte, além dos custos da força da empresa, das oficinas e ferramentas, também todos os soldos e salários para trabalhos auxiliares, para mestres, para os contadores e os vários escritórios da empresa e para a própria direção da empresa, portanto: também todos os custos da direção da empresa propriamente dita, fazem parte – quando se lê esse tipo de cálculo, nos cremos colocados temporariamente num mundo marxista -, são contabilizados como bônus dos salários “produtivos”. – então somente se designa e se trata matematicamente como “produtivo” o trabalho corporal de determinados trabalhadores. Por quê? Porque apenas assim os custos tornam-se calculáveis com aquele máximo relativo – como o senhor colega Herkner salientou muito corretamente: bastante modesto - de exatidão, que é almejada no interesse da empresa. Se então quisermos adotar em geral um conceito de “produtividade” daqui para o nosso tipo de consideração, *então* ele teria que encontrar seu lugar também ali, onde se calcula com tais somas na economia privada. Então teríamos que ponderar: será possível e útil operar em nossas considerações na imputação dos custos com “bônus salariais”, portanto de tratar uma determinada região de produção com a população trabalhadora numa determinada direção de produção enquanto uma unidade e então perguntar: o que teria que ser bonificado ao salário de um trabalhador como os “custos” engendrados pelas condições geográficas, políticas ou similares da região, para preservar os custos próprios? Como se compõe esse bônus? Qual seu valor em comparação com *outras regiões*? Quero deixar hoje sem resposta, se a tentativa de tal cálculo teria qualquer finalidade científica considerável. Mas, *quando* se quer operar com um “conceito de produtividade”, então ele pertence aqui: na teoria dos “custos econômicos”, portanto exatamente no mesmo lugar em que está na economia privada, e não numa teoria do “valor” político ou social das classes ou na valoração do “significado” de qualquer ramo aquisitivo concreto para os interesses da “coletividade” ou em não sei que outras questões que não pertencem aqui.

Para que um conceito de “produtividade” *do* tipo, como foi apresentado aqui em contraposição a isso, realmente seja útil, teria que ser exigido que em qualquer sentido,

pelo menos de acordo com o princípio, a relação que o fundamentasse entre custo e benefício seja empiricamente *unívoco*, para cada observador igualmente, calculável ou pelo menos estimável, como disse: “de acordo com o princípio”. Como calculáveis “em princípio” neste sentido, no âmbito da economia, somente temos três relações em que a utilização de um conceito de produtividade do tipo hoje aqui discutido está em questão. Primeiramente: quando nos colocamos em solo puramente físico, então podemos perguntar sobre determinado processo de produção: que quantidades de energia são transformadas com isso, e em que “relação de bens” está a energia obtida, a energia química de um alimento produzido, p. ex., ao custo de energias – notadamente: energias pagas e não pagas que foram consumidas nisso? Para nós, isso é apenas uma brincadeira teórica. Se alguém a quer fazer, se, p. ex., Ostwald e seus seguidores a fazem, então lhes deixemos a diversão. Só que revela assustadora ignorância se acreditam que, por trás dos preços da vida cotidiana, se escondem essas relações energéticas, e aquilo que se denomina progresso técnico, simplesmente seria idêntico com o aperfeiçoamento da “relação de bens”, da relação da quantidade de energia consumida em comparação com a obtida. Somente se lembrem que precisamente o músculo humano representa uma máquina natural, cuja “relação de bens” não é alcançado por praticamente nenhuma máquina artificial, uma máquina que consegue utilizar 40% das substâncias a ela levadas, e os senhores deveriam dizer: qualquer progresso técnico que substitua o músculo humano por uma máquina artificial é, no sentido puramente físico, uma *piora* da relação energética de bens.

Agora vem a segunda relação, uma econômica: a saber, a relação entre a quantidade de “trabalho” humano utilizado para uma quantidade de produto, que é “produzida”, sob condições geográficas, sociais, técnicas e outras dadas. Se dirá: isso é uma relação puramente *tecnológica*. Mas na verdade a tecnologia nada mais é do que uma economia voltada a determinados questionamentos; pois também todo técnico pergunta no fim: quanto *custa* a coisa? Essa relação retorna em muitos questionamentos importantes para nós, p. ex.: qual o desempenho de um determinado grupo de trabalhadores, se o deixo executar o mesmíssimo trabalho sob o sol escaldante da África, ou no pólo norte ou no nosso clima. Já a pergunta que o colega Sombart colocou: a “mesma” quantidade de trabalho, quando deixo trabalhar individualmente, portanto cada trabalhador, de acordo com o exemplo de Smith, produzindo alfinetes de A a Z, ou se os tomo com divisão de trabalho – já aqui falta a comparabilidade do

trabalhador de meio período com o de período integral, pois seu trabalho não é mais “o mesmo”: É outro desempenho físico e sobre tudo psíquico, ser trabalhador de período integral do que de meio período, e nós devemos nos precaver de acreditar que ambas as coisas realmente podem ser relacionadas de modo quantitativamente exato.

Finalmente: a rentabilidade. Essa pode ser “mensurada” a partir dos livros da empresa, porém também com uma ressalva. Eu concordo com o senhor Herkner, que cada cálculo de rentabilidade deixa quase tudo a desejar em exatidão; trata-se de “princípios” relativamente altos e arbitrários, de acordo com os quais, no cálculo dos custos próprios, se bonifica sobre salários e material, as vezes só sobre os salários 30-40 ou 100%. – Se ultimamente nos acusam de “inexatidão” em nossos trabalhos de economia política, isso ainda se deixa mostrar ao lado disso. E sobre tudo: essas contabilidades e balanços só são “objetivos” na medida em que são produtos do equilíbrio entre determinados *interesses*, também no caso do empreendedor individual. Quem pode dar um padrão de medida “objetivo”, universalmente válido, para “depreciações” ou coisas do tipo?

Pelo menos: *nesses* casos a “calculabilidade” está presente pelo menos “em princípio”. Porém, nas opiniões *puramente subjetivas* sobre o que é *moralmente* permitido ou o que “serve ao bem *comum*”, ainda que sejam “juízos médios”, ela, *em princípio não* o está. – Por fim, como acabo de citar o senhor colega Herkner, ainda uma observação: Não somente os mineiros, senão também, p. ex., os trabalhadores têxteis sentem a pressão do trabalho mais com o avanço da idade. E além disso, se dividimos os trabalhadores, que foram questionados no levantamento mencionado pelo senhor Herkner, de acordo com classes de salário e calculássemos, encontraríamos o resultado desolador para o político social, que toma o fomento da *felicidade* humana como parâmetro último: que cada classe salarial crescente apresenta uma porcentagem menor de trabalhadores satisfeitos com seu trabalho profissional. No operariado têxtil, se não me engano, essa porcentagem pode, dependendo da região de proveniência, decrescer simplesmente até zero. A impressão de Herkner sobre a medida da “felicidade no trabalho” existente e suas chances me pareceu demasiado otimista.